



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

RAFAEL SILVA DA CÂMARA

**INSTITUCIONALIZAÇÃO CIENTÍFICA DA ECONOMIA POLÍTICA DA
INFORMAÇÃO: CONTRIBUTOS SOCIAIS E COGNITIVOS NA PRODUÇÃO
CIENTÍFICA DO CAMPO DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO NO BRASIL**

João Pessoa

2020

RAFAEL SILVA DA CÂMARA

**INSTITUCIONALIZAÇÃO CIENTÍFICA DA ECONOMIA POLÍTICA DA
INFORMAÇÃO: CONTRIBUTOS SOCIAIS E COGNITIVOS NA PRODUÇÃO
CIENTÍFICA DO CAMPO DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO NO BRASIL**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba como requisito para a obtenção do título de Doutor em Ciência da Informação.

Linha de Pesquisa: Organização, acesso e uso da informação.

Orientador: Prof. Dr. Edvaldo Carvalho Alves.

Coorientadora: Profa. Dra. Leilah Santiago Bufrem

João Pessoa

2020

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

C172i Câmara, Rafael Silva da.

Institucionalização científica da economia política da
informação: contributos sociais e cognitivos na
produção científica do campo da Ciência da Informação
no Brasil / Rafael Silva da Câmara. - João Pessoa,
2020.

129 f. : il.

Orientação: Edvaldo Carvalho Alves.

Coorientação: Leilah Santiago Bufrem.

Tese (Doutorado) - UFPB/CCSA.

1. Economia política da informação. 2. Ciência da
Informação. 3. Institucionalização científica. 4. Campo
científico. 5. Produção científica. I. Alves, Edvaldo
Carvalho. II. Bufrem, Leilah Santiago. III. Título.

UFPB/BC

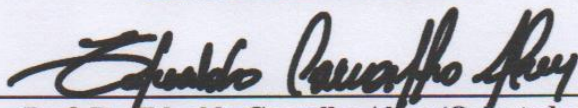
RAFAEL SILVA DA CÂMARA

**INSTITUCIONALIZAÇÃO CIENTÍFICA DA ECONOMIA POLÍTICA DA
INFORMAÇÃO: CONTRIBUTOS SOCIAIS E COGNITIVOS NA PRODUÇÃO
CIENTÍFICA DO CAMPO DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO NO BRASIL**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação
em Ciência da Informação da Universidade Federal
da Paraíba como requisito para a obtenção do título
de Doutor em Ciência da Informação.

APROVADA EM: 26 / 03 / 2020

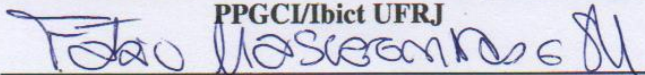
BANCA EXAMINADORA



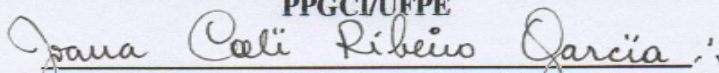
Prof. Dr. Edvaldo Carvalho Alves (Orientador)
PPGCI/UEPB

Prof.^ª. Dr.^ª. Leilah Santiago Bufrem (Coorientadora)
PPGCI/UFPE

Prof. Dr. Marco André Feldman Schneider (Membro externo)
PPGCI/Ibict UFRJ



Prof. Dr. Fábio Mascarenhas e Silva (Membro externo)
PPGCI/UFPE



Prof.^ª. Dr.^ª. Joana Coeli Ribeiro Garcia (Membro interno)
PPGCI/UEPB

Prof.^ª. Dr.^ª. Gracy Kelli Martins Gonçalves (Membro interno)
PPGCI/UEPB

João Pessoa

2020

À Amália (in memorian). Minha bisavãe.

AGRADECIMENTOS

Gratidão aos meus amados pais, **Francisco e Zaira**, que de muito longe sempre me apoiam e oram por mim. Nem sempre cientes das implicações de minha trajetória acadêmica, mas sempre conscientes da minha maturidade em minhas tomadas de decisões.

Ao meu núcleo familiar paraibano. Agradeço amorosamente ao meu “brother” sempre presente **Vitor Neto**. Parceiro, amigo, confidente e maior testemunha da minha jornada no doutoramento. A **Juliana**, por fazer do seu lar o nosso lar. Sou grato até mesmo aos nossos quatro pets por me proporcionarem diariamente companheirismo, tranquilidade, afeto e felicidade, até nas horas de trabalho.

Ao professor doutor **Edvaldo Carvalho Alves**, meu orientador. Pelo aprendizado, frutífera parceria acadêmica e provocantes estímulos aos estudos sociológicos no âmbito da Ciência da Informação.

Carinhosamente à professora doutora **Leilah Santiago Bufrem**, minha coorientadora. Pela amizade que ultrapassa a Academia. Pela gentileza, amorosidade, herança intelectual e capacidade de me inspirar em tudo o que faz.

Ao bibliotecário da Universidade Federal do Rio Grande do Norte **Silvestre Gomes Martins**, pela amizade e torcida.

Ao **Mauro Serra Farias**, pela amizade e apoio.

Ao meu tio **Joacy**, pelos momentos de amparo.

A professora e bibliotecária **Ivanny Rhavena Medeiros de Oliveira** (in memoriam). Pelas boas lembranças de nossa amizade e torcida pela minha formação.

Aos professores doutores **Joana Coeli Ribeiro Garcia** e **Marco André Feldman Schneider**, pelas recomendações e contribuições na avaliação da minha pesquisa em meu exame de qualificação.

Ao acolhimento do **GEPSI – Grupo de Estudo e Pesquisa em Sociologia e Informação**, na Universidade Federal da Paraíba.

Aos **amigos e colegas estudantes** do Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação, da Universidade Federal da Paraíba. Pelos bons momentos, colaborações e compartilhamento de ideias.

A todos que direta ou indiretamente colaboraram com o desenvolvimento da minha pesquisa e com a minha formação.

Muitíssimo obrigado!

*E de repente, num dia qualquer, acordamos
e percebemos que já podemos lidar com
aquilo que julgávamos maior que nós
mesmos. Porque não foram os abismos que
diminuíram, mas nós que crescemos.*

Fabíola Simões

RESUMO

Apresenta os contributos sociais e cognitivos no processo de institucionalização científica da Economia Política da Informação na produção científica do campo da Ciência da Informação brasileira. Embora um tema previsto na área, a Economia Política da Informação aparenta pouca exploração nas pesquisas em Ciência da Informação. Alicerça teoricamente o estudo com as concepções de Análise de Domínio, de Hjørland Birger; de Campo Científico, de Pierre Bourdieu e de Institucionalização Científica, de Richard Whitley. Adota a pesquisa de campo e análise bibliométrica na investigação. Na trajetória descritiva e documental, reconhece e levanta formações acadêmicas de autores que publicaram trabalhos nos Grupos de Trabalhos com espaços destinados a produção de conhecimento em Ciência da Informação na seção brasileira da União Latina de Economia Política da Informação, Comunicação e Cultura (Ulepicc). Analisa a produção científica em economia política recuperada na Base de Dados Referenciais de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (Brapci) e no Repertório da Produção Periódica Brasileira de Ciência da Informação (RPPBCI). Destaca as fontes de informação e levanta as palavras-chave mais frequentes. Destaca os autores mais produtivos, os principais paradigmas de informação em seus trabalhos e os principais referentes teóricos por meio dos autores referenciados por eles. Analisa as áreas predominantes dos grupos de pesquisa em que os autores mais produtivos desenvolvem atividades. Na trajetória de campo, dialoga com pesquisadores reconhecidos pela relevância científica e acadêmica na linha de estudo e investigação em economia política da informação, comunicação e cultura, por meio da realização de entrevistas concedidas na cidade de Maceió, a fim de levantar outras informações pertinentes e que enriqueçam a análise. Percebe que o capítulo brasileiro da Ulepicc e seus associados interferem diretamente no domínio maior de Economia Política da Informação, Comunicação e Cultura. Constata que o periódico científico Liinc em Revista é o principal canal de comunicação científica na área de Ciência da Informação que publica trabalhos e resultados de pesquisa em economia política da informação. Os resultados mostram que a Ciência da Informação segue em sua institucionalização social no que se refere ao reconhecimento da produção científica e de grupos de pesquisa. Contudo, a institucionalização cognitiva permanece como um desafio teórico e epistemológico na área, cujas questões de consenso de linguagem, palavras-chaves, objetos de investigação e referentes teóricos apresentam grande variedade na produção científica, além de pequenas divergências nos relatos dos pesquisadores entrevistados. Percebe que no contexto da interdisciplinaridade, a área de Comunicação é a mais atuante e influente nos estudos infocomunicacionais de um campo maior em Economia Política da Informação, da Comunicação e da Cultura. Contudo, os eventos e os periódicos científicos com ênfase neste tema têm aberto cada vez mais espaços para as colaborações da Ciência da Informação, o que se faz relevante na área para o fortalecimento dos estudos da economia política da informação, rumo ao reconhecimento de pesquisadores, de fontes e de objetos de estudo. Assim, considera que o processo sociocognitivo de institucionalização científica do subcampo da economia política da informação na Ciência da Informação brasileira encontra-se em um estágio incipiente.

Palavras-chave: Economia política da informação. Ciência da informação. Institucionalização científica. Campo científico. Produção científica.

ABSTRACT

It presents the social and cognitive contributions in the process of scientific institutionalization of the Political Economy of Information in the scientific production of the field of Information Science in Brazil. Although a topic foreseen in the area, the Political Economy of Information appears to be little explored in research in Information Science. It theoretically bases the study with the concepts of Domain Analysis, by Hjørland Birger; Scientific Field, by Pierre Bourdieu and Scientific Institutionalization, by Richard Whitley. It adopts field research and bibliometric analysis in the investigation. In the descriptive and documentary trajectory, it recognizes and raises academic backgrounds of authors who published works in the Working Groups with spaces for the production of knowledge in Information Science in the Brazilian section of the Latin Union of Political Economy of Information, Communication and Culture (Ulepicc). It analyzes the scientific production in political economy recovered in the Reference Database of Articles of Periodicals in Information Science (Brapci) and in the Repertoire of Brazilian Periodical Production of Information Science (RPPBCI). It highlights the sources of information and raises the most frequent keywords. It highlights the most productive authors, the main information paradigms in their work and the main theoretical references through the authors they refer to. It analyzes the predominant areas of the research groups in which the most productive authors develop activities. In the field trajectory, he dialogues with researchers recognized for their scientific and academic relevance in the line of study and research in the political economy of information, communication and culture, by conducting interviews in the city of Maceió, in order to raise other pertinent information and that enrich the analysis. He realizes that the Brazilian chapter of Ulepicc and its associates directly interfere in the larger domain of Political Economy of Information, Communication and Culture. It finds that the scientific journal *Liinc em Revista* is the main channel of scientific communication in the area of Information Science that publishes research papers and results in political economy of information. The results show that Information Science continues in its social institutionalization with regard to the recognition of scientific production and research groups. However, cognitive institutionalization remains a theoretical and epistemological challenge in the area, where issues of language consensus, keywords, research objects and theoretical references present a wide variety in scientific production, in addition to small differences in the reports of the interviewed researchers. He realizes that in the context of interdisciplinarity, the Communication area is the most active and influential in the infocommunication studies of a larger field in Political Economy of Information, Communication and Culture. However, scientific events and journals with an emphasis on this theme have increasingly opened spaces for collaborations in Information Science, which is relevant in the area for strengthening studies of the political economy of information, towards the recognition of researchers, sources and objects of study. Thus, it considers that the socio-cognitive process of scientific institutionalization of the subfield of political information economy in Brazilian Information Science is at a incipient stage.

Keywords: Political economy of information. Information Science. Scientific institutionalization. Scientific field. Scientific production.

RESUMEN

Presenta las contribuciones sociales y cognitivas en el proceso de institucionalización científica de la Economía Política de la Información en la producción científica del campo de las Ciencias de la Información en Brasil. Aunque es un tema previsto en el área, la Economía Política de la Información parece ser poco explorada en la investigación en Ciencias de la Información. Teóricamente basa el estudio con los conceptos de Análisis de Dominio, de Hjørland Birger; Campo científico, por Pierre Bourdieu e Institucionalización científica, por Richard Whitley. Adopta investigación de campo y análisis bibliométrico en la investigación. En la trayectoria descriptiva y documental, reconoce y eleva los antecedentes académicos de los autores que publicaron trabajos en los Grupos de Trabajo con espacios para la producción de conocimiento en Ciencias de la Información en la sección brasileña de la Unión Latina de Economía Política de la Información, Comunicación y Cultura (Ulepicc). Analiza la producción científica en economía política recuperada en la Base de datos de referencia de artículos de publicaciones periódicas en ciencias de la información (Brapci) y en el Repertorio de producción periódica brasileña de ciencias de la información (RPPBCI). Destaca las fuentes de información y plantea las palabras clave más frecuentes. Se destacan los autores más productivos, los principales paradigmas de información en su trabajo y las principales referencias teóricas a través de los autores a los que se refieren. Analiza las áreas predominantes de los grupos de investigación en los que los autores más productivos desarrollan actividades. En la trayectoria de campo, dialoga con investigadores reconocidos por su relevancia científica y académica en la línea de estudio e investigación en la economía política de la información, la comunicación y la cultura, realizando entrevistas en la ciudad de Maceió, a fin de recabar otra información pertinente y que enriquecen el análisis. Se da cuenta de que el capítulo brasileño de Ulepicc y sus asociados interfieren directamente en el dominio más amplio de la economía política de la información, la comunicación y la cultura. Encuentra que la revista científica Liinc em Revista es el principal canal de comunicación científica en el área de Ciencias de la Información que publica trabajos de investigación y resultados en economía política de la información. Los resultados muestran que la Ciencia de la Información sigue en su institucionalización social con respecto al reconocimiento de la producción científica y los grupos de investigación. Sin embargo, la institucionalización cognitiva sigue siendo un desafío teórico y epistemológico en el área, donde los temas de consenso del lenguaje, palabras clave, objetos de investigación y referencias teóricas presentan una amplia variedad en la producción científica, además de pequeñas diferencias en los informes de los investigadores entrevistados. Se da cuenta de que, en el contexto de la interdisciplinariedad, el área de Comunicación es la más activa e influyente en los estudios de infocomunicación de un campo más amplio en Economía Política de la Información, Comunicación y Cultura. Sin embargo, los eventos científicos y las revistas con énfasis en este tema han abierto cada vez más espacios para colaboraciones en Ciencias de la Información, que es relevante en el área para fortalecer los estudios de la economía política de la información, hacia el reconocimiento de los investigadores. fuentes y objetos de estudio. Por lo tanto, considera que el proceso sociocognitivo de institucionalización científica del subcampo de la economía de la información política en la Ciencia de la Información brasileña se encuentra en una etapa incipient.

Palabras clave: Economía política de la información. Ciencia de la información. Institucionalización científica. Campo científico. Producción científica.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Grafo dos autores mais produtivos nas bases Brapci e RPPBCI (1972-2018) e a relação de citações entre eles	95
Figura 2 – Grafo de relação entre os autores mais produtivos nas bases Brapci e RPPBCI (1972-2018) e os mais referenciados.....	98

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Esquematização de questões da tese para a análise de domínio na institucionalização científica da EPI na CI	26
Quadro 2 – Encontros brasileiros da Ulepicc (2006-2018)	36
Quadro 3 – Grupos de Trabalho e suas ementas na Ulepicc Brasil.....	38
Quadro 4 – Evolução do GT “Política e Economia da Informação” nos Enancibs (2005-2019).....	46
Quadro 5 – Principais tipos de capital conforme Pierre Bourdieu dentro dos campos...	54
Quadro 6 – Programas de Pós-graduação em Ciência da Informação brasileiros	60
Quadro 7 – Edições, locais, datas, GTs e temáticas principais dos Enancibs (1994-2019)	63
Quadro 8 – Grupos de Trabalho e suas ementas na Ancib	68
Quadro 9 – Periódicos brasileiros em Ciência da Informação.....	71
Quadro 10 – Cursos de graduação em Ciência da Informação brasileiros.....	73
Quadro 11 – Trabalhos sobre EPI recuperados pelas bases Brapci e RPPBCI (1972-2018)	77
Quadro 12 – Grupos de pesquisa dos autores mais produtivos nas bases Brapci e RPPBCI (1972-2018)	92
Quadro 13 – Autores referenciados somente por um dos autores mais produtivos em EPI nas bases Brapci e RPPBCI (1972-2018)	96
Quadro 14 – Pesquisadores entrevistados no VII Encontro Ulepicc-BR	100

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Autores dos trabalhos apresentados nos GTs 6 e 7 dos Encontros Ulepigg Brasil (2014-2018)	40
Tabela 2 – Áreas de doutorado dos pesquisadores autores de trabalhos apresentados nos GTs 6 e 7 nos Encontros Ulepigg Brasil (2014-2018)	43
Tabela 3 – Canais levantados nas bases Brapci e RPPBCI, dos trabalhos em EPI	75

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Quantitativo de trabalhos nos GTs afins com a CI na Ulepicc-BR (2014-2018).....	44
Gráfico 2 – Quantitativo de trabalhos apresentados nos Enancibs (2005-2019)	70
Gráfico 3 – Fontes de informação dos trabalhos em EPI levantados nas bases Brapci e RPPBCI (1972-2018)	85
Gráfico 4 – Distribuição temporal dos trabalhos em EPI levantados nas bases Brapci e RPPBCI (1972-2018)	86
Gráfico 5 – Mapa de palavras-chave mais frequentes nos trabalhos em EPI levantados nas bases Brapci e RPPBCI (1972-2018)	87
Gráfico 6 – Autores mais produtivos em EPI levantados nas bases Brapci e RPPBCI (1972-2018)	90
Gráfico 7 – Modelos de paradigmas presentes na produção científica dos autores mais produtivos em EPI levantados nas bases Brapci e RPPBCI (1972-2018).....	91
Gráfico 8 – Áreas de conhecimento dos grupos de pesquisa dos autores mais produtivos em EPI levantados nas bases Brapci e RPPBCI (1972-2018)	94

LISTA DE ACRÔNIMOS E SIGLAS

AD	Análise de Domínio
Alaic	Associação LatinoAmericana de Investigadores em Comunicação
Brapci	Base de Dados Referenciais de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação
CI	Ciência da Informação
CIC	Ciências da Informação e da Comunicação
EP	Economia Política
EPC	Economia Política da Comunicação
EPI	Economia Política da Informação
EPICC	Economia Política da Informação, da Comunicação e da Cultura
FCRB	Fundação Casa de Rui Barbosa
FUMEC	Fundação Mineira de Educação e Cultura
GP	Grupo de Pesquisa
GT	Grupo de Trabalho
Ibict	Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia
Intercom	Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação
OBSCOM	Observatório de Economia e Comunicação
PPGCI	Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação
Revista Eptic	Revista Eletrônica Internacional de Economia Política da Informação, da Comunicação e da Cultura
RPPBCI	Repertório da Produção Periódica Brasileira de Ciência da Informação
UDESC	Universidade do Estado de Santa Catarina
UEL	Universidade Estadual de Londrina
UESC	Universidade Estadual de Santa Cruz
UFAL	Universidade Federal de Alagoas
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFC	Universidade Federal do Ceará
UFCA	Universidade Federal do Cariri
UFES	Universidade Federal do Espírito Santo
UFF	Universidade Federal Fluminense
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFPA	Universidade Federal do Pará

UFPB	Universidade Federal da Paraíba
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFRN	Universidade Federal do Rio Grande do Norte
UFS	Universidade Federal de Sergipe
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UFSCAR	Universidade Federal de São Carlos
Ulepicc	União Latina de Economia Política da Informação, Comunicação e Cultura
Ulepicc-BR	Ulepicc Brasil
UnB	Universidade de Brasília
UNESP	Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
UNIRIO	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	16
2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	22
3 ECONOMIA POLÍTICA DA INFORMAÇÃO: PERSPECTIVAS PARA UMA ANÁLISE DE DOMÍNIO	27
3.1 A economia política e os estudos infocomunicacionais no Brasil	34
3.2 A economia política da informação como corrente teórica da Ciência da Informação	45
4 PROPRIEDADES DA INSTITUCIONALIZAÇÃO DE UM CAMPO CIENTÍFICO	51
4.1 As vertentes social e cognitiva da institucionalização científica.....	56
4.2 Institucionalização da Ciência da Informação no Brasil: sinopse histórica do campo.....	59
5 CONTRIBUTOS DE INSTITUCIONALIZAÇÃO CIENTÍFICA DA EPI NA PRODUÇÃO CIENTÍFICA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO NO BRASIL	75
5.1 Análise da produção científica em economia política da informação na CI	75
5.2 Diálogos com os pesquisadores especialistas.....	99
5.3 A economia política da informação na produção científica em Ciência da Informação no Brasil.....	111
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	113
REFERÊNCIAS	116
APÊNDICE A – CONVITE PARA ENTREVISTA E TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	128
APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA COM OS ESPECIALISTAS	129

1 INTRODUÇÃO

Por exercerem sua profissão em mundos diferentes, os [...] grupos de cientistas veem coisas diferentes quando olham de um mesmo ponto para a mesma direção. Isso não significa que possam ver o que lhes aprouver. [...] olham para o mundo e o que olham não mudou. Mas em algumas áreas veem coisas diferentes, que são visualizadas mantendo relações diferentes entre si. É por isso que uma lei, que para um grupo não pode nem mesmo ser demonstrada, pode, ocasionalmente, parecer intuitivamente óbvia a outro. E por isso, igualmente, que antes de poder esperar o estabelecimento de uma comunicação plena entre si, um dos grupos deve experimentar a conversão [...]. (KUHN, 2017, p. 249)

A informação, enquanto fenômeno social, de influência cultural e impacto econômico tem como principal característica o seu traço mutante, que vem contribuindo para o macroprocesso de reestruturação econômica, política e cultural do capitalismo mediante, fundamentalmente, o uso intensivo e extensivo das tecnologias de informação e comunicação.

Esta configuração econômica dos processos informacionais emergentes na sociedade faz da informação um objeto de estudo pertinente em variados domínios ou campos científicos, bem como um recurso de trabalho em determinadas atividades profissionais na contemporaneidade, visando solucionar problemas ligados aos seus modos de organização, produção, distribuição e uso.

Com relação aos campos científicos, os estudos informacionais estão presentes no protagonismo de domínios científicos variados, com predominância no campo da Comunicação, da Cultura e da Ciência da Informação (CI), este último um campo epistemológico e teórico que agrega pesquisadores de diversas áreas profissionais, mas vinculados principalmente à Biblioteconomia e à Documentação.

Conforme Latour (2001, p. 127), disciplinas difíceis precisam de conceitos mais amplos e mais exigentes que as disciplinas fáceis, não por estarem mais distantes do resto do mundo dos dados, colegas, aliados e espectadores, mas porque o mundo que elas agitam, abalam, movem e vinculam é muito maior.

Para Kuhn (2017), uma disciplina torna-se ciência ao adquirir um ou mais paradigmas, ou seja, realizações científicas passadas e universalmente reconhecidas que durante algum tempo fornecem problemas e soluções modelares para membros de uma comunidade científica.

Ao tratar-se especialmente da Economia Política da Informação (EPI), embora já inserida na CI como um dos conceitos-chave para explicar mudanças estruturais na economia

contemporânea¹, além de outros campos das ciências humanas e sociais, e como objeto de indagação de Bolaño e Mattos (2004), sobre as potencialidades teóricas e analíticas da incorporação de um referencial crítico da Economia Política para o campo das Ciências da Informação², este domínio encontra a sua representação ainda tímida dentro deste campo científico. Por isso é aqui considerado um assunto emergente em sua interdisciplinaridade com os estudos culturais, da comunicação, da sociologia e da economia.

Em razão desta interdisciplinaridade em meio às relações de força pela autonomia do saber científico sobre este tema, outras terminologias são amplamente conhecidas e disseminadas, sendo as expressões “Economia Política da Comunicação”, “Economia Política da Comunicação e Cultura” e, em maior extensão, “Economia Política da Informação, da Comunicação e da Cultura”, os exemplos mais frequentes.

Segundo Santos (2018), atual presidente da União Latina de Economia Política da Informação, Comunicação e Cultura (Ulepicc) - Seção Brasil, este grupo específico conseguiu nos últimos tempos estreitar laços com a Ciência da Informação, uma área normalmente paralela frente à Comunicação e a Cultura, e esse estreitamento deverá seguir sendo desenvolvido.

Conforme Herscovici (2003, p. 6), a Economia Política da Informação, da Comunicação e da Cultura (EPICC) nasceu das falhas e limitações que diferentes ciências apresentavam para as análises da gênese da Economia Política (EP), como por exemplo, as Ciências da Informação, cujas teorias tradicionais não eram adequadas, pois o modelo único e universal em que há transmissão de informação entre um emissor e um receptor seria geral e abstrato demais para dar conta das especificidades sociais e históricas do conjunto das situações de comunicação.

Contudo, o pesquisador (2014, p. 87) afirma depois ser impossível estudar as atividades ligadas à Cultura, à Informação e ao Conhecimento a partir do individualismo metodológico e que novas formas de valorização econômica estão intrinsecamente ligadas à criação de uma utilidade social, o que implica na interdependência dos agentes.

Para Mattelart (2016, p. 259-260) as Ciências da Informação são cada vez mais importantes na relação com a Economia Política da Comunicação (EPC), pois pessoas que

¹ Araújo (2014, p. 58) apresenta seis subáreas que compõem a CI, a saber: os fluxos da informação científica, a representação e a recuperação da informação, os estudos de usuários, a gestão do conhecimento, a economia política da informação e os estudos métricos da informação.

² No sentido plural e global, as Ciências da Informação envolvem diversas pesquisas científicas que trabalham a informação como objeto central. Contudo, na presente investigação é considerada a perspectiva de se contextualizar com o campo científico e brasileiro da Ciência da Informação, conhecimento mais amplamente pela expressão no singular.

trabalham com informação estabelecem debates mais férteis no âmbito da economia política e da sociedade da informação.

Herscovici (2014, p. 86) diz que as Ciências da Informação e da Comunicação (CIC) são disciplinas ainda jovens, com o campo se estruturando e seus paradigmas em construção. Sugere que a contribuição da EPC é fundamental para a construção, consolidação e autonomização do campo das CIC, evitando a dispersão que caracteriza vários trabalhos desta área (HERSCOVICI, 2014, p. 95).

Em relação à EPC, Lopes (2016, p. 12) alerta para o fato da autonomia de ciências mais jovens, cada vez mais consolidadas, sendo necessário um olhar para os campos como espaços de manifestações de poder, onde seus pesquisadores, instituições e subcampos se constituem como linhas de força em disputa epistemológica e política por posições centrais e hegemônicas. Assim, o autor compreende a EPC como um subcampo disciplinar.

Mediante a necessidade de uma reflexão sobre essas características para o campo, foi imposta uma delimitação para compreender a dimensão e a contextualização da EPI no cenário da CI no Brasil, pois tanto a CI quanto a Comunicação são campos sociais e científicos que Bourdieu (1983a, p. 89) caracteriza como espaços de lutas específicas entre o novo que está entrando e que tenta forçar o direito de entrada e o dominante que tenta defender o monopólio e excluir a concorrência.

Uma das diferenças relativamente simples entre os campos científicos, nem sempre fácil de medir, de quantificar, está na composição arbitrária de disciplinas, que se diferenciam pelo grau de autonomia. A mesma relação ocorre entre as instituições. (BOURDIEU, 2004, p. 21). No entanto, uma das formas de delimitar a presença de uma subárea em um campo científico está na análise de sua institucionalização científica, aqui concebida de acordo com Whitley (1974, p. 71), como o padrão de ações e significados e o nível de coerência e organização de ações e percepções e, ainda, a extensão em que ideias são articuladas e aceitas para constituir uma ciência. Esse conceito mais amplo abrange os processos ou características de institucionalização social e cognitiva.

A institucionalização cognitiva abrange conceitos, teorias, problemas, métodos, técnicas e leis próprias de uma ciência ou disciplina. Já na perspectiva da institucionalização social são tomadas como referência as instituições formais que constituem o campo, como associações ou sociedades científicas, cursos de graduação, cursos de pós-graduação, grupos de pesquisa, periódicos científicos, livros, encontros e eventos acadêmicos.

A presente pesquisa partiu do seguinte problema: do ponto de vista cognitivo e social, como se efetiva a institucionalização e a posição ocupada pela EPI no campo da ciência da informação no Brasil?

Com base no exposto, foi definido como objetivo geral desta tese: Analisar os contributos sociocognitivos do processo de institucionalização científica da Economia Política da Informação na produção científica do campo da Ciência da Informação brasileira.

Como desdobramentos desta proposta, teve-se como objetivos específicos:

- a) na revisão teórica, reconhecer as áreas de formação acadêmica, especialmente em nível de doutorado, dos autores que publicaram trabalhos nos Grupos de Trabalhos (GTs) com espaços destinados à produção de conhecimento em CI, mais especificamente na seção brasileira da Ulepicc;
- b) identificar na produção científica em economia política da informação, recuperada na Base de Dados Referenciais de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (Brapci) e no Repertório da Produção Periódica Brasileira de Ciência da Informação (RPPBCI), as fontes de informação, as temáticas mais evidentes, os autores mais produtivos, os seus modelos de investigação e os referentes teóricos por meio dos autores referenciados;
- c) verificar as áreas de conhecimento predominantes, dos grupos de pesquisa em que os autores mais produtivos recuperados nas duas bases desenvolvem atividades;
- d) averiguar informações sobre a constituição e institucionalização do campo da economia política da informação, por meio de diálogo com pesquisadores especialistas e experientes na área.

A investigação configura-se com caráter descritivo e documental, com a adoção de pesquisa de campo e estudos métricos em informação. O cumprimento dos objetivos estabelecidos permitiu compreender como o processo de institucionalização científica e de estruturação do subcampo científico da EPI tem se estabelecido no campo da CI, bem como visualizar o seu grau de consolidação diante das relações interdisciplinares que colaboraram para a sua construção na sua produção científica.

Esta pesquisa é justificada primeiramente por um desejo de contribuir para o fortalecimento dos estudos da EPI no campo brasileiro da CI, onde se cria “uma situação em que, se por um lado a CI se vale da contribuição de outras áreas de conhecimento, por outro deve cuidar para que a interferência dessas outras áreas não coloque em risco sua autonomia”. (SCHNEIDER; BEZERRA; CASTRO, 2017, p. 60). Concomitantemente, esta pesquisa é justificada por colaborar com o fortalecimento do domínio da Ulepicc no Brasil, que em 2019

comemorou 15 anos de contribuição e amadurecimento aos estudos críticos em informação, comunicação e cultura. Segundo Brittos e Bolaño (2010, p. 176-177), a preocupação com o diálogo interdisciplinar é uma característica muito marcante do capítulo brasileiro desta entidade e um ponto de força maior na sua luta epistemológica em favor de um pensamento crítico e socialmente engajado, mas especialmente no interior do campo da Comunicação.

Outra justificativa é a necessidade de compreender o processo de institucionalização científica de uma subárea emergente na CI. Conforme destaque de Kobashi (2017, p. 320), a sua constituição no interior de regimes denominados como capitalismo flexível, pós-fordismo, sociedade da informação, sociedade do conhecimento, entre outros, impõe abordagens que considerem a economia política da informação como uma interface essencial, desdobrada em diferentes formas de diálogos interdisciplinares da informação com a educação, com a cultura, com o poder, com a linguagem, com a economia ou com outros domínios do conhecimento.

Por fim, a pesquisa é justificada pela pertinência aos estudos realizados no âmbito do Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação (PPGCI) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), especialmente em razão da linha de pesquisa “Organização, Acesso e Uso da Informação”. Conforme a ementa, esta linha de pesquisa envolve entre outras situações, questionamentos teóricos, conceituais, reflexivos e metodológicos voltados à produção, apropriação e representação da informação. Esta proposta aproxima-se de um problema alertado por García Gutiérrez (2011, p. 289, tradução nossa) de que a economia política da informação é praticamente ausente no campo de estudos da organização do conhecimento, informação e documentação.

Esta tese encontra-se organizada em seis seções principais. A primeira seção trata da escolha do tema por meio das reflexões e questionamentos que culminam na exposição do problema. Orienta o leitor quanto à estrutura deste trabalho de acordo com as suas seções. Apresenta o objetivo geral e objetivos específicos. Caracteriza a pesquisa e justifica a sua realização e pertinência para o campo da Ciência da Informação.

A segunda seção reforça os critérios, instrumentos, estratégias e técnicas na metodologia de investigação e análise dos dados levantados no universo e corpus selecionados considerando os objetivos estabelecidos nesta investigação.

A terceira seção descreve conceitos que colaboram para a compreensão de domínios do conhecimento, tendo assim, a Análise de Domínio (AD) como uma perspectiva teórica e metodológica, em particular para a organização e representação do conhecimento científico na área de economia política da informação, que auxilia na visualização dos processos de institucionalização científica. Oportunamente, esta seção contextualiza o cenário,

especialmente o brasileiro, da economia política no âmbito dos estudos científicos na área de Informação e Comunicação.

A quarta seção apresenta e caracteriza o processo de institucionalização de um campo científico, principalmente em seus níveis de análise nas perspectivas social e cognitiva. Tem como principais teóricos o sociológico francês Pierre Bourdieu, sobre as propriedades principais do campo científico e outros de seus conceitos pertinentes na sua análise sociológica da ciência, bem como o pesquisador inglês Richard Whitley sobre os processos que culminam na institucionalização científica. A seção apresenta também uma síntese da institucionalização do campo científico da CI no Brasil.

A quinta seção enfim apresenta os dados, discute os resultados obtidos na pesquisa, analisa os contributos sociocognitivos da EPI na produção científica em CI no Brasil e expõe a tese da investigação, sendo, portanto, a seção mais extensa desta tese.

A sexta seção traz as considerações finais sobre a pesquisa realizada ao retomar as pretensões desta tese e assim destacar os contributos sociais e cognitivos da institucionalização científica da EPI para o campo da CI no Brasil em sua produção científica, sem deixar, no entanto, de relatar algumas limitações de investigação em razão da amplitude que o campo ou subcampo da EP possa representar como um todo ou para os estudos informacionais. Nesta seção também são sugeridas novas perspectivas ou possibilidades de investigação a respeito do objeto estudado, em particular nas investigações realizadas no âmbito do campo científico da CI visando a sua progressão.

Por intermédio da investigação realizada e o alcance dos objetivos, com esta pesquisa espera-se colaborar com estudiosos e pesquisadores da área para que se reconheçam as concepções vigentes na atual conjuntura dos conhecimentos sobre a economia política da informação, pois estas contribuem para a ciência e compõem elementos para a construção do currículo e de uma identidade programática institucional que deve ser reconhecida pela comunidade científica.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Quanto à natureza, análise e obtenção de informações, esta pesquisa é de caráter descritivo e documental com pesquisa de campo. Esta seção será percorrida com a retomada dos objetivos da pesquisa mencionados na seção anterior desta tese, para maiores esclarecimentos metodológicos. O conjunto dos objetivos específicos assentará o objetivo geral da pesquisa descrito na mesma seção introdutória.

O primeiro objetivo específico foi: na revisão teórica, reconhecer as áreas de formação acadêmica, especialmente em nível de doutorado, dos autores que publicaram trabalhos nos Grupos de Trabalhos (GTs) com espaços destinados à produção de conhecimento em CI, mais especificamente na seção brasileira da Ulepicc, ao considerar a relevância deste evento científico e como parte integrante da revisão de literatura sobre a economia política e os estudos infocomunicacionais na comunicação científica brasileira. Os dados desta produção científica foram coletados em pesquisa avulsa na internet e organizados em planilhas. Em uma análise mais específica foram considerados os autores que no presente levantamento são identificados como doutores na Plataforma Lattes. Quanto à área de doutoramento dos pesquisadores filtrados para a análise, a informação foi extraída no currículo de cada pesquisador também pela Plataforma Lattes. Os dados foram organizados em planilhas.

O segundo objetivo específico foi: analisar a produção científica em economia política da informação recuperada na Base de Dados Referenciais de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (BRAPCI) e no Repertório da Produção Periódica Brasileira de Ciência da Informação (RPPBCI), com a finalidade de destacar as fontes de informação indexadas e representativas da produção, as temáticas mais evidentes, os autores mais produtivos e os seus referentes teóricos por meio dos autores referenciados.

Segundo Kobashi (2007, p. 193), os estudos de institucionalização da ciência são antecidos por uma série de ações, entre as quais está a identificação de repositórios de informações pertinentes para cada campo. Para Carvalho (2017, p. 161), em estudos de domínios de conhecimento focados na literatura científica, destaca-se a importância da escolha de uma base de dados especializada e reconhecida pelo campo em análise.

Na Ciência da Informação, a Brapci configura-se como a principal base para a recuperação da literatura científica na área ao ampliar o espaço documentário permitido ao pesquisador, facilitar a visão conjunta da pesquisa científica no campo e revelar especificidades do domínio científico.

Desde a sua concepção, a base contribui para estudos analíticos e descritivos sobre a produção editorial de uma área em desenvolvimento (BUFREM; COSTA; GABRIEL JUNIOR; PINTO, 2010, p. 25). Por ter um “relevante papel no monitoramento da própria Ciência da Informação Brasileira, com dados que possibilitam sua compreensão” (GABRIEL JUNIOR, 2018), é, portanto, um dispositivo de memória institucionalizado, um elemento concreto de institucionalização social que evidencia a institucionalização cognitiva do campo. É possível afirmar que alguns artigos só são facilmente encontrados nesta base, devido à desativação dos links originais das publicações em formato online ou por se tratarem de publicações muito antigas.

A base Brapci é produto de informação de dois projetos de pesquisa aprovados pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), idealizados pela professora e pesquisadora Leilah Santiago Bufrem na Universidade Federal do Paraná, entre 2006 e 2008, com objetivos de subvencionar estudos e pesquisas na área de Ciência da Informação:

[...] o primeiro, intitulado Opções metodológicas em pesquisa: a contribuição da área da informação para a produção de saberes no Ensino Superior, relacionado ao processo 401981/2007-0 da linha de fomento “Apoio a Projetos de Pesquisa/Edital MCT/CNPq 50/2006 Ciências Humanas, Sociais e Sociais Aplicadas”; o segundo projeto, intitulado Metodologia para criação de uma base de dados online de acesso público: modelizando práticas para a socialização de saberes, culminou com a consolidação e disponibilização ao público [...] (GABRIEL JUNIOR, 2014, p. 62)

A base de dados referenciais foi constituída inicialmente pela identificação dos títulos de periódicos na área de CI e indexação dos seus artigos. Com o decorrer do tempo, aperfeiçoamentos tecnológicos foram implantados para um maior empenho na recuperação de artigos, além da ampliação de cobertura das modalidades de publicações disponíveis na base, entre os artigos de periódicos e os de apresentação em eventos científicos.

Mais recentemente, outra base de dados que ainda se encontra em desenvolvimento na recuperação da produção científica periódica na área é o Repertório da Produção Periódica Brasileira de Ciência da Informação (RPPBCI).

Segundo Araújo, Murakami e Vasconcelos (2016, p. 45), a base é fruto de um projeto desenvolvido pelo Laboratório de Estudos Métricos da Informação na Web (Lab-iMetrics), do Curso de Biblioteconomia da Universidade Federal de Alagoas (UFAL). O Lab-iMetrics é um

grupo de pesquisa liderado pelo professor doutor Ronaldo Ferreira de Araújo e cadastrado no Diretório dos Grupos de Pesquisa, do CNPq.

Assim, as duas bases de dados descritas nesta seção foram escolhidas como ambientes para a coleta e análise dos dados. O descritor estabelecido como norteador para a busca da produção científica foi “economia política” (EP), com recorte temporal entre os anos de 1972 e 2018, sendo 1972 o período inicial de cobertura das publicações indexadas na Brapci, base com mais tempo de existência em relação à RPPBCI. Após a apresentação dos resultados na busca realizada, os dados recuperados foram comparados entre as duas bases, para evitar registros de trabalhos duplicados. Logo após, os metadados que identificam os trabalhos científicos foram extraídos e organizados em planilhas eletrônicas.

A análise desses metadados referentes ao segundo objetivo específico será apresentada na quinta seção primária, bem como a descrição de outros recursos pertinentes que auxiliaram na visualização, no tratamento bibliométrico e na interpretação dos dados tabulados. No entanto, na presente seção é oportuno adiantar que o portal eletrônico do Diretório dos Grupos de Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico³ (CNPq) foi consultado para análise do terceiro objetivo específico: verificar as áreas de conhecimento predominantes, dos grupos de pesquisa em que os autores mais produtivos recuperados nas duas bases desenvolvem atividades.

O quarto objetivo específico foi: averiguar informações sobre a constituição e institucionalização do campo da economia política da informação, por meio de diálogo com pesquisadores especialistas e experientes na área.

Segundo Dias (2015, p. 9), as consultas aos especialistas representam uma das entradas de fontes de conhecimento do domínio sob análise. Pressupondo que a literatura no campo da Ciência da Informação por si só ainda não fornece dados suficientes para se analisar o domínio de uma economia política da informação, buscou-se dialogar com pesquisadores de competência reconhecida na comunidade acadêmica pelas suas contribuições e atuações profissionais em torno da Economia Política da Informação, da Comunicação e da Cultura, pois este é o subcampo mais representativo.

A oportunidade de realizar esta pesquisa de campo surgiu na ocasião do VII Encontro Nacional da Ulepicc - Brasil, realizado entre os dias 28 e 30 de novembro de 2018, no Centro de Interesse Comunitário da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), na cidade de Maceió, capital do estado de Alagoas. A fim de participar do evento, socializar estudo prévio entre os

³ Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/web/dgp>. Acesso em: 25 nov. 2019.

participantes de um dos GTs e, principalmente obter os depoimentos de pesquisadores renomados e/ou reconhecidos quanto ao objeto de estudo nesta tese para a coleta e análise dos dados, fez-se viagem partindo da cidade de João Pessoa, capital do estado da Paraíba.

Aos pesquisadores selecionados, foi aplicada uma entrevista do tipo estruturada, caracterizada pela elaboração de um roteiro previamente estabelecido. Esta modalidade de entrevista se mostrou pertinente para a ocasião do VII Ulepicc – Brasil, pela possibilidade de extrair o máximo de informações com o mínimo de perguntas ou de tempo disponível pelos pesquisadores selecionados e que já estavam com as suas agendas comprometidas em atividades diretamente ligadas a programação do evento.

As entrevistas foram gravadas no formato de áudio por meio de um aplicativo de gravação de áudio em telefone móvel. Os pesquisadores selecionados foram entrevistados na mesma ocasião, porém individualmente, na noite do dia 30 de novembro de 2018, momentos finais do VII Encontro da Ulepicc – Brasil. A transcrição das entrevistas foi procedida manualmente, com o apoio do software *Express Scribe Transcription*.

Desde o princípio, a perspectiva desta investigação adota a indicação de Martins e Moraes (2015) sobre a análise de domínio para a extração de indicadores cognitivos e sociais de institucionalização científica. Na proposta dos autores, os elementos básicos sugeridos por Tennis (2012) e por sua vez utilizados na pesquisa de tese desenvolvida por Martins (2014) são convenientes para se estudar o domínio de uma área de conhecimento: definição de domínio; escopo e alcance; e propósito. Todavia, os autores (2015, p. 95) consideram também que outros estudos podem contribuir para uma maior completude da avaliação da institucionalização das áreas de conhecimento em um trabalho que jamais será finito.

Assim, a análise de domínio pretendida na presente tese difere quanto ao enquadramento metodológico de Tennis e utilizado por Martins, pois aqui foi escolhido outro quadro norteador sugerido por Amorim e Café (2017, p. 83) e que segundo Almeida e Dias (2019, p. 32), ajudou a intensificar e esclarecer a análise de domínio com a oportunidade de considerar a perspectiva social e realista de uma comunidade discursiva.

No artigo de Amorim e Café (2017) foi constatado que os conceitos de Comunidade Discursiva, Domínio e Linguagem são os mais representativos da perspectiva hjørlandiana para uma análise de um domínio, conforme a investigação aplicada por eles. Com esta conclusão, os autores cruzaram estes três índices com as variáveis de Conteúdo, Expressão, Territorialização e Desterritorialização. O resultado foi um enquadramento metodológico que os autores (2017, p. 86) afirmam que pode ser usado completamente ou em partes, auxiliando nos processos de estudo de um domínio e revelando novas possibilidades.

Desta forma, o quadro proposto por Amorim e Café foi tomado como referência, em partes. Os três conceitos relacionados à análise de domínio de Hjørland foram selecionados com as variações de Conteúdo e Territorialização. As questões desta investigação foram elaboradas no quadro 1.

Quadro 1 – Esquematização de questões da tese para a análise de domínio na institucionalização científica da EPI na CI

	Comunidade discursiva	Domínio	Linguagem
Conteúdo	Quem são os atores mais produtivos? Quais as áreas dos seus grupos de pesquisa? Quais as universidades?	Quais as associações ou entidades que interferem no domínio?	Quais as palavras-chave mais utilizadas na produção científica em geral?
Territorialização	Como é distribuído o capital simbólico no campo científico, entre os mais produtivos?	Quais os paradigmas (modelos) presentes na produção científica dos autores mais produtivos?	Quais as fontes de informação em que as pesquisas são publicadas? Quais os principais referentes teóricos dos autores mais produtivos?

Fonte: Elaboração própria (2019), adaptada da proposta de Amorim e Café (2017) para a análise de domínio

Com a base teórica e metodológica em análise de domínio definida, os dados foram revisados e organizados para análise, interpretação e apresentação, visando os objetivos expostos para esta pesquisa.

3 ECONOMIA POLÍTICA DA INFORMAÇÃO: PERSPECTIVAS PARA UMA ANÁLISE DE DOMÍNIO

Quase no fim do século XX, Mosco (1998, p. 97) ressaltou a necessidade de se refletir, repensar e renovar a EPI.

Repensar e renovar a economia política requer ainda um olhar através das relações entre esta disciplina e aquelas com que partilha fronteiras. Embora, certamente, se possa mapear o universo das disciplinas acadêmicas de inúmeras formas é útil situar a economia política da informação [...]. (MOSCO, 1998, p.111)

Hoje, às vésperas de entrarmos na terceira década do século XXI, entendemos que esta necessidade se faz muito mais premente, principalmente, devido às transformações na economia política mundial e no meio intelectual. O autor da presente tese, durante o seu doutoramento teve a oportunidade de cursar uma disciplina no ano de 2017 no âmbito do PPGCI da UFPB que, embora intitulada “Economia da Informação⁴”, foi conduzida durante todo o semestre em uma perspectiva crítica e da economia política da informação. A economia política da informação também foi identificada nas ementas das disciplinas “Ciência da Informação e Sociedade⁵”, do PPGCI da Universidade Federal Fluminense (UFF) e na disciplina optativa “Política e Economia da Informação⁶” no extinto curso de mestrado profissional em Gestão da Informação na Universidade Estadual de Londrina (UEL). Em 2007, Araújo, Higino e Scott apresentaram um artigo em um evento científico da área de CI, esclarecendo que o trabalho foi originalmente apresentado como texto na disciplina “Economia Política da Informação”, do PPGCI da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), fazendo assim compreender que uma disciplina com esta nomenclatura já foi ministrada nesse Programa. Todavia, nas estruturas curriculares dos Programas de Pós-graduação em Ciência da Informação brasileiros, aqui se parte do pressuposto de que disciplinas sobre a Economia Política da Informação não são comuns.

⁴ Ementa da turma 2017.1 disponível em edital de seleção para alunos especiais, mas o autor da presente tese cursou a disciplina como aluno regular do programa. Disponível em: http://www.ccsa.ufpb.br/ppgci/contents/copy_of_documentos/edital-processo-seletivo-aluno-especial-2017-1.pdf/@download/file/Edital%20Processo%20Seletivo%20Aluno%20Especial%202017.1.pdf. Acesso em: 21 nov. 2019.

⁵ Disponível em: <http://www.ci.uff.br/ppgci/arquivos/disciplinas%20a%20partir%202015/DISCIPLINA%20LINHA%201.pdf>. Acesso em: 7 out. 2019.

⁶ Disponível em: <http://www.uel.br/pos/mestradoinformacao/pages/disciplinas/politica-e-econ.-inf..php>. Acesso em: 7 out. 2019.

Com exceção das disciplinas consideradas obrigatórias ou tradicionais, é natural que os Programas de Pós-graduação alterem a oferta de disciplinas a cada ano, de modo que as informações sobre disciplinas já ministradas anteriormente sejam em curto prazo excluídas dos portais eletrônicos. O exemplo mais explícito e regular aqui identificado foi a oferta da disciplina intitulada “Economia Política da Informação e da Comunicação⁷”, no PPGCI do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict), em parceria com a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Segundo Netto e Braz (2012, p. 41), o objetivo da EP é estudar as leis sociais que regulam a produção e a distribuição dos meios que satisfazem as necessidades dos homens, historicamente determinadas, para a manutenção e reprodução da sociedade, atendendo então aos desejos individuais ou coletivos dos membros.

A expressão “economia política” aparece pela primeira vez no ano de 1615, atribuída então ao mercantilista francês Antoine de Montchrétien pela sua publicação intitulada *Traicté d'économie Politique* (NETTO; BRAZ, 2012; ROSSETTI, 2016). Segundo Netto e Braz (2012, p. 28), foi nos primeiros anos do século XIX que passou a ser reconhecida como corpo teórico.

Braga e Vasconcellos (2011, p. 16) afirmam que é difícil estabelecer uma relação de causa e efeito entre a Economia e a Política, mas que ambas são áreas bastante interligadas uma com a outra, pois a Política determina as instituições sobre as quais se desenvolverão as atividades econômicas. Com isso, atualmente a inserção do adjetivo “política” ao substantivo “economia” enfatiza em sua vertente teórica as questões morais e éticas na ordem política dos fenômenos econômicos. Conforme Sandroni (2004, p. 189), o termo “economia política” ficou restrito ao pensamento marxista, enquanto o termo “economia” é a denominação dominante nos meios acadêmicos. Para este autor, o estudo da economia abrange numerosas escolas e proposições metodológicas comumente conflitantes entre si, de modo que a economia acaba por não apresentar unidade nem mesmo quanto a seu objeto de trabalho, pois este depende da visão que o investigador adquire a respeito do processo produtivo.

Para Nunes (2014, p. (16-17), a economia política se liga a uma perspectiva metodológica mais específica para a análise dos problemas econômicos e talvez se deva admitir que não há uma economia política homogênea, mas várias economias políticas que, inseridas em uma perspectiva interdisciplinar, abrem caminhos para diferentes ponderações acerca da importância dos elementos não econômicos e as diferentes combinações entre estes elementos.

⁷ Disponível em: <http://www.ppgci.ufrj.br/wp-content/uploads/2019/07/disciplina-Marcos-Dantas.pdf>. Acesso em: 7 out. 2019.

Considerando as diferentes correntes e compartimentos do pensamento econômico na contemporaneidade, Rossetti (2016, p. 38) afirma que a mais importante diferenciação é entre as expressões economia positiva e economia normativa, em que a primeira trata a realidade como ela é, enquanto a segunda considera mudanças nessa mesma realidade, propondo então como ela deve ser.

Rossetti (2016) ainda destaca as concepções de economia descritiva, teoria econômica e política econômica. Para o autor, a economia descritiva observa e sistematiza o mundo real, descrevendo e mensurando os fatos econômicos. Já a teoria econômica trata de expor os princípios, teorias, leis e modelos da economia. Por fim, a política econômica atua sobre a realidade com objetivos de estabilizar a economia, contribuir para o crescimento de forma sustentável e distribuir melhor a renda e a riqueza.

A economia descritiva e a teoria econômica situam-se, preponderantemente, no campo da economia positiva. A política econômica é, preponderantemente, normativa. [...] Não obstante os diferentes troncos da teoria econômica estejam impregnados pelas ideologias subjacentes à sua aparição e desenvolvimento, eles buscam estabelecer verdades comprováveis pelas metodologias convencionais da dedução e da indução. Já as proposições de política econômica são, quanto à sua própria significação, normativas. Necessariamente, envolvem escolhas fundamentadas em juízos de valor. (ROSSETTI, 2016, p. 39)

Assim, as análises econômicas são situadas historicamente e são fortemente influenciadas por posturas ideológicas, conforme Rossetti (2016). Para este autor, a economia e a política estão sempre interligadas.

A economia política, para Mosco (1998), poderia ser definida, em sentido estrito e com certo valor prático, como o estudo das relações sociais, particularmente as relações de poder, que mutuamente constituem a produção, distribuição e consumo de recursos, incluindo os recursos informacionais. Uma definição mais genérica e ambiciosa, segundo ele, seria o estudo do controle e da sobrevivência na vida social. O controle (processo político) refere-se à organização interna da sociedade e aos processos de adaptação a mudanças. A sobrevivência (processo econômico) significa o modo como as pessoas produzem aquilo que é necessário para a reprodução e a continuidade sociais.

Para González de Gómez (2007, p. 149), Vincent Mosco considera que a economia política estuda as relações de poder que se manifestam conjuntamente nos domínios da cultura e da economia, de modo que o campo de construção de seu objeto de estudo incluiria os meios de comunicação e a comunicação e a informação como constitutivas do modo de produção,

distribuição e intercâmbio de recursos⁸. Para Bolaño (2014), a economia política da comunicação originou-se no campo da comunicação e seu objeto de estudo específico foi se ampliando na obra de diferentes autores, para incluir a informação, o conhecimento, as telecomunicações e a informática.

A fronteira do conhecimento em que se situa, em todo caso, é aquela das Ciências Sociais, especialmente a Economia Política, e os estudos de Comunicação. Com o advento da Internet, em particular, esses diferentes objetos tendem a convergir e a EPC talvez seja a única disciplina acadêmica que tem tido a capacidade de enxergar o processo em sua totalidade, em função da sua inerente interdisciplinaridade. (BOLAÑO, 2014, p. 80-81)

Pressupondo a existência de inúmeros domínios do saber para a economia política e os estudos informacionais, convém pensar na perspectiva de uma análise de domínio para refletir sobre as particularidades e as questões interdisciplinares que moldam os diferentes campos.

A respeito da complexidade dessas questões, González de Gómez destaca que

[...] diversos fatos e interpretações permitiriam afirmar a existência de uma importante zona de interseção de temas e questões, justificando interações e diálogo entre os estudiosos do conhecimento, da informação e da comunicação com os estudiosos da economia, da política e da administração. Para construir um saber de relevância e pertinência que explore essa zona comum, seria preciso considerar os diferentes pontos de partida e acepções conceituais que dificultam o estabelecimento de teses ao mesmo tempo abrangentes e de razoável consistência, ou, ainda, programas de investigação efetivamente interdisciplinares. (2007, p. 149)

Nesta perspectiva, compreende-se a AD como um processo de organização da informação que identifica objetos e suas relações na construção do vocabulário de um domínio. Beghtol (1995) aponta a relação entre a análise de domínio e a representação e a organização da informação na CI pela possibilidade de análises de “outros tipos de domínios, tais como campos de assuntos ou áreas temáticas”.

O conceito de AD foi inicialmente utilizado por Neighbors, em 1980, no campo da ciência da computação, para identificar elementos como operações, objetos e as relações deles decorrentes, consideradas significativas dentro um domínio que especialistas consideram como importantes para suas atividades (KERR, 2003; MORAIS, 2018).

O domínio tem sido considerado como

⁸ MOSCO, Vincent. **The political economy of communication**: rethinking and renewal. [S.l.]: SAGE, 1996.

[...] área de conhecimento, atividade, interesse, em que se demarca algum conhecimento com limites definidos, com profissionais ou grupos articulados em pensamento e em linguagem. Dentro da Análise de Domínio, procura-se uma integração do indivíduo, extrapolando as abordagens cognitivistas para o contexto social das comunidades nas quais aquele indivíduo se insere. (OLIVEIRA, 2018, p. 49)

Na Ciência da Informação, foi trabalhada inicialmente por Hjørland e Albrechtsen (1995) e fortalecida em outros trabalhos de Hjørland (1998; 2002). Começa a ser considerada como uma área de estudo mais formal no campo da Biblioteconomia e Ciência da Informação no início do século XXI (TENNIS, 2012).

O paradigma de domínio analítico da Ciência da Informação afirma que a melhor maneira de entender a informação na Ciência da Informação é estudar os domínios do conhecimento como comunidades de pensamento ou discurso, que são partes da divisão do trabalho da sociedade. A organização do conhecimento, a estrutura, os padrões de cooperação, as formas de linguagem e comunicação, os sistemas de informação e os critérios de relevância são reflexos dos objetos de trabalho dessas comunidades e de seu papel na sociedade. (HJØRLAND, ALBRECHTSEN, 1995, p. 400, tradução nossa)

Para Smiraglia (2013, p. 10, tradução nossa), um domínio demonstra coerência ao longo do tempo, mas há dimensões constantemente marcadas que não apenas separam o espaço intelectual, mas também servem para manter uma tensão construtiva e dinâmica dentro do domínio, o que, por sua vez, mantém a frente de pesquisa em constante renovação.

O domínio é bastante afetado pelas características da comunidade discursiva e a sua análise pode ser considerada um processo para identificar os seus objetos existentes (DIAS, 2015, p. 8). Segundo Nascimento (2006, p. 31), as comunidades discursivas são constituídas por atores que apresentam pontos de vista distintos, estruturas de conhecimento individuais, predisposições, critérios de relevância subjetivos e estilos cognitivos particulares que caracterizam as possibilidades de diferentes percepções, trajetórias, propósitos e apreciações em cada domínio de conhecimento. Para Saldanha (2011, p. 63), no estudo da comunidade discursiva se faz necessário conhecer e conviver com os jogos de linguagem ou critérios com os quais os atores constroem e compartilham os seus saberes.

Portanto, sendo o domínio uma área do conhecimento ou um determinado campo de especialidade, apresenta-se como uma perspectiva viável para esta proposta de pesquisa, que visa identificar a comunidade científica e seus discursos na literatura, pois esta comunidade

corresponde a uma das partes da sociedade do trabalho que expressa a dimensão política da economia da informação.

Na compreensão de Carvalho (2017, p. 204), o conceito de domínios de conhecimento complementa o conceito de campo científico na operacionalização dos estudos informacionais, influências epistemológicas, sociais, econômicas e culturais.

[...] o conceito de domínios de conhecimento carrega consigo metodologias capazes de colocar em evidência a estrutura do campo científico. A escrita científica expressa as influências epistemológicas de cada campo, a linguagem empregada, os atores influentes, as práticas de produção e organização da informação e do conhecimento e especialmente os fluxos, as trocas e as tendências em pesquisa. (CARVALHO, 2017, p. 204-205, grifo nosso)

Conforme Campos e Venâncio (2006, p. 14), um domínio pode ser considerado na perspectiva de "uma disciplina científica, um campo científico ou uma comunidade discursiva". Por meio da análise de domínio, torna-se possível verificar o que é efetivamente importante ou significativo em um dado campo, de tal modo que aspectos como tendências, padrões, processos, agentes e seus relacionamentos possam ser identificados e analisados (DANUELLO, 2007). Thellefsen e Thellefsen (2004, p. 179) definem os domínios de conhecimento demarcando-os em um contexto profissional ou não.

Hjørland (2002, p. 450-451) levanta 11 abordagens tradicionais e inovadoras que possibilitam a análise de domínio: guias de literatura; classificações especiais e tesouros; indexação e recuperação de especialidades; estudos empíricos de usuários; estudos bibliométricos; estudos históricos; estudos de documentos e de gênero; estudos epistemológicos e críticos; estudos terminológicos para fins especiais e estudos discursivos; estruturas e instituições na comunicação científica; e análise de domínio em cognição profissional, inteligência artificial e representação do conhecimento. Estas abordagens não são exaustivas e tampouco exclusivas. São, portanto, passíveis de combinação conforme o desejo ou necessidade de quem estuda o domínio.

Na pesquisa de Almeida e Dias (2019, p. 42) sobre o estudo da arte em AD no campo da CI brasileira, os autores constataram uma forte tendência para os estudos bibliométricos e para as técnicas de organização e representação do conhecimento.

Segundo Ferreira e Silva (2019, p. 450), a bibliometria representa atualmente uma das principais frentes de estudos para mapeamento e análise de publicações sobre determinado tema. Mugnaini, Carvalho e Campanatti-Ostiz (2006, p. 316), indicam que as técnicas de

medição permitem entender a evolução da ciência como forma de expressão do conhecimento humano. Para Bufrem e Prates (2005, p. 12), as técnicas da bibliometria são constantemente aplicadas para identificar tendências de pesquisa e crescimento do conhecimento em diferentes áreas da ciência. Segundo as autoras:

As leis bibliométricas mais comumente utilizadas e relacionadas à produtividade científica (Lei de Lotka), à dispersão da produção científica (Lei de Bradford) e à ocorrência de palavras no texto (Lei de Zipf), cujas aplicações originais foram cedendo lugar a modificações e incorporações, estruturaram-se em corpo teórico que justificou o *status* de ciência ao conjunto de conhecimentos que então se configurava em torno do objeto informação. E, revestido dessa configuração científica, passa a se destacar nos programas de investigação [...] sob perspectivas teóricas ou práticas diferenciadas. Seus resultados, amplamente divulgados, referem-se a indicadores das características da literatura, de suas tendências e evolução. (2005, p. 12-13)

Os estudos bibliométricos e cientométricos se apresentam como possibilidades válidas para análises de domínio do conhecimento no processo de institucionalização social e cognitiva de um campo científico. Conforme Silva, Hayashi e Hayashi (2011, p. 125-126), ao aplicar a análise bibliométrica, o pesquisador deve: definir objetivos, localizar e acessar as fontes de informação, estabelecer estratégias de busca de informação para a coleta de dados, estabelecer relacionamentos entre os dados obtidos, recorrer ao referencial teórico para a elaboração de categorias de análise, de construção de indicadores e, por fim, apresentar os resultados obtidos com a análise bibliométrica para a crítica externa.

Conforme Oliveira (2018, p. 52-53), a teoria desenvolvida por Hjørland não se consolidou como um paradigma na Ciência da Informação, mas se destaca como um dos mais abrangentes. Para Amorim, Vianna e Medeiros (2019, p. 36), a análise de domínio “permite identificar as condições nas quais o conhecimento científico se constrói e se socializa, caracterizando-se, dessa forma, como relevante contribuição para Ciência da Informação”.

Uma questão comportamental pertinente em particular na mensuração da citação é o “Efeito Mateus” na comunicação científica, teorizado por Merton (1968), que se inspirou no versículo bíblico Mateus 25:29: “Pois a todo aquele que tem será dado, e terá em abundância; mas ao que não tem será tirado até o que tem”. Segundo Merton (1968, p. 57), o processo de distribuição de oportunidades entre os cientistas para ampliarem os seus papéis como investigadores influencia na “estrutura de classes” da ciência, pois fornece acesso diferenciado aos meios de produção científica. A respeito do Efeito Mateus, Vanti (2011, p.

14) complementa que, querendo ou não, há uma influência psicológica de se citar aqueles autores que já costumam ser mais citados em trabalhos de uma determinada área do que aqueles menos citados, que acabam muitas vezes sendo esquecidos.

Outra reflexão pertinente diz respeito ao relacionamento entre domínios diferentes na produção de conhecimento científico. Nesse contexto, Bufrem e Freitas (2015) consideram a possibilidade da existência de interdomínios, ora oriundos de domínios já institucionalizados como disciplinas ou campos, ora em vias de se institucionalizarem como tais. Assim, as autoras reconhecem o interdomínio como um processo de relações representativas em um espaço comum entre dois ou mais domínios, campos ou áreas de conhecimento.

Para Freitas, Bufrem e Grácio (2019, p. 19-20), a CI se fortalece, sobretudo na possibilidade de contribuir com outros campos, para que estes a alimentem num constante movimento dialético de construção científica, pois um campo ou domínio apreendido por outros distintos campos pode tornar-se fundamental ao campo ou domínio em que foi incorporado, independentemente de sua origem.

3.1 A economia política e os estudos infocomunicacionais no Brasil

Na agenda das discussões em torno da economia política e os estudos infocomunicacionais, no que se refere aos espaços de produção científica brasileira sobre o tema destacam-se de forma intensa alguns grupos de trabalho, grupos de pesquisa e periódicos científicos advindos especialmente do campo científico da Comunicação, tendo como principais exemplos vigentes:

- a) grupo de pesquisa “Economia Política da Informação, Comunicação e Cultura”, da Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (Intercom);
- b) grupo de trabalho “Economia Política das Comunicações”, da Associação LatinoAmericana de Investigadores em Comunicação (Alaic);
- c) periódico científico Revista Eletrônica Internacional de Economia Política da Informação, da Comunicação e da Cultura, ou Revista Eptic. É produzida pelo Observatório de Economia e Comunicação (OBSCOM) e vinculada aos programas de pós-graduação em Comunicação e em Economia, da Universidade Federal do Sergipe (UFS).

Outra iniciativa é o Colóquio de Economia Política da Comunicação e da Cultura, na Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB), na cidade do Rio de Janeiro. O primeiro colóquio aconteceu no dia 10 de abril de 2017, com a discussão de dois temas principais: “O papel da

televisão na distribuição de produtos culturais no século XXI” e “Produção e financiamento na TV pública”. Mais dois encontros do colóquio foram realizados neste mesmo ano. O segundo colóquio aconteceu no dia 6 de junho de 2017 e teve como tema principal: “Mídia, Poder e Cultura”. Já o terceiro colóquio ocorreu no dia 9 de outubro de 2017 e teve as “Políticas de fomento ao audiovisual diante do compadrio na Comunicação e na Cultura” como tema principal. O quarto colóquio ocorreu no ano seguinte, no dia 7 de maio de 2018 e teve como tema principal: “É possível democratizar a mídia, a cultura e a informação no Brasil?”. O quinto colóquio ocorreu paralelamente ao IV Encontro do Emerge⁹ e, portanto, com uma programação maior nos dias 18 e 19 de outubro de 2018, tendo como tema principal: “A emergência da comunicação comunitária e do ativismo digital por uma sociedade mais democrática”. O sexto colóquio ocorreu no dia 13 de maio de 2019, com o tema principal: “Direito à Cultura e à Comunicação”. O sétimo colóquio ocorreu no dia 14 de outubro de 2019, tendo como tema principal: “Cultura, Mídia e Democracia”. Ainda sem temas principais definidos, para o ano de 2020 o oitavo colóquio está previsto para ocorrer no dia 18 de maio e o nono colóquio no dia 19 de outubro.

O capítulo brasileiro da Ulepicc foi fundado no ano de 2004, na cidade de Aracaju, no Sergipe. Integra, portanto, uma entidade de maior amplitude, uma federação internacional que conta com a participação de pesquisadores de diversas nacionalidades.

O primeiro encontro internacional aconteceu na cidade de Buenos Aires, na Argentina, em 2001. Na ocasião foi criada a Carta de Buenos Aires¹⁰ que assinala a atuação da entidade. Já o segundo encontro ocorreu em território brasileiro, na cidade de Brasília, em 2002. Enfim, o terceiro encontro em Sevilha, ainda no ano de 2002, formaliza esta rede de pesquisadores interessados no pensamento crítico infocomunicacional e oficializa esta entidade como associação internacional.

Conforme dados extraídos do portal eletrônico da entidade¹¹, até o presente momento foram realizados 11 congressos internacionais. O quarto encontro ocorreu na cidade de Caracas, na Venezuela, em 2003. Após a criação do capítulo brasileiro em 2004, o país sediou o quinto encontro internacional no ano seguinte, 2005, na cidade de Salvador.

A partir do sexto encontro internacional, os eventos deixaram de ocorrer anualmente. Assim, o sexto encontro ocorreu no ano de 2007, na Cidade do México, no México. O sétimo

⁹ Os Encontros do Emerge são realizados pelo grupo de pesquisa “EMERGE - Centro de Pesquisas e Produção em Comunicação e Emergência”, cadastrado no Diretório dos Grupos de Pesquisa no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

¹⁰ Endereço eletrônico: <https://ulepicc.org/wp-content/uploads/CARTA-DE-BUENO-AIRES.pdf>. Acesso em: 27 jul. 2019.

¹¹ Endereço eletrônico: <https://ulepicc.org/ulepicc-2/>. Acesso em: 20 ago. 2019.

encontro aconteceu em 2009, na cidade de Madri, na Espanha. O oitavo encontro foi realizado um pouco mais tarde, em 2013, na cidade de Quilmes, na Argentina. O nono encontro ocorreu em Cuba, na cidade de Havana, em 2015. O décimo encontro aconteceu na cidade de Quito, no Equador, em 2017. Por fim, o décimo primeiro encontro internacional, mais recente, foi realizado em Sevilha, na Espanha, em 2019.

O Capítulo brasileiro da Ulepícc visa reunir pesquisadores e profissionais atuantes na EPICC. Em seu portal¹², verifica-se que uma das metas da Ulepícc Brasil (Ulepícc-BR) é estimular o debate da Economia Política da Comunicação, da Informação e da Cultura, de onde o intento de promover, dentre outros possíveis espaços acadêmicos, encontros bienais.

Em novembro de 2019 foi publicado um resultado¹³ de enquete entre os associados da entidade, sobre o desligamento da entidade brasileira, do caráter federativo internacional, assumindo assim uma condição de associação ou sociedade brasileira com denominação a ser definida oportunamente.

O quadro 2 apresenta todos os encontros nacionais ocorridos entre os anos de 2006 a 2018, mais inclui também, na última linha, informações sobre o próximo encontro previsto¹⁴ para o ano de 2020.

Quadro 2 – Encontros brasileiros da Ulepícc (2006-2018)

EDIÇÃO, LOCAL, DATA e TEMA PRINCIPAL	GRUPOS DE TRABALHO
I Encontro Nacional da Ulepícc Brasil Niterói – RJ 18 a 20 de outubro de 2006 Economia Política da Comunicação: interfaces acadêmicas e sociais do Brasil	GT 1. Comunicação Comunitária GT 2. Estudos Culturais GT 3. Políticas de Comunicação GT 4. Tecnologias da Informação e da Comunicação
II Encontro Nacional da Ulepícc Brasil Bauru – SP 13 a 15 de agosto de 2008 Digitalização e Sociedade	GT 1. Políticas de Comunicação GT 2. Políticas Culturais e Economia da Cultura GT 3. Indústrias Midiáticas GT 4. Comunicação Pública, Popular ou Alternativa GT 5. Teorias
III Encontro Nacional da Ulepícc Brasil São Cristóvão – SE 20 a 22 de outubro de 2010 A formação da Economia Política da Comunicação e da Cultura no Brasil e na América Latina: conquistas e desafios	GT 1. Políticas de Comunicação GT 2. Comunicação Pública, Popular ou Alternativa GT 3. Indústrias Midiáticas GT 4. Políticas Culturais e Economia da Cultura GT 5. Teorias e Temas Emergentes
IV Encontro Nacional da Ulepícc Brasil	GT 1. Políticas de Comunicação

¹² Endereço eletrônico: <http://www.ulepicc.org.br/quem-somos/>. Acesso em: 10 ago. 2017.

¹³ Endereço eletrônico: <https://ulepicc.org.br/resultado-relacao-com-a-ulepicc/>. Acesso em: 24 fev. 2020.

¹⁴ Inicialmente o evento estava agendado para ocorrer entre os dias 13 e 15 de maio de 2020, mas o adiamento sem definição de data foi necessário devido às medidas de contenção do Coronavírus.

Rio de Janeiro – RJ 9 a 11 de outubro de 2012 Políticas Públicas e Pluralidade na Comunicação e na Cultura	GT 2. Comunicação Pública, Popular ou Alternativa GT 3. Indústrias Midiáticas GT 4. Políticas Culturais e Economia Política da Cultura GT 5. Teorias e Temas Emergentes
V Encontro Nacional da Ulepigg Brasil Rio de Janeiro – RJ 26 a 28 de novembro de 2014 Comunicação, Cultura, Informação e Democracia: tensões e contradições.	GT 1. Políticas de Comunicação GT 2. Comunicação Pública, Popular ou Alternativa GT 3. Indústrias Midiáticas GT 4. Políticas Culturais e Economia Política da Cultura GT 5. Teorias e Temas Emergentes GT 6. Ética, Política e Epistemologia da Informação
VI Encontro Nacional da Ulepigg Brasil Brasília – DF 9 a 11 de novembro de 2016 Mídia, Poder e a (nova) Agenda do Capital.	GT 1. Políticas de Comunicação GT 2. Comunicação Pública, Popular ou Alternativa GT 3. Indústrias Midiáticas GT 4. Políticas Culturais e Economia Política da Cultura GT 5. Teorias e Temas Emergentes GT 6. Ética, Política e Epistemologia da Informação GT 7. Iniciação Científica em Economia Política da Informação, da Comunicação e da Cultura
VII Encontro Nacional da Ulepigg Brasil Maceió – AL 28 a 30 de novembro de 2018 Os 30 anos da Economia Política da Comunicação e o Brasil Pós-golpe.	GT 1. Políticas de Comunicação GT 2. Comunicação Pública, Popular ou Alternativa GT 3. Indústrias Midiáticas GT 4. Políticas Culturais e Economia Política da Cultura GT 5. Teorias e Temas Emergentes GT 6. Epistemologia da Informação, da Comunicação e da Cultura GT 7. Estudos Críticos em Ciência da Informação
VIII Encontro Nacional da Ulepigg Brasil Ilhéus – BA (DATA INDEFINIDA ATÉ A CONCLUSÃO DESTA REVISÃO TEÓRICA) Ulepigg-Brasil 15 anos – aspectos regionais da Economia Política da Informação, da Comunicação e da Cultura (EPC).	GT 1. Políticas de Comunicação GT 2. Comunicação Popular, Alternativa e Comunitária GT 3. Indústrias Midiáticas GT 4. Políticas Culturais e Economia Política da Cultura GT 5. Economia Política do Jornalismo GT 6. Teoria e Epistemologia da Economia Política da Comunicação GT 7. Estudos Críticos em Ciência da Informação GT 8. Estudos Críticos sobre identidade, gênero e raça

Fonte: Dados da pesquisa (2019)

O Encontro Nacional da Ulepicc Brasil, surgido em 2006, apresentou a partir do ano de 2014, já com dez anos de comemoração das atividades da entidade, o GT 6 intitulado “Ética, política e epistemologia da informação”, cuja ementa¹⁵ destaca como objetivo geral fortalecer a presença da CI no âmbito da EPICC, com ênfase no debate em torno das questões éticas, políticas e epistemológicas correlatas, bem como em suas interconexões teóricas e aplicadas.

Os espaços dos GTs da edição do evento em 2014 foram tomados, segundo Santos e Mota (2015, p. 69), por “discussões centrais, que a partir das reflexões de pesquisadores de diferentes níveis, abrigaram, para além da Comunicação, contribuições da Filosofia e das Ciências da Informação, esta geralmente representada por investigadores do Ibict”.

Em 2016, o GT 6 do VI Encontro Nacional da Ulepicc em Brasília permanece com a mesma ementa surgida na edição anterior do Rio de Janeiro.

Já na edição mais recente, em 2018, o VII Encontro Nacional da Ulepicc em Maceió apresentou alterações nos espaços de discussões afins com a CI. Deste modo, a nomenclatura do GT 6 foi alterada para “Epistemologia da Informação, da Comunicação e da Cultura”, onde a perspectiva de estudos epistemológicos em CI foi mantida.

Além disso, foi criado o GT “Estudos Críticos em Ciência da Informação”, contribuindo com a expansão da CI na Ulepicc ao ser o primeiro GT do evento que destaca a CI na nomenclatura. Para a oitava e próxima edição foram aplicadas novas alterações na estrutura dos GTs, mas o GT 7 foi mantido na proposta.

O quadro 3 apresenta a descrição das ementas dos oito GTs do Encontro Nacional da Ulepicc, com base na última atualização divulgada para a próxima edição do encontro que ocorrerá na cidade de Ilhéus, na Bahia, na Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC).

Quadro 3 – Grupos de Trabalho e suas ementas na Ulepicc Brasil

GRUPO DE TRABALHO (GT)	EMENTA
GT 1 – Políticas de Comunicação	Objetiva estudar as ações de agentes públicos e privados relativas ao processo de regulamentação da mídia em suas diversas fases. Envolve a definição do conjunto de normas, princípios, deliberações e práticas locais relacionadas com a administração, organização e funcionamento do conjunto do sistema comunicacional. Analisa os processos e estratégias locais, regionais e internacionais dos conglomerados de comunicação e seu impacto e influência nos governos e na sociedade. Além disso, a concentração das comunicações e telecomunicações no Brasil.
GT 2 – Comunicação	Contempla investigações sobre a comunicação produzida no âmbito de movimentos sociopolíticos ou culturais, de sindicatos e de organizações

¹⁵ Informações no portal eletrônico do evento: <https://ulepicc.org.br/ulepiccbrasil5/>. Acesso em: 04 set. 2019.

Popular, Alternativa e Comunitária	populares em suas várias áreas de atuação ou manifestações políticas. Acolhe pesquisas sobre todo tipo de comunicação marcada por objetivos sociais e ligada às lutas por cidadania, de viés contra-hegemônico, atuantes em oposição à acentuada mercantilização da mídia.
GT 3 – Indústrias Midiáticas	Enfoca a rede institucional dos produtos comunicacionais que ligam a criação, produção, circulação, organização e comercialização de conteúdos de natureza cultural, informativa e de entretenimento. Engloba os processos industriais que envolvem televisão, cinema, rádio, internet, publicidade, produção editorial, indústria fonográfica, design, artes e espetáculos.
GT 4 – Políticas Culturais e Economia Política da Cultura	Abriga pesquisas que retratam o papel econômico, político e sociológico que o campo da cultura e das artes assume na sociedade contemporânea. De um lado, engloba discussões sobre a atuação do Estado, da participação da sociedade e do mercado nesta relação, bem como os mecanismos de financeirização da cultura e das artes, da produção e da gestão culturais. De outro, debate a industrialização e mercantilização da cultura e sua implicação na dinâmica atual do capitalismo, com enfoque no caráter central do trabalho cultural, intelectual e criativo.
GT 5 – Economia Política do Jornalismo	Modelos teóricos sobre o jornalismo como prática e produto social diante das tecnologias digitais contemporâneas, a partir das perspectivas da Economia Política da Comunicação e do Jornalismo. Formatos, enfoques e categorias estratégicas no trabalho de produção comunicacional e jornalístico. Análise crítica da apropriação do trabalho do jornalista, das relações de poder expressas no conteúdo à exploração de quem trabalha para produzir a notícia. Questões contemporâneas como midiatização, convergência, infotainment, mobilidade e interatividade, entre outras.
GT 6 – Teoria e Epistemologia da Economia Política da Comunicação	Aspectos conceituais, teóricos e de método da EPC como alternativa paradigmática completa, no interior do campo da Comunicação, vinculada ao materialismo histórico e dialético. Interdisciplinaridade e transdisciplinaridade nos estudos de EPC em diálogo tanto interno com outros subcampos da Comunicação, como os Estudos Culturais, as Teorias do Jornalismo, as Políticas de Comunicação, entre outros, quanto externo com a Economia, as diferentes Ciências Sociais e as Ciências da Informação. História da EPC no Brasil e no mundo. Disputas epistemológicas como disputas políticas.
GT 7 – Estudos Críticos em Ciência da Informação	Economia política da comunicação científica; classificações, organização do conhecimento e ideologia; informação, conhecimento e valor; vigilância digital e luta de classes; regime de informação e hegemonia; competência crítica em informação e alienação; desinformação digital em rede e crises das democracias liberais.
GT 8 – Estudos Críticos sobre Identidade, Gênero e Raça	O GT acolhe trabalhos que tenham interface gênero e raça no campo de estudos da Economia Política da Comunicação. Contempla pesquisas teóricas e empíricas que possibilitem compreender como o recorte racial e de gênero opera sobre a estrutura, a distribuição dos recursos e nos produtos midiáticos nas sociedades capitalistas. São interesses do grupo: regulamentação e diversidade racial e de gênero na estrutura midiática; racismo, sexismo e representação; sistemas midiáticos e desigualdade; raça, gênero na concentração dos sistemas midiáticos; contra-hegemonia e mídia negra/feminista; pensamento negro e feminista.

Fonte: Portal da Ulepicc-Brasil (2019)

Sobre a última edição do encontro nacional da Ulepícc em Maceió, convém ressaltar o seguinte trecho da ata¹⁶ da assembleia ordinária (2018) publicada na data de 04 de junho de 2019, que descreve a respeito das atividades desenvolvidas pela direção científica no biênio 2017-2018 e destaca o desdobramento do GT 6:

A mudança foi motivada pela intenção global de promover uma maior aproximação teórica e política entre a Economia Política da Comunicação (EPC) e a Ciência da Informação (CI). O GT 6 contribui com esse plano mediante a sistematização e aprofundamento do debate epistemológico da EPC sobre si mesma, assim como em diálogo com o campo vizinho da CI. Quanto ao GT 7, trata-se da institucionalização de um espaço especialmente voltado à expressão do seu pensamento crítico. Registre-se que o grande número de trabalhos de pesquisadores da Ciência da Informação submetidos a ambos os GTs para o Encontro de Maceió sugere o acerto e a fecundidade da iniciativa. Nessa mesma direção, foi proposta uma mesa para o Encontro de Maceió, Informação, comunicação, conhecimento e poder, com a participação de dois pesquisadores da Ciência da Informação, Arthur Bezerra, do Ibict/UFRJ, e Rodrigo Moreno, da Fumec-MG, ambos comprometidos com o pensamento crítico. Cabe acrescentar que os dois pesquisadores foram recentemente eleitos para os cargos de coordenador e coordenador adjunto do GT 5 – Política e Economia da Informação, da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação (Ancib), associação científica que desempenha no campo da Ciência da Informação papel similar ao da Compós no campo da Comunicação. A participação dos dois no Encontro de Maceió sinaliza a possibilidade da abertura de um diálogo teórico e institucional entre a ULEPICC-Brasil e a Ancib.

Considerando a comprovada importância que os encontros brasileiros da Ulepícc representam aos estudos científicos da economia política da informação, da comunicação e da cultura, foi pertinente a realização de um levantamento de dados da produção científica dos GTs 6 e 7 nas edições bianuais, entre os anos de 2014 a 2018, por apresentarem ementas que estimulam a participação de pesquisadores da CI no evento, bem como discussões que também interessam a este campo.

Tabela 1 – Autores dos trabalhos apresentados nos GTs 6 e 7 dos Encontros Ulepícc Brasil (2014-2018)

AUTORES	EDIÇÕES BIANUAIS DO ENCONTRO ULEPICC - BRASIL (GTs 6 e 7)			TITULAÇÃO MÁXIMA
	2014	2016	2018	
Adriane Carvalho Carrera	0	0	1	Especialista

¹⁶ Ata da assembléia ordinária da Ulepícc-Brasil - 2018. Disponível em: <https://ulepicc.org.br/ata-da-assembleia-ordinaria-da-ulepicc-brasil-2018/>. Acesso em: 04 set. 2019.

Alane Karine Dantas Pereira	0	0	1	Mestre
Alexandre Farbiarz	0	0	1	Doutor
Ana Amélia Lage Martins	0	0	1	Doutor
Anderson David Gomes dos Santos	1	0	0	Mestre
Andréa Doyle	0	1	0	Mestre
Andréa Stelzer	1	0	0	Doutor
Anna Cristina Caldeira de Andrada Sobral Brisola	1	1	2	Mestre
Arlete Nery de Andrade	0	0	2	Especialista
Arthur Coelho Bezerra	0	0	2	Doutor
Boanerges Balbino Lopes Filho	1	0	0	Doutor
Bruna Távora	0	0	1	Mestre
Bruno Macedo Nathansohn	1	0	0	Doutor
Camilla Cavalcante de Souza Machuy	1	0	0	Mestre
Carla Maria Martellote Viola	0	1	1	Mestre
Carlos Augusto Gonçalves Camilotto	1	0	0	Especialista
Carolina Karla Fernandes	0	0	1	Especialista
Claudia Franklin de Holanda Veras	0	1	0	Mestre
Cleide Luciane Antoniutti	0	0	1	Doutor
Cristiano Henrique Ribeiro dos Santos	0	0	1	Doutor
Daniella Alves de Melo	0	0	1	Mestre
Dulce Elizabeth Lima de Souza e Silva	0	0	1	Especialista
Edilson Targino de Melo Filho	0	1	2	Mestre
Edvaldo Carvalho Alves	0	1	2	Doutor
Elaine Rosangela de Oliveira Lucas	0	0	1	Doutor
Eliane Cristina de Freitas Rocha	0	0	1	Doutor
Érica Quadros do Amaral	0	0	1	Especialista
Fabiana Maria da Conceição dos Santos	0	0	1	Mestre
Fellipe Sá Brasileiro	0	0	1	Doutor
Fernanda do Valle Galvão Debetto	0	0	1	Mestre
Fernando José Reis de Oliveira	0	0	1	Doutor
Filipe Mello de Souza Cabral	0	1	0	Mestre
Gustavo Silva Saldanha	1	0	0	Doutor
Igor Soares Amorim	0	0	1	Mestre
Isabela Sousa Curvo	0	0	1	Mestre
Jackson da Silva Medeiros	0	0	1	Doutor
Joanne Santos Mota	1	0	0	Especialista
João Arlindo dos Santos Neto	1	0	0	Doutor
Jobson Francisco da Silva Júnior	0	0	2	Doutor
Jonatha Vieira de Sousa	0	0	1	Mestre
José Claudio Morelli Matos	1	0	1	Doutor
Josir Cardoso Gomes	0	0	1	Mestre
Juliana Loureiro Alvim Carvalho	0	0	1	Mestre
Juliano Borges	0	0	1	Doutor
Larissa Santiago Ormay	1	0	1	Doutor
Leandro Marlon Barbosa Assis	0	0	1	Mestre
Leilah Santiago Bufrem	0	0	1	Doutor

Letícia Cantarela Matheus	1	0	0	Doutor
Leyde Klebia Rodrigues da Silva	0	0	2	Mestre
Lucas Vinícius Junqueira Cavallache	0	0	1	Especialista
Luciane de Fátima Beckman Cavalcante	1	0	0	Doutor
Marcia Maria Melo Quintslr	0	0	2	Mestre
Marcos Gonçalves Ramos	0	0	1	Mestre
Mardochée Ogécime	0	0	1	Mestre
Maria Madalena Schmid Martins	0	0	1	Graduado
Manoel Dourado Bastos	0	0	1	Doutor
Marcelo Machado da Motta	1	0	0	Mestre
Maria Aparecida Moura	0	0	2	Doutor
Marina Pantoja Boechat	1	0	0	Doutor
Matheus Aguiar de Carvalho	0	0	1	Graduado
Maytê Luanna Dias de Melo	0	0	1	Mestre
Melina de Brito Santos	0	0	1	Especialista
Monique Figueira	0	0	1	Mestre
Natalia dos Santos Machado	0	0	1	Especialista
Nathália Lima Romeiro	0	0	1	Mestre
Pedro Arcanjo Matos	0	1	0	Especialista
Pedro Aguiar	0	0	1	Doutor
Pedro Vidal Diaz	0	1	0	Mestre
Priscilla Mara Bermudes Araujo	0	0	1	Mestre
Rafael Silva da Câmara	0	0	1	Mestre
Renata Brás de Souza	0	1	1	Mestre
Rodrigo Henderson Bessa	0	0	2	Graduado
Rodrigo Duarte Guedes	0	0	1	Mestre
Rodrigo Moreno Marques	0	0	1	Doutor
Rosale de Mattos Souza	1	0	0	Doutor
Rosana Matos da Silva Trivelato	0	0	1	Mestre
Rosely Aparecida Romanelli	1	0	0	Doutor
Sandra Vieira Santos	0	0	1	Especialista
Sheila Rodrigues dos Santos Macedo	0	0	1	Especialista
Shirley dos Santos Ferreira	0	0	1	Especialista
Sueli Bortolin	1	0	0	Doutor
Tatiely Mayara de Oliveira Neves	0	0	1	Especialista
Thiara dos Santos Alves	0	0	1	Mestre
Tiago Tadeu de Oliveira	0	0	1	Graduado
Valéria Aparecida Bari	0	0	2	Doutor
Vanderléa Nóbrega Azevedo Cortes	0	0	2	Especialista
Vanessa Capucho Aparicio da Silva	0	0	2	Graduado
Verônica Barboza Scartassini	0	0	1	Graduado
Wallace Ferreira do Nascimento	0	0	1	Graduado
Wesley Guilherme Idelfoncio de Vasconcelos	0	0	1	Ensino Médio

Fonte: Dados da pesquisa (2019)

Ao todo foram levantados 90 autores. Destes, a mestre Anna Cristina Caldeira de Andrada Sobral Brisola foi a única que participou com trabalhos nestes GTs afins com a CI, em todas as três edições, sendo este um detalhe que constitui indicador de interesse e compromisso com os GTs abertos ao campo da CI na Ulepícc.

A tabela 1 apresenta 32 pesquisadores doutores que foram analisados, enquanto que os demais autores são compostos em sua titulação máxima por 34 mestres, 16 especialistas, sete graduados e um que ainda não concluiu a graduação. Dos 13 autores doutores que participaram da edição de 2014 no GT 6, somente dois retornaram a participar, mais precisamente na edição de 2018. Na edição de 2016, quando o GT 6 ainda leva o mesmo nome da edição anterior, apenas um doutor participou do GT. No entanto, a mais recente edição no ano de 2018 registra uma maior participação de doutores nos GTs afins com a CI, na somatória dos GTs 6 e 7. Portanto, a tabela 1 apresenta um quadro irregular de pesquisadores participantes dos GTs de interesse da CI, mas estes seguem em desenvolvimento na participação de doutores. A tabela 2 apresenta as áreas de doutoramento dos autores que apresentam esta titulação.

Tabela 2 – Áreas de doutorado dos pesquisadores autores de trabalhos apresentados nos GTs 6 e 7 nos Encontros Ulepícc Brasil (2014-2018)

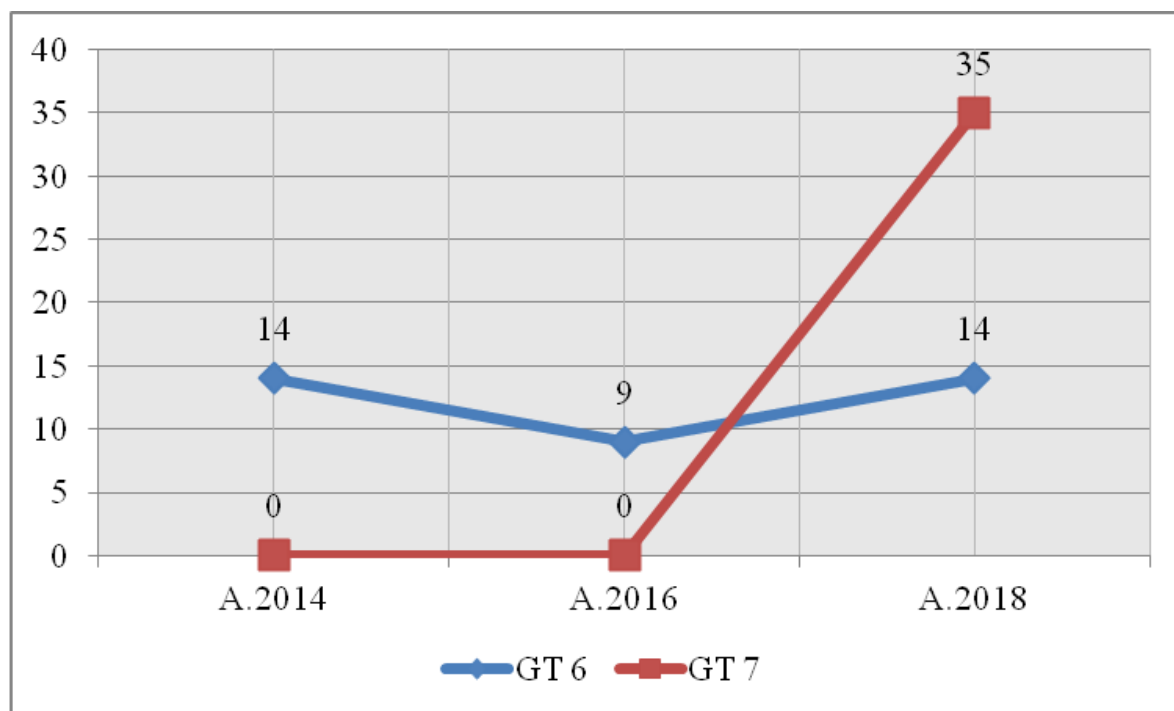
DOCTORADO	QUANTIDADE
Ciência da Informação	15
Comunicação	5
Comunicação e Semiótica	2
Artes Cênicas	1
Ciência da Comunicação	1
Ciência Política	1
Ciências Sociais	1
Comunicação e Informação	1
Cultura, Organização e Educação	1
Design	1
Filosofia	1
História	1
Sociologia	1
TOTAL	32

Fonte: Dados da pesquisa (2019)

Neste aspecto, a CI se mostra positiva em sua inserção nos GTs 6 e 7 dos encontros da Ulepícc- Brasil, quando quase metade dos pesquisadores são doutores em Ciência da Informação, enquanto que a outra parte é formada por doutores em outras áreas das ciências humanas, com especial destaque para a área de Comunicação e suas variantes.

Pressupõe-se que a área da CI tem potencial para parcerias ainda mais sólidas com a Ulepicc. Conforme dados levantados nesta pesquisa, os GTs da Ulepicc afins com a CI quantificam-se de acordo com o gráfico 1:

Gráfico 1 – Quantitativo de trabalhos nos GTs afins com a CI na Ulepicc-BR (2014-2018)



Fonte: Dados da pesquisa (2019)

O próximo encontro brasileiro da Ulepicc está previsto para ocorrer na cidade de Ilhéus, em 2020, na UESC. No mês de setembro do ano de 2019, a diretoria da Ulepicc-Brasil apresentou resultado de votação dos sócios da entidade, para a reestruturação dos grupos de Trabalho. Conforme o resultado, a nova perspectiva é que os grupos de trabalho sejam os seguintes: GT 1 – Políticas de Comunicação; GT 2 – Comunicação popular, alternativa e comunitária; GT 3 – Indústrias Midiáticas; GT 4 – Políticas Culturais e Economia Política da Cultura; GT 5 – Economia Política do Jornalismo; GT 6 – Teoria e Epistemologia da EPC; GT 7 – Estudos Críticos em Ciências da Informação; e GT 8 – Estudos críticos sobre identidades, gêneros e raça.

Ainda nesta seção será apresentado um panorama da atuação do GT de “Política e Economia da Informação” na Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação (Ancib), onde nos primeiros anos de atuação Lima (2008) mencionou a importante interface que este GT apresentava com os pesquisadores da Economia Política da Informação, da Comunicação e da Cultura, em torno do Capítulo Brasil da Ulepicc, o que

reforça a influência significativa do campo da Comunicação nas reflexões e no desenvolvimento de um domínio da Economia Política da Informação e da Comunicação enquanto um campo científico.

No entanto, aqui se considera que está possível interface entre o GT do Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (Enancib) e o capítulo brasileiro da Ulepicc precisa ser analisada, visto o passar dos anos, o amadurecimento das duas associações e o pressuposto de que ambas caminham para discussões relativamente diferenciadas.

3.2 A economia política da informação como corrente teórica da Ciência da Informação

Na CI, Araújo (2014) considerou a economia política da informação como uma das seis correntes teóricas da área e que colaboraram para a ampliação das problemáticas no campo entre as décadas de 1970 a 1990 (ARAÚJO, 2017). Ao iniciar os estudos sobre as correntes teóricas da CI, o pesquisador mencionou primeiramente uma “Teoria Crítica da Informação” (ARAÚJO, 2009), mas depois trocou por “Política e Economia da Informação” (ARAÚJO, 2010) como uma subárea da CI, em alusão ao GT 5 do Enancib, que desde o ano de 2007 leva este mesmo nome. Araújo (2018) sintetiza a subárea de economia política da informação em três modelos para se compreender a informação: físico, semântico e pragmático.

Antes de Araújo (2014) tratar da economia política da informação como uma das subáreas da CI, Lima (2008) discute a pesquisa da Política e da Economia da Informação na área, em particular no GT 5 do Enancib, principal evento de comunicação científica e pesquisa em CI no país e promovido anualmente pela Ancib. Santos e Kobashi (2007) também fazem alusão ao GT 5, além dos outros GTs do Enancib naquela época como metacategorias para análise da produção de teses e dissertações nos Programas de Pós-graduação em CI no Brasil. Em seus resultados, todavia, recorrem ao termo “Economia política da informação” para afirmar que as pesquisas nesta temática ainda estão entre as menos favorecidas nos programas.

Considerando apenas a identificação numérica, é necessário ressaltar que o GT 5 surgiu no ano de 1994 com o primeiro Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação realizado na cidade de Belo Horizonte, no estado de Minas gerais. Daquela edição até a quinta edição ocorrida no ano de 2003, pela segunda vez na cidade de Belo Horizonte, o GT 5 era atribuído aos interessados nos temas relacionados a produção científica, literatura cinzenta e comunicação científica. Foi no ano de 2005, a partir da sexta edição, que este GT passou a ser atribuído aos interessados nos temas relacionados à economia e políticas de informação.

Finalmente, com esta nova caracterização, começou por se chamar “Política, Ética e Economia da informação”. Conforme Marteleto e Ginez de Lara (2008, p. 8), foi no ano de 2007 que este GT passou pelo primeiro ajuste em sua nomenclatura e expansão da ementa. Assim, neste ano passa a se chamar “Política e Economia da Informação” e o tema "Economia política da informação e da comunicação" passa a integrar a ementa do GT.

Segundo Lima (2008), desde o surgimento do novo GT 5 no VI Enancib que os seus membros discutiram intensamente o nome do grupo e uma ementa que traduza o entendimento sobre o que devem ser as pesquisas da Política e Economia da Informação no contexto da CI e, particularmente, nos marcos da ANCIB. Assim, diversas propostas de nome para o grupo de trabalho circularam entre os seus membros, como: “Economia política da informação – Política Pública e Ética”, “Política e Economia da Informação”, “Economia Política da Informação” e “Ética, Economia e Economia Política da Informação”.

Compreende-se que a interdisciplinaridade da Economia Política da Informação, da Comunicação e da Cultura gera diferentes expressões terminológicas, causando diversidades conceituais ou metodológicas relativas ao objeto da linha de pesquisa, em que alguns campos predominam e outros não. As discussões em torno do nome do GT 5 no Enancib e do conteúdo de sua ementa demonstram não somente as diferenças conceituais e metodológicas entre seus membros, mas também a importância que, por vezes, foi dada a economia política e as suas contribuições para a CI. Lima (2008) disse ainda que no VII Enancib, segundo ano de atuação do GT “Política, Ética e Economia da Informação”, foram identificados pontos para uma agenda de continuidade e melhoria das atividades do grupo, o que inclui: ampliar os fóruns de discussão para melhor circulação de ideias, consolidação de conceitos, metodologias, práticas e organicidade ao grupo; aprofundar o rigor conceitual e metodológico para evitar o uso apressado de conceitos que, muitas vezes, podem ser mal empregados; buscar modelos teóricos apropriados, pois a proliferação de abordagens e a descontinuidade de temáticas tratadas não contribuem para o avanço da CI e; criar laços com iniciativas internacionais que permitam ampliar a circulação e a divulgação de pesquisas desenvolvidas no país.

O quadro 4 apresenta um breve panorama do GT de política e economia da informação no Enancib em relação a sua nomenclatura e ementa ao longo de 15 edições, entre os anos de 2005 e 2019.

Quadro 4 – Evolução do GT “Política e Economia da Informação” nos Enancibs (2005-2019)

VI Enancib	
LOCAL, DATA e TEMA	Florianópolis – SC

PRINCIPAL	28 a 30 de novembro de 2005 A política científica e os desafios da sociedade da informação.
NOMENCLATURA DO GT 5	Política, Ética e Economia da Informação
EMENTA	Políticas públicas de informação. Economia da informação e da comunicação. Política científica e tecnológica. Ética e Informação. Inclusão informacional.
VII Enancib	
LOCAL, DATA e TEMA PRINCIPAL	Marília – SP 19 a 22 de novembro de 2006 A dimensão epistemológica da Ciência da Informação e suas interfaces técnicas, políticas e institucionais nos processos de produção, acesso e disseminação da informação.
NOMENCLATURA DO GT 5	Política, Ética e Economia da Informação
EMENTA	Políticas públicas de informação. Economia da informação e da comunicação. Política científica e tecnológica. Ética e Informação. Inclusão informacional.
VIII Enancib	
LOCAL, DATA e TEMA PRINCIPAL	Salvador – BA 28 a 31 de outubro de 2007 Promovendo a inserção internacional da pesquisa brasileira em Ciência da Informação
NOMENCLATURA DO GT 5	Política e Economia da Informação
EMENTA	Aspectos socioculturais, políticos, legais, éticos, econômicos e tecnológicos associados às transformações nos processos de geração, difusão, compartilhamento e uso da informação e do conhecimento. Políticas e informação e suas expressões em diversos campos, como os da ciência, tecnologia e inovação; saúde; meio ambiente; educação e cultura. Informação, Estado e governo. Propriedade intelectual e acesso à informação e ao conhecimento. Economia política da informação e da comunicação. Informação, conhecimento e inovação. Inclusão informacional e inclusão digital.
IX Enancib	
LOCAL, DATA e TEMA PRINCIPAL	São Paulo – SP 28 de setembro a 01 de outubro de 2008 Diversidade cultural e políticas de Informação
NOMENCLATURA DO GT 5	Política e Economia da Informação
EMENTA	Aspectos socioculturais, políticos, legais, éticos, econômicos e tecnológicos associados às transformações nos processos de geração, difusão, compartilhamento e uso da informação e do conhecimento. Políticas e informação e suas expressões em diversos campos, como os da ciência, tecnologia e inovação; saúde; meio ambiente; educação e cultura. Sociedade da informação. Informação, Estado e governo. Propriedade intelectual e acesso à informação e ao conhecimento. Economia política da informação e da comunicação. Informação, conhecimento e inovação. Inclusão informacional e inclusão digital.
X Enancib	
LOCAL, DATA e TEMA PRINCIPAL	João Pessoa – PB 25 a 28 de outubro de 2009 A responsabilidade social da Ciência da Informação
NOMENCLATURA DO GT 5	Política e Economia da Informação

EMENTA	Políticas de informação e suas expressões em diferentes campos. Sociedade da informação. Informação, Estado e governo. Propriedade intelectual. Acesso à informação. Economia política da informação e da comunicação; produção colaborativa. Informação, conhecimento e inovação. Inclusão informacional e inclusão digital.
XI Enancib	
LOCAL, DATA e TEMA PRINCIPAL	Rio de Janeiro – RJ 25 a 28 de outubro de 2010 Inovação e inclusão social: questões contemporâneas da informação
NOMENCLATURA DO GT 5	Política e Economia da Informação
EMENTA	Políticas de informação e suas expressões em diferentes campos. Sociedade da informação. Informação, Estado e governo. Propriedade intelectual. Acesso à informação. Economia política da informação e da comunicação; produção colaborativa. Informação, conhecimento e inovação. Inclusão informacional e inclusão digital.
XII Enancib	
LOCAL, DATA e TEMA PRINCIPAL	Brasília – DF 23 a 26 de outubro de 2011 Políticas de informação para a sociedade
NOMENCLATURA DO GT 5	Política e Economia da Informação
EMENTA	Políticas de informação e suas expressões em diferentes campos. Sociedade da informação. Informação, Estado e governo. Propriedade intelectual. Acesso à informação. Economia política da informação e da comunicação; produção colaborativa. Informação, conhecimento e inovação. Inclusão informacional e inclusão digital. Ética e Informação. Informação e meio ambiente.
XIII Enancib	
LOCAL, DATA e TEMA PRINCIPAL	Rio de Janeiro – RJ 28 a 31 de outubro de 2012 A sociedade em rede para a inovação e o desenvolvimento humano
NOMENCLATURA DO GT 5	Política e Economia da Informação
EMENTA	Políticas de informação e suas expressões em diferentes campos. Sociedade da informação. Informação, Estado e governo. Propriedade intelectual. Acesso à informação. Economia política da informação e da comunicação; produção colaborativa. Informação, conhecimento e inovação. Inclusão informacional e inclusão digital. Ética e Informação. Informação e meio Ambiente.
XIV Enancib	
LOCAL, DATA e TEMA PRINCIPAL	Florianópolis – SC 29 de outubro a 01 de novembro de 2013 Informação e interação: ampliando perspectivas para o desenvolvimento humano
NOMENCLATURA DO GT 5	Política e Economia da Informação
EMENTA	Políticas de informação e suas expressões em diferentes campos. Sociedade da informação. Informação, Estado e governo. Propriedade intelectual. Acesso à informação. Economia política da informação e da comunicação; produção colaborativa. Informação, conhecimento e

	inovação. Inclusão informacional e inclusão digital. Ética e Informação. Informação e meio Ambiente.
XV Enancib	
LOCAL, DATA e TEMA PRINCIPAL	Belo horizonte – MG 27 a 31 de outubro de 2014 Além das nuvens: expandindo as fronteiras da Ciência da Informação
NOMENCLATURA DO GT 5	Política e Economia da Informação
EMENTA	Políticas de informação e suas expressões em diferentes campos. Sociedade da informação. Informação, Estado e governo. Propriedade intelectual. Acesso à informação. Economia política da informação e da comunicação; produção colaborativa. Informação, conhecimento e inovação. Inclusão informacional e inclusão digital. Ética e Informação. Informação e meio Ambiente.
XVI Enancib	
LOCAL, DATA e TEMA PRINCIPAL	João Pessoa – JP 26 a 30 de outubro de 2015 Informação, Memória e Patrimônio: do documento às redes
NOMENCLATURA DO GT 5	Política e Economia da Informação
EMENTA	Políticas e regimes de informação. Informação, Estado e governo. Propriedade intelectual. Acesso à informação. Economia política da informação e da comunicação. Produção colaborativa. Poder, ativismo e cidadania. Conhecimento, aprendizagem e inovação. Ética da informação. Informação e ecologia.
XVII Enancib	
LOCAL, DATA e TEMA PRINCIPAL	Salvador – BA 20 a 25 de novembro de 2016 Descobrimientos da Ciência da Informação: desafios da Multi, Inter e Transdisciplinaridade
NOMENCLATURA DO GT 5	Política e Economia da Informação
EMENTA	Políticas e regimes de informação. Informação, Estado e governo. Propriedade intelectual. Acesso à informação. Economia política da informação e da comunicação. Produção colaborativa. Poder, ativismo e cidadania. Conhecimento, aprendizagem e inovação. Ética da informação. Informação e ecologia.
XVIII Enancib	
LOCAL, DATA e TEMA PRINCIPAL	Marília – SP 23 a 27 de outubro de 2017 Informação, sociedade e complexidade
NOMENCLATURA DO GT 5	Política e Economia da Informação
EMENTA	Políticas e regimes de informação. Informação, Estado e governo. Propriedade intelectual. Acesso à informação. Economia política da informação e da comunicação. Produção colaborativa. Poder, ativismo e cidadania. Conhecimento, aprendizagem e inovação. Ética da informação. Informação e ecologia.
XIX Enancib	
LOCAL, DATA e TEMA PRINCIPAL	Londrina – PR 22 a 26 de outubro de 2018 Sujeito informacional e as perspectivas atuais em Ciência da Informação

NOMENCLATURA DO GT 5	Política e Economia da Informação
EMENTA	Políticas e regimes de informação. Informação, Estado e governo. Propriedade intelectual. Acesso à informação. Economia política da informação e da comunicação. Produção colaborativa. Poder, ativismo e cidadania. Conhecimento, aprendizagem e inovação. Ética da informação. Informação e ecologia.
XX Enancib	
LOCAL, DATA e TEMA PRINCIPAL	Florianópolis – SC 21 a 25 de outubro de 2019 A Ciência da Informação e a Era da Ciência de Dados
NOMENCLATURA DO GT 5	Política e Economia da Informação
EMENTA	Políticas e regimes de informação. Informação, Estado e governo. Propriedade intelectual. Acesso à informação. Economia política da informação e da comunicação. Produção colaborativa. Poder, ativismo e cidadania. Conhecimento, aprendizagem e inovação. Ética da informação. Informação e ecologia.

Fonte: Dados da pesquisa (2019)

É possível verificar que este GT passou por atualizações em sua proposta, conforme a importância de melhoria que foi levantada no VII Enancib. Nas modificações, aqui se ressalta que enquanto o tema “Economia da informação e da comunicação” esteve presente na ementa, nas edições anteriores de 2005 e 2006, foi a partir da atualização no VIII Enancib que a expressão “política” foi acrescentada, ficando então como “Economia política da informação e da comunicação”. Uma nova atualização geral na ementa foi apresentada até o fim daquela década. Já no ano de 2015 a ementa deste GT aparece modificada mais uma vez.

Outra verificação evidente nesta seção é o enfoque aos estudos em comunicação nos espaços de comunicação científica da economia política da informação, comunicação e cultura. Deste modo e em consentimento com Sánchez Tarragó, Santos e Bufrem (2018, p. 200) ao ressaltar que a escolha de uma fonte para um mapeamento bibliométrico dará lugar a um domínio enquanto a escolha de outras emergirá outra configuração, aqui se compreende que optar especialmente pelos espaços de produção e comunicação do conhecimento científico em CI nos proporcionará uma melhor análise dos contributos sociocognitivos da economia política da informação no campo da Ciência da Informação.

4 PROPRIEDADES DA INSTITUCIONALIZAÇÃO DE UM CAMPO CIENTÍFICO

A institucionalização de um campo ou área científica pode ser entendida por meio de uma análise dos processos que a permeiam e a caracterizam, tais como: formações acadêmicas, grupos de pesquisas, publicações de livros ou artigos em revistas científicas, desenvolvimento de teses e participações em encontros científicos, sendo estes alguns elementos que também permitem mensurar a evolução de uma disciplina.

O conjunto de elementos constitutivos de um campo científico legitima concepções coletivas e abrangentes graças à socialização de apropriação e produção de resultados de pesquisa, segundo as condições culturais das pessoas. Assim, embora diferenciadas, essas formas de conhecimentos individuais são organizadas e reorganizadas na cultura coletiva, reunindo os sujeitos em laços sociais.

Estes elementos fazem parte de um sistema simbólico na reprodução da estruturação de uma classe social, sendo “produzidos e, ao mesmo tempo, apropriados pelo conjunto do grupo ou, pelo contrário, produzidos por um corpo de especialistas e, mais precisamente, por um campo de produção e de circulação relativamente autônomo [...]”. (BOURDIEU, 1998, p. 12)

Bourdieu (2004, p. 20) define o campo, em especial o literário, o artístico, o jurídico ou o científico como um universo intermediário no qual estão inseridos os agentes e as instituições que produzem, reproduzem ou difundem a arte, a literatura ou a ciência, obedecendo a leis sociais próprias mais ou menos específicas. Portanto, é um espaço que goza de relativa independência, ainda que “uma das grandes questões que surgirão a propósito dos campos (ou dos subcampos) científicos será precisamente acerca do grau de autonomia que eles usufruem” (BOURDIEU, 2004, p. 21).

Em busca de garantir esta autonomia, a disputa que ocorre nos campos configura-se como altamente competitiva, com destaque para o campo da ciência que, quanto mais autônomo for, mais facilmente escapará das leis sociais externas (BOURDIEU, 2004, p. 30). Segundo Thomson (2018, p. 96), há muitas analogias para a ideia de Bourdieu sobre o campo, sendo uma delas a de um jogo em que os jogadores têm suas posições definidas. Para Jourdain e Naulin (2017, p. 147), a analogia entre o campo e o jogo vai mais longe ao afirmarem que Bourdieu consolida o campo como uma adesão coletiva ao jogo que é ao mesmo tempo causa e efeito de sua existência. Sendo um espaço em que as regras do jogo “estão elas próprias postas em jogo” (BOURDIEU, 2004, p. 29), os agentes fazem uso de diferentes artifícios para manter ou refinar as suas posições.

O campo científico é um lugar e espaço de um jogo em uma luta concorrencial, enquanto sistema de relações objetivas entre posições adquiridas em lutas anteriores (BOURDIEU, 1983b, p. 122). Para Nogueira e Nogueira (2014, p. 32), as lutas que marcam a história pregressa do campo certamente estabelecem alguns indivíduos e instituições nas posições dominantes, que de forma consciente ou não, tendem a adotar estratégias conservadoras para manter a estrutura atual que os beneficia.

Assim, dentro do campo, os iniciados dominantes e os profanos dominados vivenciam uma relação de parceria e ao mesmo tempo de conflito na busca da aquisição dos bens simbólicos e da imposição da doxa, caracterizada por Bourdieu (1983b, p. 145) como um conjunto de pressupostos admitidos como evidentes. Segundo Deer (2018, p. 156), a doxa nas sociedades modernas se refere a opiniões e percepções compartilhadas dentro dos campos relativamente autônomos, mas não questionadas, sendo apresentadas com naturalidade por estarem internalizadas entre os agentes.

Para Bourdieu (1983a, p. 89), “Um campo, e também o campo científico, se define entre outras coisas através da definição dos objetos de disputas e dos interesses específicos que são irreduzíveis aos objetos de disputas e aos interesses próprios de outros campos [...]”. Deste modo, os objetos disputados e as pessoas dispostas a competir no jogo se fazem necessários para o desempenho de um campo, em relação às avaliações sobre a competência e mérito dos agentes que são recorrentes, principalmente aos estudantes e pesquisadores novos, alvos de julgamentos sobre as suas capacidades científicas sempre contaminadas no transcurso de suas carreiras, pelo conhecimento da posição que ocupam nas hierarquias instituídas (BOURDIEU, 1983b, p. 124). Portanto, são estratégias para delimitar o que é cientificamente conveniente.

É o campo científico, enquanto lugar de luta política pela dominação científica, que designa a cada pesquisador, em função da posição que ele ocupa, seus problemas, **indissociavelmente políticos e científicos**, e seus métodos, estratégias científicas que, pelo fato de se definirem expressa ou objetivamente pela referência ao sistema de posições políticas e científicas constitutivas do campo científico, são ao mesmo tempo estratégias políticas. Não há “escolha” científica – do campo da pesquisa, dos métodos empregados, do lugar de publicação; ou, ainda, escolha entre uma publicação imediata de resultados parcialmente verificados e uma publicação tardia de resultados plenamente controlados – que não seja uma estratégia política de investimento objetivamente orientada para a maximização do lucro propriamente científico, isto é, a obtenção do reconhecimento dos pares-concorrentes (BOURDIEU, 1983b, p. 126-127, grifo nosso)

O que estaria em jogo especificamente nessa luta, na concepção de Bourdieu (1983b, p. 122), é o monopólio da autoridade científica definida, de maneira inseparável, como capacidade técnica e poder social, ou ainda, o monopólio da competência científica, compreendida enquanto capacidade de falar e de agir legitimamente. Segundo Grenfell (2018, p. 117), a teoria de campo de Bourdieu é dinâmica ao sugerir como ocorre a formação e evolução dos grupos por meio dos modos representativos de sua derivação social. Entretanto, o capital é a moeda necessária para que os participantes do campo se posicionem e causem as mudanças. Segundo Jourdain e Naulin (2017, p. 125) Bourdieu toma a noção econômica de capital para esclarecer o posicionamento dos indivíduos no espaço social. Este capital simbólico deve ser peculiar do campo no qual o agente se interessa em ingressar e quem o possui em demasia terá mais capacidade de definir as regras que constituem o jogo, pois "os dominantes são aqueles que conseguem impor uma definição da ciência segundo a qual a realização mais perfeita consiste em ter, ser e fazer aquilo que eles têm, são e fazem" (BOURDIEU, 1983b, p. 128).

Conforme reforça Moore (2018, p. 136), o uso do termo capital é mais amplo na perspectiva de Bourdieu, que tem o propósito de estender o seu sentido em um sistema de trocas onde bens de tipos diferentes são transformados e trocados pelos agentes capitalistas dentro de campos diferentes e entre eles. Segundo Bourdieu (2004, p. 26), os capitalistas cientistas quase nada apresentam em comum com outros tipos de capitalistas.

Esse capital, de um tipo inteiramente particular, repousa, por sua vez, sobre o reconhecimento de uma competência que, para além dos efeitos que ela produz e em parte mediante esses efeitos, proporciona autoridade e contribui para definir não somente as regras do jogo, mas também suas regularidades, as leis segundo as quais vão se distribuir os lucros nesse jogo, as leis que fazem que seja ou não importante escrever sobre tal tema, que é brilhante ou ultrapassado, e o que é mais compensador [...] (BOURDIEU, 2004, p. 27)

Para Moore (2018, p. 139-140), o campo científico é caracterizado por acadêmicos aparentemente desinteressados e em busca de conhecimento. Contudo, os campos simbólicos, com base em seus princípios específicos das formas do capital, estabelecem hierarquias de discriminação ao considerarem algumas coisas como melhores ou mais dignas do que outras, sendo este processo um tipo de violência simbólica que se reflete no fato de que os relacionamentos dentro dos campos e suas hierarquias de valor são, na realidade, puramente arbitrários, e não fundamentados intrinsecamente em princípios valiosos e superiores.

Schubert (2018) esclarece que a resistência ao ato de violência simbólica é especialmente difícil, pois ela manifesta-se de uma forma geralmente não percebida e, em

contraste aos sistemas onde a força é necessária para manter a hierarquia social, é eficaz e eficiente na dominação porque os membros das classes dominantes não precisam despende muita energia para manter o seu domínio, mas apenas seguir com as vidas cotidianas normalmente, aderindo às regras do sistema que a eles fornece suas posições de privilégio. Assim, esta violência é frequentemente desconhecida, sendo de alguma maneira mais gentil do que outras formas de violência, porém não menos real.

A energia que impulsiona a dominação do campo é extraída do capital, que para Jourdain e Naulin (2017), a análise bourdiense o distingue em quatro tipos principais, organizados no próximo quadro e elaborados conforme as suas características e formas de transmissões e acumulações entre os agentes nas classes.

Quadro 5 – Principais tipos de capital conforme Pierre Bourdieu dentro dos campos

CAPITAIS	CARACTERÍSTICAS	TRANSMISSÕES E ACUMULAÇÕES
Econômico	Recursos econômico/financeiros de um indivíduo, podendo englobar o seu patrimônio material, bens materiais, salários e remunerações.	Herança.
Cultural	Disposições, atitudes, habilidades e saberes. Bens culturais e títulos adquiridos.	Inculcação e assimilação que requer tempo e disposição para apreciação dos bens culturais possuídos.
Social	Redes duráveis de relações mais ou menos institucionalizadas com pessoas dotadas tanto de capital social quanto dos outros tipos de capitais, mas não necessariamente com todos.	Produção e reprodução de relações e vínculos úteis e duráveis entre os agentes.
Simbólico	Prestígio e reconhecimento social, representados por meio dos outros tipos de capitais.	Acumulações, honras, influências e prestígio social.

Fonte: Elaboração própria (2019)

Os principais tipos de capital na análise bourdiense constituem-se em diferentes naturezas, mas se apresentam como recursos que facilitam a obtenção de rendimentos. Nesse contexto, o capital científico aparece como uma espécie particular do capital simbólico.

Bourdieu (2004) distingue duas espécies de capital científico: de um lado se encontra o capital científico institucionalizado, constituído pelo poder político ou institucional influenciado pelas posições importantes ocupadas nas instituições científicas, sendo algumas destas pré-ajustadas ao perfil do agente desejado, participações em eventos, comissões ou em bancas avaliadoras. Do outro lado se encontra o capital científico puro, adquirido pelas contribuições

reconhecidas ao progresso da ciência, invenções e descobertas publicadas em canais de prestígio dentro do campo.

Bourdieu (2004) esclarece ainda que o acúmulo das duas espécies de capital é extremamente difícil, embora ambas se diferenciem quanto as suas formas de acumulação e de transmissão, pois enquanto o capital científico puro é mais difícil de transmitir em sua prática, o capital científico institucionalizado é mais fácil de ser modelado aos interesses de agentes específicos, por vezes assumindo uma aparência genuína.

Essas estratégias de acumulação e de influências da estrutura social sobre a produção e comunicação científica são mais compreensíveis quando se incorpora a noção de habitus, que funciona como "sistemas de disposições duráveis e transponíveis" (BOURDIEU, 2009, p. 87) e refere-se aos comportamentos e formas de agir de cada um dos agentes dentro do campo, conforme é elucidado que os agentes, sendo indivíduos ou instituições, ao serem caracterizados pelo volume de seu capital científico, determinam a estrutura do campo em proporção ao seu peso, que depende do peso de todos os outros agentes no espaço. Todavia, contrariamente, cada agente age sob a pressão da estrutura do espaço que se impõe a ele tanto brutalmente quanto seu peso relativo seja mais frágil. (BOURDIEU, 2004, p. 24).

O habitus, principalmente o acadêmico, tem por prerrogativa a adequação espontânea a situações também variáveis forjadas no confronto instituído no campo. Esse confronto não se fundamenta, obviamente, em uma rivalidade pessoal, mas sim, na contradição de ideias e de ideais que são postos a prova a cada nova pesquisa publicada. Essa regulamentação vaga e não legível é a linha tênue que delimita o campo acadêmico, pois somente os detentores desse habitus podem pleitear o reconhecimento de seus pares. (NASCIMENTO; BUFREM, 2017, p. 92)

Assim, estas disposições dos indivíduos em resistirem ou se oporem as regras do campo científico também dependem dos interesses reafirmados por objetos cuja existência e persistência comandam direta ou indiretamente a identidade e posição social (BOURDIEU, 2004, p. 109). Para Grenfell (2018, p. 208), o interesse¹⁷ tem todas as aparências de ser natural, quando na verdade é um produto do campo, enquanto ato coletivo, apreendido pelos indivíduos de acordo com seus próprios habitus constituídos socialmente.

Bourdieu apresenta noções que propõem uma teoria social que auxilie na compreensão de como os agentes sociais incorporam a estrutura social de um campo científico, determinada pela distribuição do capital científico que é desigual entre os agentes que impõem a luta. Suas

¹⁷ Na análise bourdieuse, o interesse também é conhecido por *illusio* ou *libido*.

pesquisas “sobre a atividade científica contribuíram fortemente para a compreensão de situações do seu funcionamento que impactam diretamente no processo de produção do conhecimento”. (JORGE; ALBAGLI, 2017, p. 209). Para Marteleto e Pimenta (2018, p. 16-17), a recepção de Bourdieu na Ciência da Informação, enquanto domínio do conhecimento dedicado ao estudo dos processos e sistemas de produção, difusão e uso dos conhecimentos e suas materialidades informacionais, se deu principalmente pela via do entendimento dos mecanismos culturais e sociais envolvidos nas práticas de informação em diferentes campos.

4.1 As vertentes social e cognitiva da institucionalização científica

Ao se propor a analisar a institucionalização científica da economia política da informação para o campo da CI, este estudo fundamenta-se principalmente em Whitley (1974) sobre o conceito de institucionalização científica e o caráter social e cognitivo da ciência. Todavia, a consonância com a análise da estruturação do campo científico em Bourdieu se faz pertinente. Ambos apresentam concepções diferentes, mas “se complementam na medida em que Bourdieu analisa o campo científico através de uma perspectiva simbólica, enquanto Whitley enfoca o aspecto organizacional da ciência”. (PERSEGUINO; PEDRO, 2014, p. 27).

Para Menezes, Oddone e Café (2012), a colaboração discursiva entre Bourdieu e Whitley possibilita para os estudos sociais do campo da CI uma efetuação de elementos contingentes e transformadores na análise dos sistemas de avaliação da produção científica e de suas formas de concessão de reputação simbólica aos agentes científicos brasileiros.

Portanto, acredita-se que as dimensões social e cognitiva são inseparáveis da noção de campo. Elas estão presentes nas concretizações que se verificam em diferentes campos científicos, uma vez que um campo promove condições para a institucionalização.

O desenvolvimento de um campo científico cativa a sua institucionalização, o que para Parlemi e Polity (2002, p. 95) coloca-se “em termos de processos e se inscreve no eixo diacrônico”. Para Guimarães *et al* (2018, p. 524), o processo de institucionalização de uma comunidade científica passa por quatro estágios. O primeiro é a diferenciação das temáticas, dos métodos e técnicas em relação às disciplinas já existentes. O segundo é perceptível pela ascensão de temas que passam a ser considerados relevantes. O terceiro aspecto corresponde à formação de recursos humanos no campo específico. Por fim, o quarto estágio consolida o novo campo por meio de redes sociais de comunicação, associações científicas e publicações próprias. Sendo necessário que os agentes compartilhem de posturas comuns referentes aos objetos, ideias e problemas de pesquisa, pressupõe-se que nesses processos são incluídos

trabalhos organizados e orientados por contextos institucionais mais amplos de suas atividades produtivas (WHITLEY, 2000).

Na visão de Whitley (1974), a institucionalização científica de uma disciplina, área ou campo do conhecimento científico é caracterizada por duas dimensões: cognitiva e social. Segundo o autor, a institucionalização cognitiva está ligada aos conhecimentos próprios da área, aos conceitos e bases teóricas consensuais entre os pares, aos problemas abordados nas pesquisas e encontros científicos, à aceitabilidade das soluções apresentadas, aos métodos, instrumentos e técnicas de coleta, pesquisa e análise de dados e fenômenos. Em paralelo, a institucionalização social corresponde às estruturas formais que dão visibilidade e que estabelecem as bases sociais para os membros da comunidade científica, como a criação de cursos, formalização de disciplinas em universidades, desenvolvimento de sociedades de classe, eventos promovidos, formação de especialistas, conhecimentos produzidos, disseminados e publicados.

Embora os pontos a serem observados para extrair os indicadores de institucionalização social sejam diferentes dos de institucionalização cognitiva, Arboit (2014, p. 101) opta por expressar-se a respeito de instituições sociocognitivas para representar melhor as instituições cognitivas e sociais, tendo em vista que ambas as dimensões em nenhum momento se separam e não estão somente justapostas, mas são também indissociáveis e mutuamente penetráveis.

Assim, os aspectos epistemológicos influenciam na estruturação formal das instituições sociais ao mesmo tempo em que as questões cognitivas são impulsionadas. No entanto, é possível que as duas vertentes apresentem níveis diferentes, podendo uma estar em alto grau e a outra ser considerada com baixo grau de institucionalização.

Para Whitley (1974), a institucionalização cognitiva terá dois aspectos. O primeiro está relacionado ao consenso e clareza a respeito dos problemas de pesquisa que são julgados como relevantes, a definição e aceitabilidade das soluções apresentadas, bem como os métodos, as técnicas e os instrumentos de análise. O segundo está relacionado ao consenso das atividades desempenhadas por cada cientista. Para o autor, nas áreas em que o grau de institucionalização cognitiva for considerado alto será possível prever relativamente o que um cientista pesquisará, quais os seus modelos, quais as técnicas, os resultados que se pretende alcançar e as explicações devidamente aceitas pela sua comunidade científica. Do contrário, os casos de um baixo grau de institucionalização cognitiva serão interpretados como agentes que apresentam baixo nível de ordem intelectual na comunidade devido à falta de consenso ou compromissos comuns. Nesta situação, os cientistas de uma comunidade vão apresentar

valores básicos comuns e outras crenças uniformes sobre a natureza de um empreendimento científico, mas os seus trabalhos em conjunto serão desconexos e desarticulados.

A institucionalização social também terá dois aspectos, conforme Whitley (1974). O primeiro relaciona-se com a organização interna do campo, o que inclui a sua constituição, criação dos cursos de graduação, pós-graduação, periódicos científicos, formação de grupos de pesquisa, associações, sociedades científicas e iniciativas na realização de eventos científicos. Já o segundo aspecto relaciona-se com a integração social do campo em meio aos outros campos, seu reconhecimento, legitimação e recursos alocados, representando a identidade social de um campo com os seus membros em uma determinada estrutura. Portanto, compõe a identidade social da área por meio das redes de contato estabelecidas entre os agentes, das sociedades científicas, dos eventos e lugares de publicação científica.

Conforme Arboit (2014, p. 103), a teoria de Whitley pode ser utilizada para ilustrar diversos domínios, pois a incorporação massiva e acrítica de conceitos, métodos e tecnologias podem elucidar uma falta de entendimento mútuo entre os pesquisadores de domínios diferentes. Pressupõe-se aqui que os domínios dos estudos econômicos possam ser analisados nesta perspectiva teórica e metodológica.

Para Whitley (1974), a institucionalização de um campo científico caracteriza-se por especialidade e áreas de pesquisa. A especialidade corresponde ao agrupamento de áreas de pesquisa em um conjunto de situações dignas de problematizações de pesquisa tendo um objeto central em comum, enquanto que as áreas de pesquisa caracterizam objetos e problemas de pesquisa mais específicos de acordo com os agentes e seus procedimentos científicos de interesse.

Tanto quanto a teoria reflexiva de Bourdieu, a aplicação objetiva de Whitley sobre as análises de estruturação e institucionalização da ciência tem sido bem aceita no campo da Ciência da Informação. Entre teses e dissertações mais recentes produzidas no âmbito dos Programas de Pós-graduação em Ciência da Informação no país, é possível identificar as pesquisas de Arboit (2014) sobre o processo de institucionalização sociocognitiva a partir dos trabalhos produzidos nos congressos da *International Society for Knowledge Organization* (ISKO), a pesquisa de Martins (2014) que, além de também analisar a ISKO no Brasil, se atenta para a comunidade científica de pesquisadores na Ciência da Informação que apresentam afinidades com a área de Organização e Representação do Conhecimento, além da dissertação produzida por Trevisol Neto (2015) ao estudar as instituições, os produtores e produtos científicos do campo da Moda. Outras pesquisas sobre a institucionalização relacionadas ao campo da CI são indicadas ao fim deste capítulo.

4.2 Institucionalização da Ciência da Informação no Brasil: sinopse histórica do campo

Segundo Schneider, Bezerra e Castro (2017, p. 57), a adoção do termo "Ciência da Informação" no Brasil, está realinhada ao contexto internacional, mais precisamente dos Estados Unidos, que tem componentes claros e estratégicos de acumulação simbólica.

Palermi e Polity (2002) reconhecem que a história global de uma disciplina é necessária por levar em conta todos os processos de institucionalização com a preocupação de contextualizá-los. No entanto, ressaltam que são múltiplas as abordagens e posturas para escrever a história da institucionalização das Ciências da Informação e Comunicação, que remetem a vastos e complexos fenômenos fora de controle que interagem uns com os outros, de modo que se limitaram voluntariamente à Ciência da Informação e deixando para outros autores a perspectiva de examinar o campo da Comunicação. Corroborando com este posicionamento, postura semelhante aqui foi adotada, tanto sobre o campo científico quanto a sua localização geográfica, visto que ao se deparar com a interdisciplinaridade do fenômeno estudado, nesta presente pesquisa desde o princípio houve a preocupação em tratar do problema e do objeto da economia política inserida nas fronteiras do campo da Ciência da Informação brasileira.

Embora reconhecida ou disseminada por muitas vezes, entre os agentes professores, pesquisadores e alunos, como um campo interdisciplinar, o percurso inicial de institucionalização da Ciência da Informação no país está historicamente associado ao campo da biblioteconomia e documentação.

A Ciência da Informação tem um vínculo muito forte com a Biblioteconomia, seja como complemento, substituição, ratificação ou rompimento com ela. **No cenário brasileiro da década de 50**, a inserção da Bibliografia e a ampliação pela Documentação já representaram uma visível insuficiência da formação biblioteconômica no que concerne ao tratamento do conteúdo dos documentos, por um lado, e ao uso das então novas tecnologias de documentação. Isso se apresentava como um entrave ao desenvolvimento de atividades relacionadas à Documentação Científica. (SOUZA, 2012, p. 51, grifo nosso)

A década em destaque é justificada pelo marco decisivo para a introdução e propagação da Ciência da Informação no Brasil, que conforme Pinheiro (2007) foi a fundação do Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação (IBBD), em 1954, por meio do decreto nº 35.124, de 27 de fevereiro daquele ano e posteriormente transformado no atual Ibict por

meio da Resolução nº 20/76, de 25 de março de 1976 (CUNHA, 2005). Este instituto foi pioneiro nas articulações que implicam na institucionalização da CI no Brasil por meio da implantação da pós-graduação na modalidade de especialização, com o Curso de Documentação Científica, em 1955 (SAMBAQUY, 1978, p. 54). Este curso foi oferecido ininterruptamente por 35 anos. Contudo, já em 1970 o instituto cria o primeiro curso *stricto sensu* de mestrado em Ciência da Informação no país, cujo corpo docente foi formado por professores e pesquisadores norte-americanos ou ingleses (MARTELETO, 2009, p. 30).

De acordo com Pinheiro (2007), enquanto o curso *stricto sensu* pioneiro teve a “Ciência da Informação” em sua nomenclatura desde sempre, os demais cursos que surgiram na década de 1970 inicialmente tinham a sua denominação como “Biblioteconomia e/ou Documentação”, mudando-a para “Ciência da Informação” na década de 1990, nas instituições: Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Universidade de Brasília (UnB), Universidade de São Paulo (USP), Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUCCAMP) e Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

Ainda na década de 1990 novos cursos foram abertos, incluindo os primeiros cursos de doutorado. Este período de consolidação das atividades de ensino e pesquisa dos primeiros docentes e pesquisadores da área favoreceu o fomento à pesquisa e inclusão da Ciência da Informação entre as áreas apoiadas com recursos do CNPq, conforme afirma Pinheiro (2007). Já na primeira década do novo século foi criado o primeiro curso de mestrado profissional na área de Ciência da Informação, mas precisamente o curso de mestrado profissional em Gestão da Informação, em 2008, na Universidade Estadual de Londrina, formando três turmas nesta modalidade.

Para Eliel (2008, p. 209), os Documentos de Área¹⁸ da Capes e os grupos temáticos da Ancib constituem os marcos regulatórios da área por representarem as diretrizes, regras, instruções, normas de desenvolvimento e formalidades que regem o campo da Ciência da Informação e o seu aperfeiçoamento no país. Na presente pesquisa, em levantamento realizado no portal da CAPES foram identificados 27 Programas de Pós-graduação na área de CI. Entre estes, identificam-se 13 cursos de doutorado acadêmico, 18 cursos de mestrado acadêmico e nove cursos de mestrado profissional.

Quadro 6 – Programas de Pós-graduação em Ciência da Informação brasileiros

IES Sigla	IES Nome	Nome do Programa	Nível do Curso
UFRJ	Universidade Federal do Rio	Ciência da Informação	Doutorado

¹⁸ Disponível em: <http://www.capes.gov.br/avaliacao/instrumentos-de-apoio/documentos-de-area>. Acesso em: 22 fev. 2019.

	de Janeiro		Mestrado
UFF	Universidade Federal Fluminense	Ciência da Informação	Doutorado
			Mestrado
UFPB	Universidade Federal da Paraíba	Ciência da Informação	Doutorado
			Mestrado
USP	Universidade de São Paulo	Ciência da Informação	Doutorado
			Mestrado
		Gestão da Informação	Mestrado Profissional
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais	Gestão & Organização do Conhecimento	Doutorado
			Mestrado
		Ciência da Informação	Doutorado
			Mestrado
UDESC	Universidade do Estado de Santa Catarina	Gestão de Unidades de Informação	Mestrado Profissional
FCRB	Fundação Casa de Rui Barbosa	Memória e Acervos	Mestrado Profissional
UFSCAR	Universidade Federal de São Carlos	Ciência da Informação	Mestrado
UNESP	Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho		Doutorado
		Ciência da Informação	Mestrado
UFBA	Universidade Federal da Bahia	Ciência da Informação	Doutorado
			Mestrado
UEL	Universidade Estadual de Londrina	Ciência da Informação	Doutorado
			Mestrado
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina	Ciência da Informação	Doutorado
			Mestrado
UFRN	Universidade Federal do Rio Grande do Norte	Gestão da Informação e do Conhecimento	Mestrado Profissional
UnB	Universidade de Brasília	Ciências da Informação	Doutorado
			Mestrado
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco	Ciência da Informação	Doutorado
			Mestrado
UFC	Universidade Federal do Ceará	Ciência da Informação	Mestrado
UFS	Universidade Federal de Sergipe	Gestão da Informação e do Conhecimento	Mestrado Profissional
UFPA	Universidade Federal do Pará	Ciência da Informação	Mestrado
UFAL	Universidade Federal de Alagoas	Ciência da Informação	Mestrado
UFES	Universidade Federal do Espírito Santo	Ciência da Informação	Mestrado
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	Ciência da Informação	Mestrado
FUMEC	Fundação Mineira de Educação e Cultura	Sistemas de Informação e Gestão do Conhecimento	Doutorado
			Mestrado profissional
UNIRIO	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro	Biblioteconomia	Mestrado Profissional

		Gestão de Documentos e Arquivos	Mestrado Profissional
UFCA	Universidade Federal do Cariri	Biblioteconomia	Mestrado Profissional

Fonte: Dados da pesquisa (2019)

Os treze Programas localizados na região sudeste concentram 48% dos Programas no Brasil, quase a metade do total. Com 29%, o Nordeste é a segunda região do país em quantidade de Programas, totalizados em oito. Quatro Programas localizam-se na Região Sul, concentrando 15%. Tanto a Região Centro-Oeste quanto a Região Norte apresentam um Programa de Pós-graduação na área e representam cada uma 4% do total de Programas disponíveis no país. Contudo, enquanto na Região Centro-Oeste o PPGCI da UnB tem mais tradição de atuação no campo desde a década de 70, na Região Norte o PPGCI da UFPA iniciou as suas atividades ainda recente quando obteve a aprovação da CAPES no ano de 2016, consolidando assim o quadro atual de Programas na área nas cinco regiões do país, ainda que este fato não descarte a necessidade de expansão da oferta de mais Programas em outros estados brasileiros para facilitar a formação e qualificação de mais pesquisadores no campo.

Observa-se também que alguns Programas ou cursos não são diretamente em “Ciência da Informação”, mas que em concordância com Souza e Stumpf (2009, p. 55), estão inseridos de alguma forma na CI em uma análise mais pormenorizada, seja na denominação, nas linhas de pesquisa, aspecto ou aplicação da CI, ou na titulação de parte do seu corpo docente.

Para Arboit, Bufrem e Kobashi (2011, p. 147) e Oliveira e Gracio (2013, p. 77), o incremento da criação dos cursos de pós-graduação na área favoreceu o crescimento da pesquisa e produção científica em Ciência da Informação com as publicações de artigos em periódicos nacionais e internacionais, de modo que o crescimento da comunidade de pesquisadores em CI vinculados e estes programas de pós-graduação também passou a se congrega em uma associação científica, a ANCIB.

As associações científicas e seus encontros ou eventos científicos são outros relevantes elementos no processo de consolidação de um campo científico. Na CI, a Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação (Ancib) foi criada no ano de 1989 como uma sociedade científica sem fins lucrativos de pesquisadores atuantes em pós-graduação na área. A Ancib promove periodicamente o Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (Enancib), cujo histórico nos mostra vinte edições já realizadas, de acordo com o Quadro 3.

Quadro 7 – Edições, locais, datas, GTs e temáticas principais dos Enancibs (1994-2019)

EDIÇÃO, LOCAL, DATA e TEMA PRINCIPAL	GRUPOS DE TRABALHO
I Enancib Belo Horizonte – MG 8 a 10 de abril de 1994 Ausente de tema principal	GT 1. Informação Tecnológica GT 2. Informação e Sociedade/Ação Cultural GT 3. Representação do Conhecimento/Indexação/Teoria da Classificação GT 4. Administração/Gestão/Avaliação e Estudos de Usuários GT 5. Formação profissional/Mercado de Trabalho GT 6. Produção Científica/Literatura Cinzenta GT 7. Políticas de Pesquisa dos Cursos de Pós-graduação
II Enancib Valinhos – SP 22 a 24 de novembro de 1995 Ausente de tema principal	GT 1. Informação Tecnológica e Administração de Serviços GT 2. Representação do Conhecimento/Indexação/Teoria da Classificação GT 3. Novas Tecnologias/Bases de Dados/Fontes de Informação [e a Educação] GT 4. Informação e Sociedade/Ação Cultural GT 5. Produção Científica/Literatura Cinzenta GT 6. Formação Profissional e Mercado de Trabalho
III Enancib Rio de Janeiro – RJ 10 a 12 de setembro de 1997 Ausente de tema principal	GT 1. Informação Tecnológica e Administração de Serviços GT 2. Representação do Conhecimento/Indexação/Teoria da Classificação GT 3. Novas Tecnologias/Redes de Informação/Educação a Distância GT 4. Informação e Sociedade/Ação Cultural GT 5. Produção Científica/Literatura Cinzenta GT 6. Formação Profissional/Mercado de Trabalho
IV Enancib Brasília – DF 6 a 10 de novembro de 2000 Conhecimento para o século XXI: a Pesquisa na Construção da Sociedade da Informação.	GT 1. Informação Tecnológica e Informação para Negócios GT 2. Representação do Conhecimento/Indexação/Teoria da Classificação GT 3. Novas Tecnologias/Redes de Informação/Educação à Distância GT 4. Informação e Sociedade/Ação Cultural GT 5. Comunicação científica GT 6. Formação Profissional e Mercado de Trabalho GT 7. Planejamento e Gestão de Sistemas de Informação e Inteligência Competitiva GT 8. Epistemologia da Ciência da Informação
V Enancib Belo Horizonte – MG 10 a 14 de novembro de 2003 Informação, Conhecimento e Transdisciplinaridade: desafios do milênio.	GT 1. Informação Tecnológica e para Negócio GT 2. Representação do Conhecimento/Indexação/Teoria da Classificação GT 3. Novas Tecnologias/Redes de Informação/Educação à Distância GT 4. Informação e Sociedade/Ação Cultural GT 5. Comunicação e Produção Científica/Literatura Cinzenta GT 6. Formação Profissional e Mercado de Trabalho GT 7. Planejamento e Gestão de Sistemas GT 8. Epistemologia da Ciência da Informação

VI Enancib Florianópolis – SC 28 a 30 de novembro de 2005 A política científica e os desafios da sociedade da informação.	GT 1. Estudos Históricos e Epistemológicos da Informação GT 2. Organização do Conhecimento e Representação da Informação GT 3. Mediação, Circulação e Uso da Informação GT 4. Gestão de Unidades de Informação GT 5. Política, Ética e Economia da Informação GT 6. Informação e Trabalho GT 7. Informação para Diagnóstico, Mapeamento e Avaliação
VII Enancib Marília – SP 19 a 22 de novembro de 2006 A dimensão epistemológica da Ciência da Informação e suas interfaces técnicas, políticas e institucionais nos processos de produção, acesso e disseminação da informação.	GT 1. Estudos Históricos e Epistemológicos da Informação GT 2. Organização do Conhecimento e Representação da Informação GT 3. Mediação, Circulação e Uso da Informação GT 4. Gestão de Unidades de Informação GT 5. Política, Ética e Economia da Informação GT 6. Informação e Trabalho GT 7. Informação para Diagnóstico, Mapeamento e Avaliação
VIII Enancib Salvador – BA 28 a 31 de outubro de 2007 Promovendo a inserção internacional da pesquisa brasileira em Ciência da Informação	GT 1. Estudos Históricos e Epistemológicos da Informação GT 2. Organização e Representação do Conhecimento GT 3. Mediação, Circulação e Uso da Informação GT 4. Gestão de Unidades de Informação GT 5. Política e Economia da Informação GT 6. Informação, Educação e Trabalho GT 7. Produção e Comunicação da Informação em Ciência, Tecnologia & Inovação DEBATES SOBRE MUSEOLOGIA E PATRIMÔNIO
IX Enancib São Paulo – SP 28 de setembro a 01 de outubro de 2008 Diversidade cultural e políticas de Informação	GT 1. Estudos Históricos e Epistemológicos da Informação GT 2. Organização e Representação do Conhecimento GT 3. Mediação, Circulação e Uso da Informação GT 4. Gestão da Informação e do Conhecimento nas Organizações GT 5. Política e Economia da Informação GT 6. Informação, Educação e Trabalho GT 7. Produção e Comunicação da Informação em Ciência, Tecnologia & Inovação GT 8. Informação e Tecnologia
X Enancib João Pessoa – PB 25 a 28 de outubro de 2009 A responsabilidade social da Ciência da Informação	GT 1. Estudos Históricos e Epistemológicos da Ciência da Informação GT 2. Organização e Representação do Conhecimento GT 3. Mediação, Circulação e Apropriação da Informação GT 4. Gestão da Informação e do Conhecimento nas Organizações GT 5. Política e Economia da Informação GT 6. Informação, Educação e Trabalho GT 7. Produção e Comunicação da Informação em Ciência, Tecnologia & Inovação

	GT 8. Informação e Tecnologia GT 9. Museu, Patrimônio e Informação
XI Enancib Rio de Janeiro – RJ 25 a 28 de outubro de 2010 Inovação e inclusão social: questões contemporâneas da informação	GT 1. Estudos Históricos e Epistemológicos da Ciência da Informação GT 2. Organização e Representação do Conhecimento GT 3. Mediação, Circulação e Apropriação da Informação GT 4. Gestão da Informação e do Conhecimento nas Organizações GT 5. Política e Economia da Informação GT 6. Informação, Educação e Trabalho GT 7. Produção e Comunicação da Informação em Ciência, Tecnologia & Inovação GT 8. Informação e Tecnologia GT 9. Museu, Patrimônio e Informação GT 10. Informação e Memória
XII Enancib Brasília – DF 23 a 26 de outubro de 2011 Políticas de informação para a sociedade	GT 1. Estudos Históricos e Epistemológicos da Ciência da Informação GT 2. Organização e Representação do Conhecimento GT 3. Mediação, Circulação e Apropriação da Informação GT 4. Gestão da Informação e do Conhecimento nas Organizações GT 5. Política e Economia da Informação GT 6. Informação, Educação e Trabalho GT 7. Produção e Comunicação da Informação em Ciência, Tecnologia & Inovação GT 8. Informação e Tecnologia GT 9. Museu, Patrimônio e Informação GT 10. Informação e Memória GT 11. Informação e Saúde
XIII Enancib Rio de Janeiro – RJ 28 a 31 de outubro de 2012 A sociedade em rede para a inovação e o desenvolvimento humano	GT 1. Estudos Históricos e Epistemológicos da Ciência da Informação GT 2. Organização e Representação do Conhecimento GT 3. Mediação, Circulação e Apropriação da Informação GT 4. Gestão da Informação e do Conhecimento nas Organizações GT 5. Política e Economia da Informação GT 6. Informação, Educação e Trabalho GT 7. Produção e Comunicação da Informação em Ciência, Tecnologia & Inovação GT 8. Informação e Tecnologia GT 9. Museu, Patrimônio e Informação GT 10. Informação e Memória GT 11. Informação e Saúde
XIV Enancib Florianópolis – SC 29 de outubro a 01 de novembro de 2013 Informação e interação: ampliando perspectivas para o desenvolvimento humano	GT 1. Estudos Históricos e Epistemológicos da Ciência da Informação GT 2. Organização e Representação do Conhecimento GT 3. Mediação, Circulação e Apropriação da Informação GT 4. Gestão da Informação e do Conhecimento nas Organizações GT 5. Política e Economia da Informação GT 6. Informação, Educação e Trabalho GT 7. Produção e Comunicação da Informação em Ciência, Tecnologia & Inovação GT 8. Informação e Tecnologia GT 9. Museu, Patrimônio e Informação

	GT 10. Informação e Memória GT 11. Informação e Saúde
XV Enancib Belo horizonte – MG 27 a 31 de outubro de 2014 Além das nuvens: expandindo as fronteiras da Ciência da Informação	GT 1. Estudos Históricos e Epistemológicos da Ciência da Informação GT 2. Organização e Representação do Conhecimento GT 3. Mediação, Circulação e Apropriação da Informação GT 4. Gestão da Informação e do Conhecimento nas Organizações GT 5. Política e Economia da Informação GT 6. Informação, Educação e Trabalho GT 7. Produção e Comunicação da Informação em Ciência, Tecnologia & Inovação GT 8. Informação e Tecnologia GT 9. Museu, Patrimônio e Informação GT 10. Informação e Memória GT 11. Informação e Saúde
XVI Enancib João Pessoa – JP 26 a 30 de outubro de 2015 Informação, Memória e Patrimônio: do documento às redes	GT 1. Estudos Históricos e Epistemológicos da Ciência da Informação GT 2. Organização e Representação do Conhecimento GT 3. Mediação, Circulação e Apropriação da Informação GT 4. Gestão da Informação e do Conhecimento GT 5. Política e Economia da Informação GT 6. Informação, Educação e Trabalho GT 7. Produção e Comunicação da Informação em Ciência, Tecnologia & Inovação GT 8. Informação e Tecnologia GT 9. Museu, Patrimônio e Informação GT 10. Informação e Memória GT 11. Informação e Saúde
XVII Enancib Salvador – BA 20 a 25 de novembro de 2016 Descobrimientos da Ciência da Informação: desafios da Multi, Inter e Transdisciplinaridade	GT 1. Estudos Históricos e Epistemológicos da Ciência da Informação GT 2. Organização e Representação do Conhecimento GT 3. Mediação, Circulação e Apropriação da Informação GT 4. Gestão da Informação e do Conhecimento GT 5. Política e Economia da Informação GT 6. Informação, Educação e Trabalho GT 7. Produção e Comunicação da Informação em Ciência, Tecnologia & Inovação GT 8. Informação e Tecnologia GT 9. Museu, Patrimônio e Informação GT 10. Informação e Memória GT 11. Informação e Saúde
XVIII Enancib Marília – SP 23 a 27 de outubro de 2017 Informação, sociedade e complexidade	GT 1. Estudos Históricos e Epistemológicos da Ciência da Informação GT 2. Organização e Representação do Conhecimento GT 3. Mediação, Circulação e Apropriação da Informação GT 4. Gestão da Informação e do Conhecimento GT 5. Política e Economia da Informação GT 6. Informação, Educação e Trabalho GT 7. Produção e Comunicação da Informação em Ciência, Tecnologia & Inovação GT 8. Informação e Tecnologia GT 9. Museu, Patrimônio e Informação GT 10. Informação e Memória GT 11. Informação e Saúde

	GRUPO DE TRABALHO ESPECIAL
XIX Enancib Londrina – PR 22 a 26 de outubro de 2018 Sujeito informacional e as perspectivas atuais em Ciência da Informação	GT 1. Estudos Históricos e Epistemológicos da Ciência da Informação GT 2. Organização e Representação do Conhecimento GT 3. Mediação, Circulação e Apropriação da Informação GT 4. Gestão da Informação e do Conhecimento GT 5. Política e Economia da Informação GT 6. Informação, Educação e Trabalho GT 7. Produção e Comunicação da Informação em Ciência, Tecnologia & Inovação GT 8. Informação e Tecnologia GT 9. Museu, Patrimônio e Informação GT 10. Informação e Memória GT 11. Informação e Saúde GRUPO DE TRABALHO ESPECIAL
XX Enancib Florianópolis – SC 21 a 25 de outubro de 2019 A Ciência da Informação e a Era da Ciência de Dados	GT 1. Estudos Históricos e Epistemológicos da Ciência da Informação GT 2. Organização e Representação do Conhecimento GT 3. Mediação, Circulação e Apropriação da Informação GT 4. Gestão da Informação e do Conhecimento GT 5. Política e Economia da Informação GT 6. Informação, Educação e Trabalho GT 7. Produção e Comunicação da Informação em Ciência, Tecnologia & Inovação GT 8. Informação e Tecnologia GT 9. Museu, Patrimônio e Informação GT 10. Informação e Memória GT 11. Informação e Saúde

Fonte: Dados da pesquisa (2019)

O Enancib no ano de 2021¹⁹ está previsto para ocorrer na cidade do Rio de Janeiro, em razão comemorativa dos cinquenta anos do Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação, do Ibict.

Ao longo destas vinte edições, pode-se fazer algumas observações que caracterizam o amadurecimento dos eventos e seus GTs, como: enumeração dos GTs que se institucionalizam a partir da terceira edição no ano de 1997; consolidação da periodicidade anual dos Enancibs a partir da sexta edição no ano de 2005, incluindo o surgimento do "GT 5. Política, Ética e Economia da Informação" que aqui interessa no decorrer das discussões desta pesquisa; e atualização e ampliação dos GTs.

¹⁹ Inicialmente o evento estava agendado para ocorrer entre os dias 26 e 30 de outubro de 2020. Como medida de contenção do Coronavírus, o adiamento do evento para o ano de 2021 foi aprovado por unanimidade pelos participantes do Fórum de Coordenadores de Grupos de Trabalho da Ancib, em reunião extraordinária realizada no dia 9 de abril de 2020, pela ferramenta Google Meet.

Para Marteleto (2009, p. 35), a Ancib tem sido um espaço em que pesquisadores e estudantes discutem acerca da pesquisa em CI em vista de mudanças que apontam para períodos de transição entre diferentes regimes de informação, implicando em aceitação, questionamento ou resistência às mudanças em curso.

Desde a décima segunda edição em Brasília, a Ancib congrega 11 GTs cujas ementas, que também passaram por mudanças e atualizações no decorrer dos anos, apresentam temáticas que indicam as tendências de pesquisa esperadas para o campo científico.

Quadro 8 – Grupos de Trabalho e suas ementas na Ancib

GRUPO DE TRABALHO (GT)	EMENTA
GT 1 - Estudos Históricos e Epistemológicos da Ciência da Informação	Estudos históricos e epistemológicos da Ciência da Informação. Constituição do campo científico e questões epistemológicas e históricas da Ciência da Informação e seu objeto de estudo - a informação. Reflexões e discussões sobre a disciplinaridade, interdisciplinaridade e transdisciplinaridade, assim como a construção do conhecimento na área.
GT 2 – Organização e Representação do Conhecimento	Teorias, metodologias e práticas relacionadas à organização e preservação de documentos e da informação, enquanto conhecimento registrado e socializado, em ambiências informacionais tais como: arquivos, museus, bibliotecas e congêneres. Compreende, também, os estudos relacionados aos processos, produtos e instrumentos de representação do conhecimento (aqui incluindo o uso das tecnologias de informação) e as relações inter e transdisciplinares neles verificadas, além de aspectos relacionados às políticas de organização e preservação da memória institucional.
GT 3 – Mediação, Circulação e Apropriação da Informação	Estudo dos processos e das relações entre mediação, circulação e apropriação de informações, em diferentes contextos e tempos históricos, considerados em sua complexidade, dinamismo e abrangência, bem como relacionados à construção e ao avanço do campo científico da Ciência da Informação, compreendido em dimensões inter e transdisciplinares, envolvendo múltiplos saberes e temáticas, bem com contribuições teórico-metodológicas diversificadas em sua constituição.
GT 4 – Gestão da Informação e do Conhecimento	Gestão de ambientes, sistemas, unidades, serviços, produtos de informação e recursos informacionais. Estudos de fluxos, processos, usos e usuários da informação como instrumentos de gestão. Gestão do conhecimento e aprendizagem organizacional no contexto da Ciência da Informação. Marketing da informação, monitoramento ambiental e inteligência competitiva. Estudos de redes para a gestão. Aplicação das tecnologias de informação e comunicação à gestão da informação e do conhecimento.
GT 5 – Política e Economia da	Políticas e regimes de informação. Informação, Estado

Informação	e governo. Propriedade intelectual. Acesso à informação. Economia política da informação e da comunicação. Produção colaborativa. Poder, ativismo e cidadania. Conhecimento, aprendizagem e inovação. Ética da informação. Informação e ecologia.
GT 6 – Informação, Educação e Trabalho	Campo de trabalho informacional: atores, cenários, competências e habilidades requeridas. Organização, processos e relações de trabalho em unidades de informação. Sociedade do Conhecimento, tecnologia e trabalho. Saúde, mercado de trabalho e ética nas profissões da informação. Perfis de educação no campo informacional. Formação profissional: limites, campos disciplinares envolvidos, paradigmas educacionais predominantes e estudo comparado de modelos curriculares. O trabalho informacional como campo de pesquisas: abordagens e metodologias.
GT 7 – Produção e Comunicação da Informação em Ciência, Tecnologia & Inovação	Estudos teóricos, aplicados e metodológicos sobre a produção, comunicação e uso da informação em Ciência, Tecnologia e Inovação. Inclui pesquisas relacionadas aos processos de comunicação, divulgação, análise e formulação de indicadores para planejamento, avaliação e gestão em CT&I.
GT 8 – Informação e Tecnologia	Estudos e pesquisas teórico-práticos sobre e para o desenvolvimento de tecnologias de informação e comunicação que envolvam os processos de geração, representação, armazenamento, recuperação, disseminação, uso, gestão, segurança e preservação da informação em ambientes digitais.
GT 9 – Museu, Patrimônio e Informação	Análise das relações entre o museu (fenômeno cultural), o patrimônio (valor simbólico) e a informação (processo), sob múltiplas perspectivas teóricas e práticas de análise. Museu, patrimônio e informação: interações e representações. Patrimônio musealizado: aspectos informacionais e comunicacionais.
GT 10 – Informação e Memória	Estudos sobre a relação entre os campos de conhecimento da Ciência da Informação e da Memória Social. Pesquisas transdisciplinares que envolvem conceitos, teorias e práticas do binômio ‘informação e memória’. Memória coletiva, coleções e colecionismo, discurso e memória. Representações sociais e conhecimento. Articulação entre arte, cultura, tecnologia, informação e memória, através de seus referenciais, na contemporaneidade. Preservação e virtualização da memória social.
GT 11 – Informação & Saúde	Estudos das teorias, métodos, estruturas e processos informacionais em diferentes contextos da saúde, considerada em sua abrangência e complexidade. Impacto da informação, tecnologias, e inovação em saúde. Informação nas organizações de saúde. Informação, saúde e sociedade. Políticas de informação em saúde. Formação e capacitação em informação em saúde.

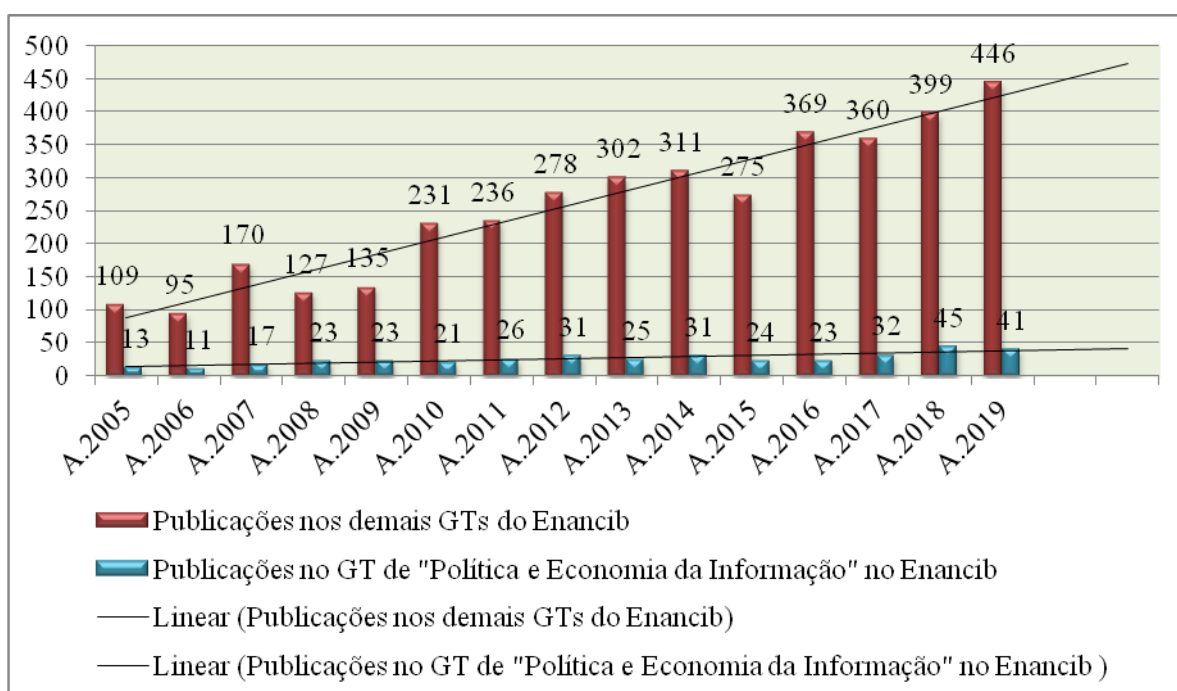
Fonte: Portal do XIX Enancib (2018)

Nas últimas edições os GTs e suas ementas tem se apresentado estáveis, indicando uma aparente consolidação das temáticas trabalhadas pelos membros. Contudo, permanece atual a perspectiva de Marteleto e Ginez de Lara (2008, p. 9-10) quando afirmam que a organização dos GTs segundo ementas e metodologias não se caracteriza com recortes rígidos ou de especializações excessivas, pois os GTs são temporários, provisórios e com revisões periódicas asseguradas.

Retomando o entendimento de Whitley (1974) a respeito das especialidades e áreas de pesquisa na institucionalização científica, Martins (2014, p. 48) exemplifica o campo da CI como uma especialidade que é estruturada a partir das várias áreas de pesquisa bem definidas por meio destes GTs dos Enancibs, cada um apresentando as suas situações-problema e princípios de investigações. No entanto, cada área de pesquisa pode ser convertida em uma especialidade quando observada de forma individual e mais intensa.

Para Campello e Campos (1993, p. 35), a importância dos eventos científicos varia de campo para campo. Contudo, no campo da Ciência da Informação, Arboit e Bufrem (2013, p. 89-90) afirmam que os eventos científicos são considerados de grande valor cultural para o desenvolvimento da área, pois congregam pessoas com interesse comum, estimulam a troca e compartilhamento de conhecimento, além da criação de novas parcerias ou grupos.

Gráfico 2 – Quantitativo de trabalhos apresentados nos Enancibs (2005-2019)



Fonte: Dados da pesquisa (2019)

Conforme um levantamento realizado nesta presente pesquisa sobre a produção científica de trabalhos apresentados nas edições do Enancib, sendo este o principal e mais importante evento científico de pesquisas na área de CI no Brasil, com recorte temporal que inicia no ano de 2005 e se estende em edições anuais até o ano de 2019, percebeu-se que os trabalhos publicados no GT de Política e Economia da Informação têm seguido uma tendência linear semelhante ao total restante de trabalhos publicados nos demais GTs. A partir do ano de 2007 houve um aumento dos trabalhos produzidos para este GT, coincidindo com o período em que o termo “Economia Política da Informação” foi incluído na ementa do GT.

O levantamento foi realizado no portal eletrônico da Ancib, bem como nos portais eletrônicos particulares de cada edição do Enancib e busca pelos anais dos eventos, quando foi o caso. Neste período presente no gráfico, o Enancib contou com a participação de 4.229 trabalhos, sendo 386 trabalhos referentes ao GT de Política e Economia da Informação.

Na pesquisa de Miranda, Carvalho e Costa (2018, p. 18), as autoras reforçam que a comunicação científica aprimora o uso e a visibilidade dos periódicos científicos impressos e eletrônicos como fontes de informação primária que facilitam o acompanhamento constante dos avanços em cada área.

No contexto da comemoração dos 45 anos do surgimento das primeiras revistas brasileiras editadas na área de CI, em 2017, Gabriel Junior (2017) apresentou um panorama dos periódicos científicos representados pela base Brapci. No próximo quadro são apresentados cronologicamente os títulos de periódicos científicos na área de CI levantados pelo autor, iniciando-se no ano de 1972 e finalizando-se no ano de 2016, porém com adaptação e atualização na presente pesquisa, visto que aqui foram excluídos os títulos descontinuados²⁰ e incluídos títulos não indexados ou novos títulos que surgiram a partir do ano de 2018, visando aproximar-se do quadro atual.

Quadro 9 – Periódicos brasileiros em Ciência da Informação

ANO	PERIÓDICO
1972	Arquivo & Administração Ciência da Informação
1973	Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação
1985	Ágora BIBLOS – Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação
1989	Transinformação
1991	Informação & Sociedade: Estudos
1995	Informação & Informação
1996	Encontros Bibli

²⁰ Gabriel Junior (2017) ressalva que a descontinuação de alguns títulos se deve à troca do título principal da revista com o decorrer do tempo, sendo atribuído um novo *International Standard Serial Number* ao novo título, ainda que a estrutura e mantenedora permaneçam as mesmas.

	Perspectivas em Ciência da Informação		
	Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina		
1998	Comunicação & Informação		
1999	DataGramaZero		
	ETD – Educação Temática Digital		
2003	Em Questão		
	Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação		
2005	Biblionline		
	Inclusão Social		
	Liinc em Revista		
2006	Brazilian Journal of Information Science		
2007	Ponto de Acesso		
	Revista Eletrônica de Comunicação, Informação & Inovação em Saúde		
2008	Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação		
	Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação		
2010	InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação		
2011	AtoZ: Novas Práticas em Informação e Conhecimento		
	Bibliotecas Universitárias: pesquisas, experiências e perspectivas		
	Múltiplos Olhares em Ciência da Informação		
	Perspectivas em Gestão & Conhecimento		
2012	Biblioteca Escolar em Revista		
	Informação Arquivística		
	Informação@ Profissões		
	IRIS – Revista de Informação, Memória e Tecnologia		
2013	RACIn – Revista Analisando em Ciência da Informação		
	Archeion Online		
2014	Ciência da Informação em Revista		
	Informação & Tecnologia		
	Logeion: filosofia da informação		
	Revista Brasileira de Educação em Ciência da Informação		
	Revista Informação na Sociedade Contemporânea		
	Revista P2P & INOVAÇÃO		
2015	Folha de Rosto		
2016	Informação em Pauta		
	Revista Conhecimento em Ação		
2018	Revista Fontes Documentais		
	Convergência em Ciência da Informação		
	Revista Cajueiro		
2019	Ciência da Informação em aberto		

Fonte: Dados da pesquisa (2019)

Segundo informações sobre a Classificação da produção intelectual no portal eletrônico da Capes (2018), o Qualis-Periódicos é um sistema utilizado para classificar a produção científica dos Programas de Pós-graduação referente aos artigos publicados em periódicos científicos. Esta classificação é realizada pelos comitês de consultores de cada área de avaliação da Capes. Em ordem decrescente, o estrato A1 é o mais elevado e o C apresenta peso zero, portanto sem caráter científico-acadêmico. Os periódicos sem estratificação ainda não foram avaliados pelo comitê de área da Capes, com base no quadriênio 2013-2016.

Assim, no campo da CI predominam os periódicos com estrato B1 e em segundo lugar os estratificados como B5.

Estes periódicos podem receber classificações diferentes quando inseridos em mais de uma área. A classificação não define necessariamente a qualidade dos periódicos, mas expressa o valor que é atribuído, em cada área do conhecimento, ao conteúdo veiculado.

No ano de 2019 foi apresentada uma nova configuração metodológica na definição do Qualis Periódicos, resultando numa lista preliminar de novos extratos qualis para as revistas científicas. Esta nova versão resultaria em alterações no quadro aqui apresentado dos periódicos em CI. Contudo, a própria Capes reitera que a versão definitiva baseada nas novas discussões só se assegurará após a próxima avaliação quadrienal prevista para o ano de 2021.

Em termos gerais, os periódicos científicos estão vinculados a Programas de Pós-graduação, Universidades, Faculdades, Departamentos institucionais e/ou Associações de profissionais ou de pesquisadores.

Importa frisar que o histórico da Ciência da Informação no país também perpassa pela oferta de cursos de graduação, embora em minoria. Mais uma vez é perceptível a forte aproximação com o campo profissional da Biblioteconomia, conforme levantamento dos cursos atualmente ativos, realizado na base de dados dos cursos de graduação cadastrados no Ministério da Educação (MEC)²¹.

Quadro 10 – Cursos de graduação em Ciência da Informação brasileiros

IES Sigla	IES Nome	Nome do Curso	Grau do Curso
UFSCAR	Universidade Federal de São Carlos	Biblioteconomia e Ciência da Informação	Bacharelado
USP	Universidade de São Paulo	Biblioteconomia e Ciência da Informação	Bacharelado
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina	Ciência da Informação	Bacharelado

Fonte: Dados da pesquisa (2019)

O último curso apresentado no quadro, iniciado no ano de 2016, representa a mais recente iniciativa de um curso de graduação em Ciência da Informação, sendo a única do país que carrega a nomenclatura exclusiva de “Ciência da Informação”. Conforme noticiado por Warren (2016) no portal eletrônico do Centro de Ciências da Educação da UFSC, este curso foi viabilizado após mudanças de atuação docente, novos laboratórios e reestruturação dos já

²¹ Dados disponíveis em: <http://emec.mec.gov.br/>. Acesso em: 27 fev. 2019.

existentes cursos de Biblioteconomia e Arquivologia na instituição, sendo o primeiro do país com estrutura curricular comum com os outros dois cursos.

Historicamente, os cursos neste nível foram marcados por questões controversas e até mesmo incômodas dentro do campo, de modo que vale reforçar, de maneira ampla, as afirmações de Corrêa (2017) ao esclarecer que o percurso da Ciência da Informação brasileira revela uma série de fatores e acontecimentos político-sociais em um cenário que mistura descontinuidades, rupturas e, ao mesmo tempo, esforços de manutenção de tradições e culturas na tentativa de construir novas posturas profissionais. Assim, algumas iniciativas de abertura de cursos de graduação em Ciência da Informação não vingaram²². Por isso, a área ainda não conseguiu conquistar com solidez o território acadêmico da graduação, permanecendo a Biblioteconomia como a formação acadêmica principal na área em meio ao crescimento da oferta de outros cursos como a Arquivologia e a Gestão da Informação. Em contrapartida, na pós-graduação a Ciência da Informação acomodou-se confortavelmente.

Para finalizar, salientam-se outros estudos realizados sobre a institucionalização da Ciência da Informação no país, como: teses e dissertações analisadas por Santos e Kobashi (2007); a análise de Eliel (2008) sobre a convergência entre a produção científica e os marcos regulatórios da área; o estudo cientométrico de Silveira e Bazi (2008a, 2008b) sobre as redes de textos científicos e sua frente de pesquisa; os aspectos de institucionalização cognitiva e social da CI na pesquisa de Loureiro-Alves (2010); a análise de Arboit, Bufrem e Moreira González (2011) sobre a produção científica brasileira em Ciência da Informação no exterior; a de Arboit, Bufrem e Kobashi (2011) sobre a evolução quantitativa dos cursos de graduação na área e a reflexão de Souza (2012) sobre os elementos disciplinares do campo científico.

²² A extinção dos cursos de graduação em Ciência da Informação nas instituições de ensino Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC Campinas) e Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas) são exemplos notáveis.

5 CONTRIBUTOS DE INSTITUCIONALIZAÇÃO CIENTÍFICA DA EPI NA PRODUÇÃO CIENTÍFICA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO NO BRASIL

Esta seção apresenta e discute os resultados da pesquisa, sendo dividida em três seções secundárias. A primeira é destinada à análise da produção científica nas bases Brapci e RPPBCI. A segunda é referente ao diálogo com os pesquisadores especialistas, no VII Encontro Ulepcc Brasil. A terceira seção contextualizada a tese central desta investigação.

5.1 Análise da produção científica em economia política da informação na CI

Na base Brapci, a expressão “Economia Política” entre aspas foi utilizada como estratégia de busca nos campos Título, Resumo e Palavras-chave. Foram recuperados 45 trabalhos. A mesma expressão entre aspas foi utilizada como estratégia de busca na base RPPBCI, onde foram recuperados 37 trabalhos. Após o levantamento da base RPPBCI, foram eliminados os registros de trabalhos duplicados nas duas bases ou que não se enquadrariam em publicações periódicas, resultando assim em 31 trabalhos na base RPPBCI.

Tabela 3 – Canais levantados nas bases Brapci e RPPBCI, dos trabalhos em EPI

CANAIS DE COMUNICAÇÃO CIENTÍFICA	BASES	
	Brapci	RPPBCI
Liinc_em_Revista	15	14
Perspectivas_em_Ciência_da_Informação	5	4
Encontro_Nacional_de_Pesquisa_em_Ciência_da_Informação	4	0
Informação_&_Informação	3	3
Em_Questão	3	3
Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde	0	3
Informação_&_Sociedade: Estudos	2	0
Comunicação_&_Informação	2	0
DataGramaZero	2	0
Encontros_Bibli	1	1
Tendências_da_Pesquisa_Brasileira_em_Ciência_da_Informação	1	0
Revista_Digital_de_Biblioteconomia_&_Ciência_da_Informação	1	0
Revista_Brasileira_de_Biblioteconomia_e_Documentação	1	1
Perspectivas_em_Gestão_&_Conhecimento	1	0
Logeion: filosofia_da_informação	1	1
Revista_P2P_e_INOVAÇÃO	1	0
Ciência_da_Informação	1	1
Inclusão_Social	1	0
TOTAL	45	31

Fonte: Dados da pesquisa (2019)

Na análise da tabela anterior, verifica-se que a quantidade maior de trabalhos recuperados na base Brapci dá-se consequentemente pela maior cobertura dos periódicos e eventos da área indexados nesta base. Assim, os trabalhos recuperados na base RPPBCI também foram recuperados na base Brapci, com exceção dos três publicados na Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde (RECIIS), que atualmente não se encontra indexada na Brapci. Por sua vez, a Brapci indexa os trabalhos do Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação e dos periódicos Informação & Sociedade: Estudos, Comunicação & Informação, DataGramaZero, Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação, Revista Digital de Biblioteconomia & Ciência da Informação, Perspectivas em Gestão & Conhecimento, Revista P2P & INOVAÇÃO e Inclusão Social.

Ambas as bases mostraram que o periódico científico com o maior número de trabalhos foi o Liinc em Revista, atuante desde o ano de 2005 e sempre com edições anuais. Marques (2017) já tinha destacado esta fonte no campo da CI por trazer regularmente discussões que dialogam com a economia política da informação e suas categorias. Este periódico apresenta atualmente 30 edições publicadas em 15 volumes. Para 2020, ano que o periódico comemorará 15 anos de existência, uma das edições terá o dossiê “Economia Política da Informação, da Comunicação e da Cultura”, a ser publicado previstamente no mês de maio. O dossiê é organizado pelos professores Marco André Feldman Schneider, do Ibict; Marcos Dantas Loureiro, da UFRJ e Pablo Nabarrete Bastos, da UFF.

Martinez-Ávila (2019, p. 4, tradução nossa) afirma que um problema que pode ocorrer na avaliação dos resultados de pesquisas de uma comunidade científica específica, temática ou geográfica, é quando outras fontes publicadas não são incluídas em bancos de dados que permitem a observação controlada dos indicadores.

Nesta perspectiva, além das fontes apresentadas no quadro que foram encontradas na base Brapci, mas não foram encontradas na base RPPBCI e vice-versa, é possível pensar também que futuramente seria relevante a indexação da Revista Eptic nas duas bases. Como mencionado na terceira seção desta tese, a Revista Eptic constitui um dos principais canais de comunicação científica no país para a publicação de pesquisas em economia política da informação, comunicação e cultura. No ano de 2019 esta revista alcançou os seus 20 anos de existência com 62 edições publicadas em 21 volumes. São três edições em cada ano, exceto o ano de surgimento da revista em 1999. Na área de Comunicação e Informação, este periódico é classificado com o estrato qualis B1 na avaliação quadrienal 2013-2016 da Capes.

Para dar início às pesquisas que objetivam extrair os dados de institucionalização sociocognitiva, primeiramente foi levantando os dados da produção científica ocorrente nas bases Brapci e RPPBCI, o que inclui o quantitativo de trabalhos e autores que publicaram dentro deste período de 1972 a 2018, mediante a compilação das duas bases.

Quadro 11 – Trabalhos sobre EPI recuperados pelas bases Brapci e RPPBCI (1972-2018)

ID	Autores	Título	Fonte	Ano	Palavras-chave
1	MOSCO, Vicent	Repensando e renovando a economia política da informação	Perspectivas em Ciência da Informação	1998	SEM PALAVRAS-CHAVE
2	LISBOA, Armando de Melo	Economia política aristotélica: cuidando da casa, cuidando do comum.	Logeion: filosofia da informação	2017	Aristóteles; Grécia; Pensamento econômico
3	GUTIÉRREZ, Antonio GARCIA	Por uma economia política da organização do conhecimento (Tradução)	Liinc em revista	2018	SEM PALAVRAS-CHAVE
4	BIRDSALL, Willian F.	Uma economia política da biblioteconomia?	Perspectivas em Ciência da Informação	2005	Biblioteconomia; Economia Política; Infra-estrutura de informação; Políticas públicas de informação
5	JESSOP, Bob	Análise Crítica Semiótica e Economia Política Cultural	Liinc em revista	2010	semiose; economia e política; economia política cultural; economia do conhecimento ; virada cultural
6	BREEN, Marcus	Informação não é conhecimento: teorizando a economia política da virtualidade	Perspectivas em Ciência da Informação	2001	Tecnologia – Conhecimento; Conhecimento – Tecnologia
7	DANTAS, Marcos	Economia política da informação e comunicação em tempos de internet: revisitando a teoria do valor nas redes e no espetáculo	Liinc em revista	2012	Valor de Uso; Valor de Troca; Trabalho; Informação; Internet; "jardins

					Murados"
8	CÂMARA, Rafael Silva da; ALVES, Edvaldo Carvalho; BUFREM, Leilah Santiago	A economia política da informação na Ciência da Informação: indícios e necessidades de um estudo de domínio no campo	Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação	2017	Economia Política; Economia Política da Informação; Comunicação e Cultura; Campo Científico; Área do Conheciment o
9	BOLAÑO, César Ricardo Siqueira	Organização em rede, capital e a regulação mercantil do elo social	Liinc em revista	2016	Comunicação ; Internet; Capitalismo; Epistemologi a; Economia Política
10	DANTAS, Marcos	Dialética da informação: uma leitura epistemológica no pensamento de Vieira Pinto e Anthony Wilden (II)	Liinc em revista	2016	Informação; Marxismo; Dialética; Economia Política
11	DANTAS, Marcos	Dialética da informação: Uma leitura epistemológica no pensamento de Vieira Pinto e Anthony Wilden	Liinc em revista	2015	Informação; Marxismo; Dialética; Economia Política
12	EVANGELISTA , Rafael de Almeida; FONSECA, Felipe	Reconhecimento e superação da exploração capitalista em redes criativas de colaboração e produção	Liinc em revista	2016	Cultura e Poder; Cibercultura; Economia Política; Internet; Trabalho
13	BOLAÑO, César Ricardo Siqueira; CABRAL FILHO, Adilson Vaz	O Brasil e o movimento social global: uma análise dos eventos de junho de 2013 em perspectiva histórica	Liinc em revista	2014	Comunicação ; Economia Política; Movimento Social; Megaevento Esportivo
14	MARQUES, Rodrigo Moreno; PINHEIRO, Marta Macedo Kerr	As patentes e o regime de informação global emergente	Informação & Informação	2018	Ciência da Informação; Patente; Regime de Informação; Economia Política
15	DEMARCHI, Carlos Henrique; KERBAUY, Maria Teresa	A proposta de um novo marco regulatório para a comunicação no Brasil e as políticas para o setor	Liinc em revista	2016	Marco Regulatório; Democratizaç ão;

	Miceli				Confecom; Política de Comunicação ; Economia Política
16	LOPES, Ruy Sardinha; SANTOS, Anderson David Gomes dos; MOTA, Joanne Santos	Revista EPTIC Online: produção em EPC e interdisciplinaridade no campo comunicacional (2009-2014)	Liinc em revista	2015	Economia Política da Comunicação ; Revista EPTIC Online; História; Epistemologi a
17	VARGAS, Diana Alexandra Cubillos; SILVA, Alberth Sant`Ana Costa da	Inclusão digital: sistema de engrenagens	Liinc em revista	2009	Inclusão Digital; Economia Política; Política de Informação
18	BOLAÑO, César Ricardo Siqueira; MATTOS, Fernando Augusto Mansor	Conhecimento e informação na atual reestruturação produtiva: para uma crítica das teorias da Gestão do Conhecimento	DataGramaZero	2004	Informação; Comunicação ; Capitalismo; Globalização; Economia Política;
19	FIGUEIRA, Monique; SCHNEIDER, Marco André Feldman	Ciência da Informação, marxismo e população em situação de rua	Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação	2018	Economia Política da Informação; Direito Humano; Marxismo; Política Pública; População em Situação de Rua
20	MARQUES, Rodrigo Moreno	Produção de valor nas redes sociais: Marx e o debate contemporâneo	Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação	2017	Valor; Rede Social; Digital Labour; Informação; Mercadoria Dado; Economia Política da Informação e do Conheciment o
21	TARGINO, Maria das Graças	Blogs como instrumento de legitimação de lutas sociais em Cuba	Informação & Informação	2013	Ciência da Informação; Comunicação Científica; Blogosfera;

					Economia Política da Comunicação ; Ciberespaço; Comunicação Social; Blogs Cubano
22	MATTOS, Fernando Augusto Mansor; SOULÉ JÚNIOR, Oswaldo	A influência das crises econômicas das décadas de 80 e 90, no Brasil, no mercado de trabalho dos profissionais ligados às tecnologias da informação	Informação & Sociedade: Estudos	2008	Ciência da Informação; Economia Política da Informação; Economia Brasileira; Tecnologia da Informação; Profissional da Informação; Inclusão Digital; Mercado de Trabalho
23	ZINCONE, Rafael; SCHNEIDER, Marco André Feldman	Parabolicamará: redundância e inovação na infomare televisiva da Tropicália	Em Questão	2018	Ciência Social Aplicada; Ciência da Informação; Teoria da Informação; Economia Política; Capital Midiático; Televisão; Tropicalia;
24	BRITTOS, Valério Cruz	Mídia, mediação e sociedade: o (des) caminho do debate público	Comunicação & Informação	2005	Mídia; Cidadania e Cultura; Economia Política da Comunicação ; Política de Comunicação ; Processo Midiático;
25	CARVALHO, Helenice; BRITTOS, Valério Cruz	Comunicação e informação como fatores críticos de sucesso na gestão do conhecimento	DataGramaZero	2006	Comunicação e Capitalismo; Comunicação e Mercado; Decisão Estratégica; Economia

					Política da Comunicação ;
26	ELIAS, Paulo César	Informação e software livre no capitalismo contemporâneo	Revista Digital de Biblioteconomia & Ciência da Informação	2007	Ciência da Informação; Economia Política da Informação; Software Livre; Sociedade da Informação; Richard Stallman; Tecnologia da Informação; Código Aberto;
27	BOLAÑO, César Ricardo Siqueira; BRITTOS, Valério	Políticas de comunicação, governo Lula e TV digital	Liinc em revista	2007	Economia Política da Comunicação ; Política de Comunicação ; Processo Midiático; Comunicação e Capitalismo; História da Comunicação
28	KOSTAKIS, Vasilis	The (a)political economy of bitcoin	Revista P2P e INOVAÇÃO	2015	Moedas digitais; Cryptocurrency; Commons; Bitcoin; Dinheiro; Open Source; P2P Money; Capitalismo distribuído
29	SANTOS, Elisangela Marina dos; DUARTE, Elizabeth Andrade; PRATA, Nilson Vidal	Cidadania e Trabalho na Sociedade da Informação:	Perspectivas em Ciência da Informação	2008	Competência informacional ; Economia Política da Informação; Cidadania; Trabalho; Sociedade da Informação
30	GUEDES, Olga	As novas tecnologias de comunicação e informação: novos mecanismos de exclusão social?	Perspectivas em Ciência da Informação	1998	SEM PALAVRAS-CHAVE
31	JAMBEIRO,	Políticas públicas para o	Liinc em	2006	indústria

	Othon; LIMA, Jussara Borges de; BARROS, Susane Santos	livro e a leitura e sua influência na indústria editorial de Salvador	revista		editorial-Salvador; produção editorial-Salvador; livro; política do livro; economia política do livro
32	BARROS, Chalini Torquato Gonçalves de	Distribuição de conteúdo audiovisual: configurações de fronteiras em escala mundial	Comunicação & Informação	2008	Capitalismo; Produção Cultural; Diversidade; Relação Internacional e Emancipação
33	ARAÚJO, Carlos Alberto Àvila de	Fundamentos da Ciência da Informação: correntes teóricas e o conceito de informação	Perspectivas em Gestão & Conhecimento	2014	Fundamento da Ciência da Informação; Epistemologia da Ciência da Informação; Conceito de Informação; Teoria da Informação
34	BOLAÑO, César Ricardo Siqueira; KOBASHI, Nair Yumiko; SANTOS, Raimundo Nonato Macedo dos	A lógica econômica da edição científica certificada	Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação	2006	Ciência da Informação; Biblioteconomia; Economia Política; Conhecimento; Tecnologia; Informação;
35	RIHAN, Bianca; SALDANHA, Gustavo Silva	O documento e o movimento zapatista: notas para uma teoria crítica	Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação	2018	Documento; Movimento Zapatista; Teoria Crítica; Mural; Imagem
36	YAMAMOTO, Eduardo Yuji	O discurso comunitário: ideologia e interpretação	Em Questão	2008	Análise do Discurso; Ideologia; Discurso Comunitário; Interpretação Conceitual; Comunicação Comunitária;

37	CAMPOS, Paulo Eduardo Fonseca de; DIAS, Henrique José dos Santos	A insustentável neutralidade da tecnologia: o dilema do Movimento Maker e dos Fab Labs	Liinc em revista	2018	Movimento Maker; Fabricação Digital; Emancipação; Economia Popular
38	FONSECA, Virgínia Pradelina da Silveira	Indústrias Culturais e Capitalismo no Brasil	Em Questão	2003	Indústria Cultural; Capitalismo;
39	DANTAS, Marcos; CANAVARRO, Marcela; BARROS, Marina	Trabalho gratuito nas redes: de como o ativismo de 99% pode gerar ainda mais lucros para 1%	Liinc em revista	2014	Mais-valia 2.0; Trabalho Gratuito; Rede de Mobilização; Facebook; Avaaz
40	SALDANHA, Gustavo Silva; MATA, Diogo Xavier da; SALOMÃO, Amanda; CABRAL, Caio	A Coleção Memória da Biblioteconomia e a epistemologia histórica dos estudos biblioteconômico- informativos no Brasil: sobre coleções bibliográficas como fatos epistêmicos	Revista Brasileira de Biblioteconomi a e Documentação	2018	Coleção Memória da Bibliotecono mia; Biblioteca Nacional do Brasil; Epistemologi a Histórica; Coleção Bibliográfica; Fato Epistêmico
41	SALDANHA, Gustavo Silva; SOUZA, Rosali Fernandez de	Teoria barroca da organização do conhecimento: Emanuele tesauro e o espelho turvo das tensões entre epistemologia, metodologia e sociedade	Informação & Informação	2017	Emanuele Tesauro; Epistemologi a da Organização do Conheciment o; Teoria Barroca; Epistemologi a Histórica; Filosofia da Linguagem
42	LIMA, Clovis Ricardo Montenegro de	A pesquisa da política e da economia da informação na Ciência da Informação: atualidade e perspectivas	Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação	2008	Política da Informação; Economia da Informação; Ciência da Informação; Pesquisa em Ciência da Informação;
43	RIBEIRO, Gustavo Lins	Ambientalismo e desenvolvimento sustentado:	Ciência da Informação	1992	Ciência da Informação;

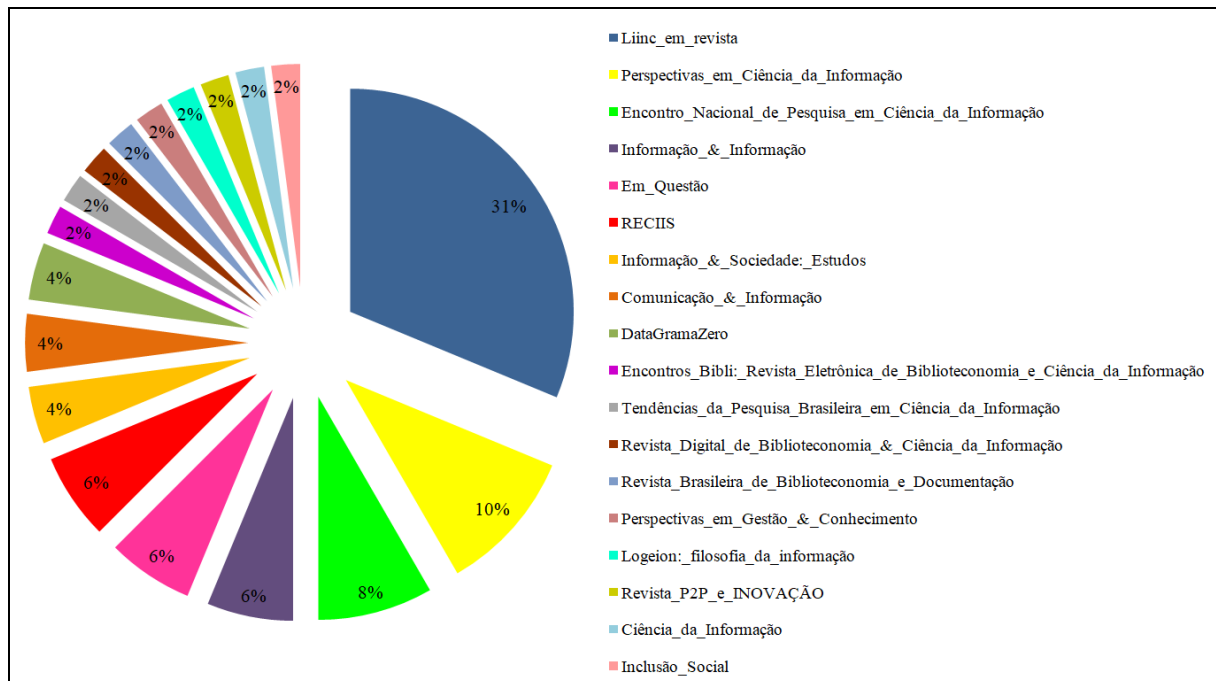
		ideologia e utopia no final do século XX			Meio Ambiente e Desenvolvimento; Política de Meio Ambiente
44	KARAM, Ricardo Antônio de Souza	A questão regional brasileira no século XXI: um olhar sobre o dissenso	Inclusão Social	2012	Território; Desenvolvimento; Instituição
45	LIMA, Clovis Ricardo Montenegro de; SANTINI, Rose Marie	Produção colaborativa de softwares livres: trabalho e tecnologia na Sociedade da Informação	Informação & Sociedade: Estudos	2008	Ciência da Informação; Produção Colaborativa; Softwar Livre; Trabalho; Tecnologia de Informação e Comunicação ; Sociedade da Informação
46	BRITTOS, Valério Cruz; ROCHA, Bruno Lima; NAZÁRIO, Paola Madeira	Tomando posição: uma análise política da I Conferência Nacional de Comunicação (Confecom)	Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde - RECIIS	2010	economia política da Comunicação ; políticas Públicas de Comunicação ; digitalização; TV
47	FIORI, José Luis da Costa	Sistema mundial, América do Sul, África e “potências emergentes”	Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde - RECIIS	2010	sistema político-econômico mundial; conjuntura internacional; potências emergentes; América do Sul; África, relações Brasil-China-Índia-África do Sul
48	ROTTENBURG, Richard; GERRETS, René	Relatório sobre o Programa de Pesquisa “Biomedicina na África	Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde - RECIIS	2008	Biomedicina, criação da medicina tradicional, experimentação biomédica, intervenção humanitária, intervenção

					de saúde, saúde e governança, órgãos administrativos, taxonomias biomédicas, personalizações de tecnologias biomédicas
--	--	--	--	--	--

Fonte: Dados da pesquisa (2019)

Os metadados dos trabalhos científicos visualizados no quadro 11 foram organizados após a comparação dos resultados de busca pela expressão “economia política” entre as duas bases, excluindo os registros de trabalhos duplicados e outros dados que não foram de interesse na análise. Com esta organização, os metadados das três publicações no periódico RECIIS recuperados no RPPBCI foram somados aos 45 trabalhos recuperados na Brapci, totalizando 48 trabalhos. Os trabalhos recuperados correspondem majoritariamente em publicações advindas de periódicos científicos, conforme o seguinte gráfico:

Gráfico 3 – Fontes de informação dos trabalhos em EPI levantados nas bases Brapci e RPPBCI (1972-2018)

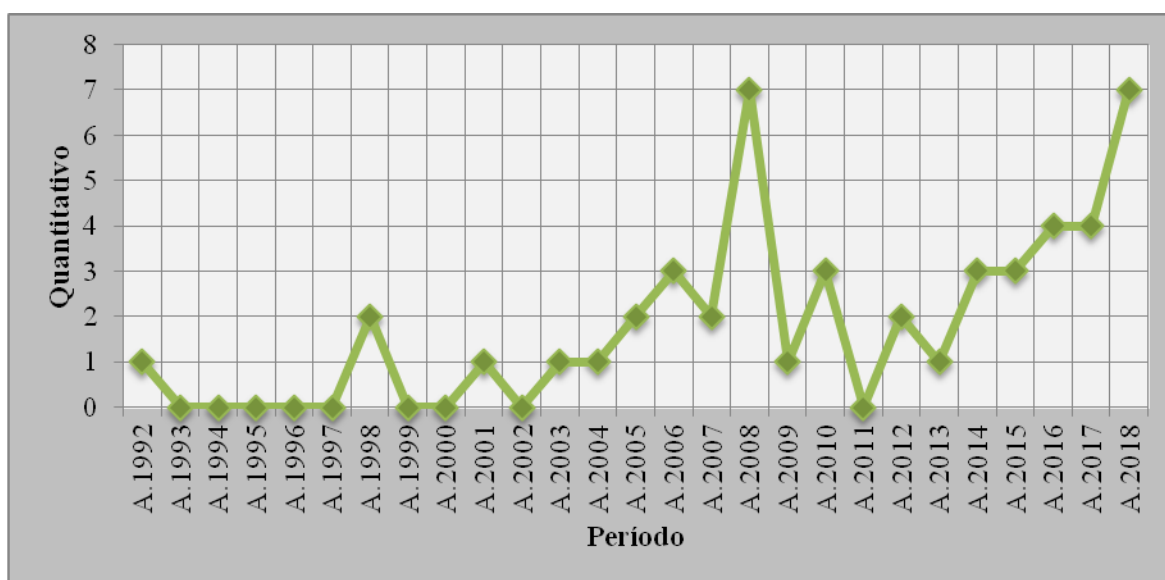


Fonte: Dados da pesquisa (2019)

Entre os 17 periódicos apresentados na Tabela 3 e distribuídos nos 44 trabalhos mostrados na estatística do gráfico 3, o foco e escopo do Liinc em Revista, periódico que obteve o maior número de trabalhos, apresenta como finalidade refletir sobre os processos de produção, circulação e apropriação da informação e do conhecimento em uma perspectiva crítica. O único evento levantado foi o Enancib, com quatro trabalhos que foram apresentados e publicados pelo GT “Política e Economia da Informação”.

Quanto à evolução temporal, é observada uma instabilidade entre os anos de 1992 e 2013, ou seja, em considerável espaço do recorte analisado. A tendência de crescimento ganha nova força especialmente a partir do ano de 2014, conforme o seguinte gráfico:

Gráfico 4 – Distribuição temporal dos trabalhos em EPI levantados nas bases Brapci e RPPBCI (1972-2018)



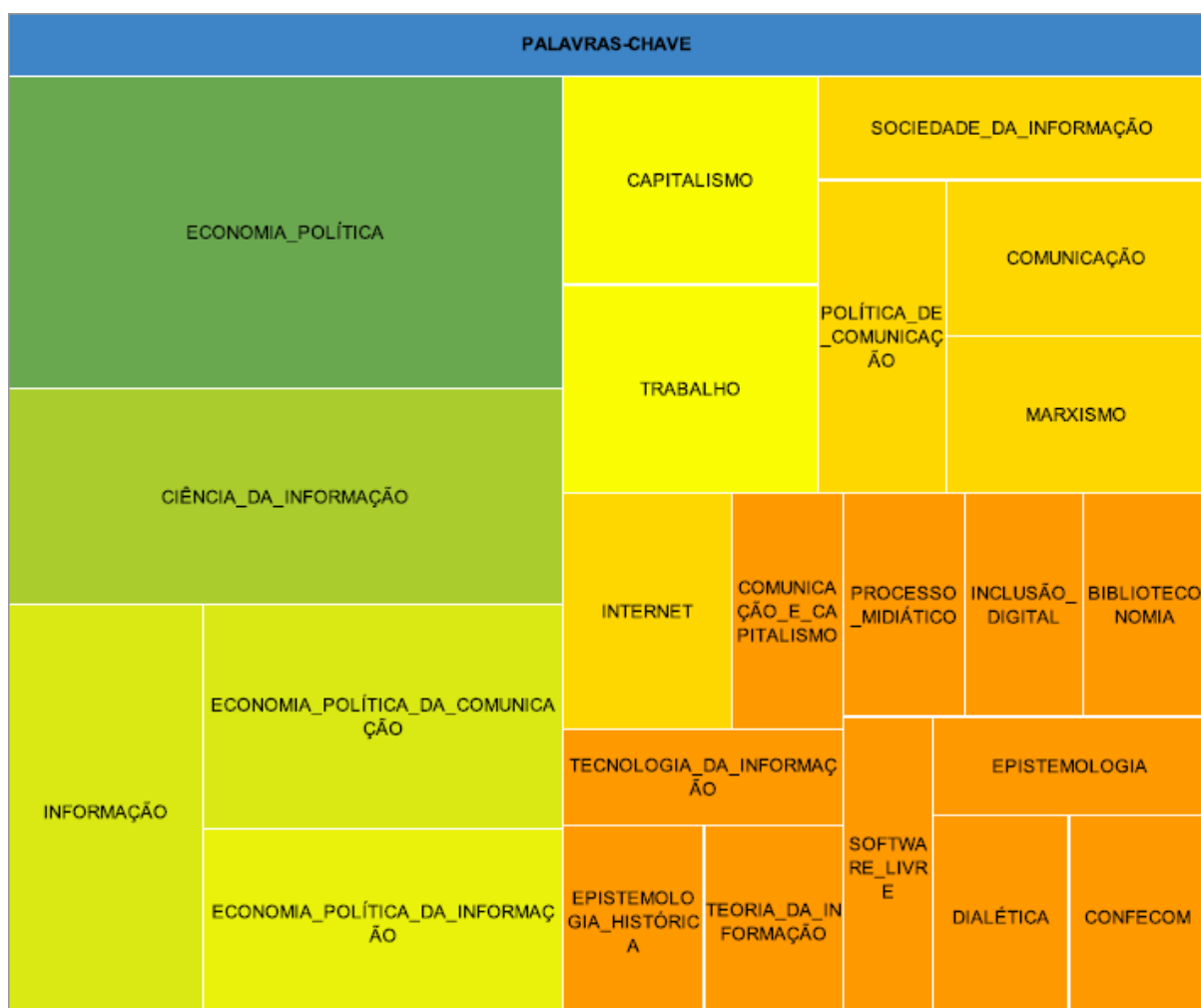
Fonte: Dados da pesquisa (2019)

Mais uma vez, o Liinc em Revista se destaca na fase de crescimento da produção científica. Dentro do espaço temporal entre os anos de 2014 e 2018, este periódico apresentou 10 dos seus 15 trabalhos recuperados no espaço temporal total que inicia em 1972. Os quatro trabalhos do GT “Política e Economia da Informação” do Enancib também estão presentes dentro deste espaço temporal entre 2014 e 2018.

A partir deste levantamento, foi ranqueada as palavras-chave que mais estiveram presentes no campo de palavras-chave dos trabalhos publicados. Dos 45 trabalhos recuperados, 11 trabalhos não estavam com as suas palavras-chave indexadas na base Brapci. Estes 11 trabalhos foram abertos para consulta e extração das palavras-chave.

O levantamento completo resultou no quantitativo de 158 palavras-chave distintas. A visualização gráfica das palavras-chave mais frequentes teve como parâmetro o quantitativo mínimo de duas vezes de aparição. Deste modo, no gráfico 5 são visualizadas as 23 palavras-chave mais utilizadas nos trabalhos levantados:

Gráfico 5 – Mapa de palavras-chave mais frequentes nos trabalhos em EPI levantados nas bases Brapci e RPPBCI (1972-2018)



Fonte: Dados da pesquisa (2019)

O tamanho dos retângulos no mapa de árvore representa o peso quantitativo da palavra-chave no levantamento completo. Quanto maior o retângulo, maior a frequência da palavra-chave correspondente no mapeamento geral.

Verifica-se que as palavras-chave que tiveram uma frequência mínima de três vezes são as mais representativas. Mais precisamente, a palavra-chave “Economia Política” foi a mais frequente ao ser utilizada treze vezes. A segunda palavra-chave mais frequente foi “Ciência da Informação”, com nove utilizações. A terceira palavra-chave mais frequente foi “Informação”,

sendo utilizada em seis trabalhos. Contudo, estas três palavras-chave no topo da frequência, de certo modo não surpreendem tanto na análise, visto representarem a temática pesquisada e o campo científico em que a investigação foi realizada. Já com as palavras-chave “Economia Política da Comunicação” e “Economia Política da Informação”, levantadas seis vezes e cinco vezes, respectivamente, convêm analisar o contexto enquanto conceitos, em razão de suas similaridades na pesquisa em economia política.

Nesta perspectiva, Bolaño (2010, p. 434-435) afirma que a Economia Política da Comunicação se apresenta mundialmente como uma tendência crítica incontornável no campo da Comunicação, como espaço de diálogo do pensamento marxista em matéria de comunicação, informação e cultura, sobretudo a partir do final dos anos 1970 e principalmente da década de 1980 em diante, quando se constituem diferentes escolas críticas das teorias da comunicação que recolhem influências distintas de autores da Economia, da Sociologia e de outras disciplinas nos Estados Unidos, na Inglaterra, na França e na América Latina.

Já a Economia Política da Informação

É um campo de estudo que busca entender a informação como fonte de valor, de rendas e como possível mercadoria, em diálogo com as teorias econômicas e sociais de extração marxista ou marxiana. Evolui em estreita relação com as teorias de Comunicação Social, da Ciência da Informação, da Cibernética, de outras teorias sociais, buscando problematizar criticamente o desenvolvimento capitalista, mas considerando o papel fundamental que a indústria cultural, de entretenimento e de marcas, ou consumo, exercem nesse desenvolvimento, articuladas ao sistema financeiro e industrial mais geral. (DANTAS, 2010, p. 436)

É perceptível que os dois conceitos são similares. Apesar de as duas palavras-chave estarem muito próximas no ranqueamento, aqui é reconhecida a expressão “Economia Política da Comunicação” como a mais representativa e influente no subcampo como um todo, como já afirmado na seção introdutória desta tese.

Conforme Mosco (1998, p. 102), a abordagem político-econômica da informação ainda não se encontra bastante desenvolvida teoricamente, para ser explicada através de um único mapa analítico. No entanto, a conceituação de EPC também já foi problematizada mesmo com os esforços constantes de pesquisadores.

Apesar do grande esforço desenvolvido pelos exegetas dessa disciplina, permanece indecifrado seu verdadeiro objeto e indefinida sua ancoragem investigativa. Não se trata evidentemente de vacilação teórica. Nem de

carência da reflexão crítica. Mas de uma questão conceitual, decorrente da polissemia significativa.

O que produz inquietação é o vácuo taxionômico gerado pelo trinômio Economia Política da Comunicação. Reunindo evidências amalhadas por três áreas do conhecimento – Economia, Política e Comunicação –, a interdisciplina EPC tanto se caracteriza pelo eixo substantivo quanto por seus vetores adjetivos.

Enquanto persistir essa dissonância valorativa, a conotação que inspira maior consenso continua a ser a de Vincent Mosco [...]. (MELO, 2010, p. 78)

Quanto aos termos capitalismo e trabalho, representam conceitos fortemente relacionados com a estrutura e a dinâmica econômico-social e política da reprodução do capital em suas formas concretas ao longo da história do capitalismo e da divisão do trabalho. Voltada ao estudo dessas formas e relações de produção, a economia política utiliza-se desses termos para descrever instituições e contornos políticos na conjuntura da sociedade capitalista.

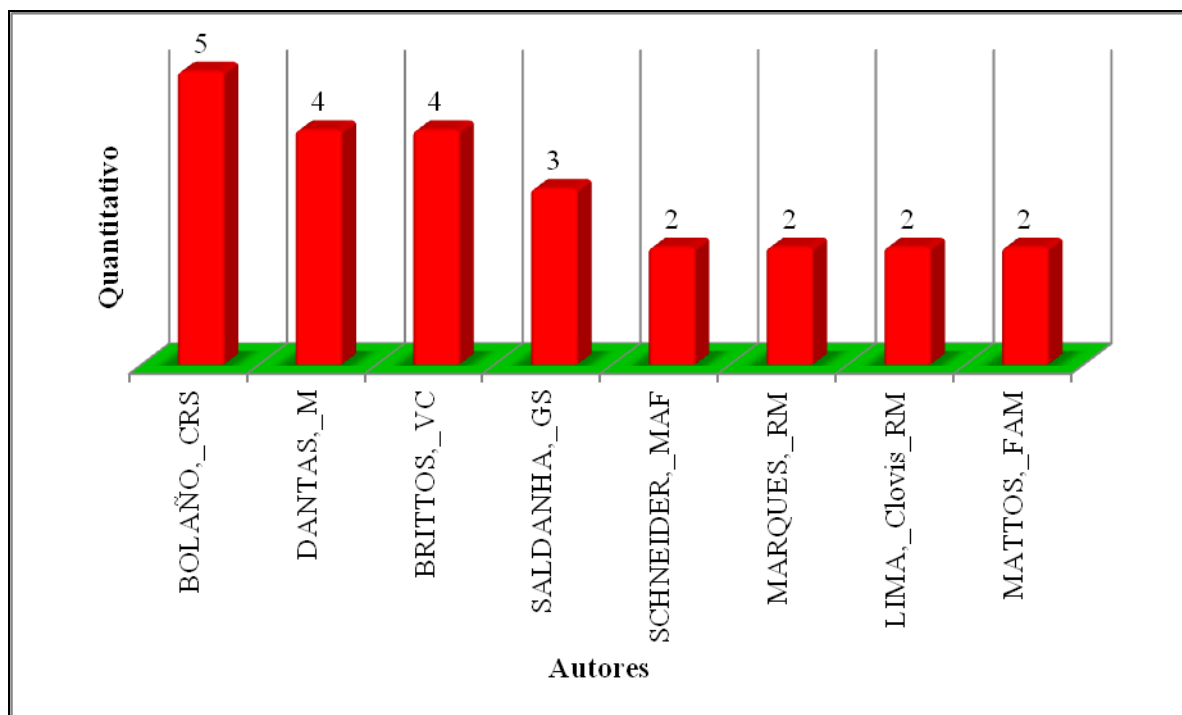
A seguir no ranking, observam-se os termos Sociedade da Informação, Política de Comunicação, Marxismo e Internet, representativos dos sucessos do capital em relação às condições de realização do trabalho e da produção, assim como as consequências na relação capital-trabalho apontadas por Dantas ao discutir conceitos basilares sobre os quais se apoia a Economia Política da Informação, Comunicação e Cultura a partir das condições econômicas, políticas e culturais do capitalismo contemporâneo (2012).

Na próxima etapa da análise, foi elaborada uma lista com todos os autores dos 48 trabalhos encontrados na pesquisa. Ao todo, foram ranqueados 59 autores, dos quais no próximo gráfico são visualizados os mais produtivos, com base no parâmetro quantitativo mínimo de duas publicações levantadas.

Santos e Kobashi (2009, p. 165) consideram o Núcleo como o espaço no qual se distribuem os elementos bibliográficos redundantes ou que identificam certa área ou domínio de especialização, enquanto na Dispersão se distribuem os elementos que representam a individualidade ou a variação da área. Estes mesmos princípios da distribuição em Núcleos e Dispersões também são observados nos estudos de citação.

Para Campos (2000), a institucionalização dos saberes e sua organização em práticas se dariam mediante a conformação de núcleos e de campos. O núcleo seria uma aglutinação de conhecimentos e a conformação de um determinado padrão concreto de compromisso com a produção de valores de uso, demarcando a identidade de uma área de saber e de prática profissional. Já o campo, um espaço de limites imprecisos onde cada disciplina e profissão buscariam em outras o apoio para cumprir suas atividades teóricas e práticas.

Gráfico 6 – Autores mais produtivos em EPI levantados nas bases Brapci e RPPBCI (1972-2018)



Fonte: Dados da pesquisa (2019)

Na amostra são identificados os oito autores mais produtivos na CI conforme a análise dos estudos em economia política, constituindo o núcleo. Esta observação é pertinente para identificar os agentes mais produtivos e, portanto, os que concentram suas pesquisas no tema, visto que “a dispersão corresponde à grande diversidade de autores que publicam muito pouco dentro da área de especialidade estudada” (SANTOS, KOBASHI, 2009, p. 165).

Três dos autores visualizados no gráfico são atualmente associados²³ na Ulepicc-Brasil, conforme lista apresentada no portal eletrônico: César Ricardo Siqueira Bolaño, Marcos Dantas Loureiro e Marco André Feldman Schneider. O autor Valério Cruz Brittos também está na lista, mas em homenagem a sua atuação no campo. No ano do seu prematuro falecimento, o pesquisador foi lembrado pelo Grupo de Pesquisa Comunicação, Economia Política e Sociedade (2012, p. 342) como uma relevante figura lutadora pela construção de um campo comunicacional democrático e inclusivo no cenário acadêmico nacional e internacional, nos debates e embates epistemológicos e políticos na Economia Política da Comunicação.

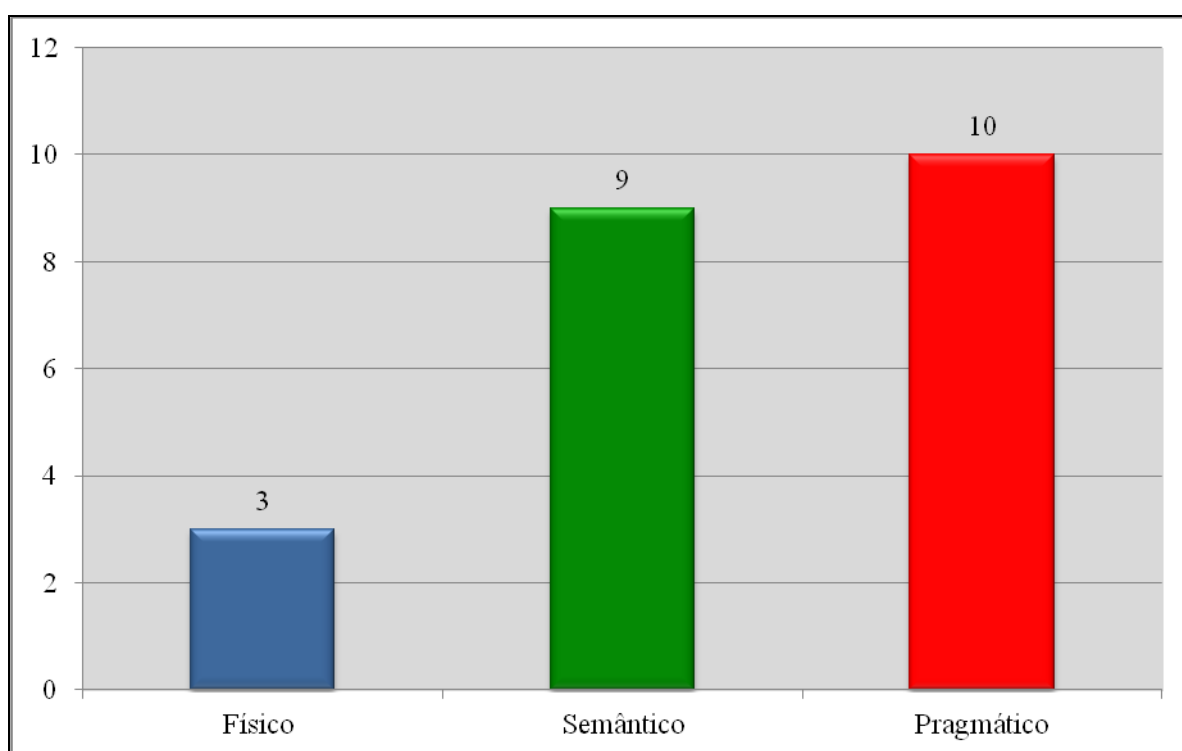
Com cinco trabalhos, o autor César Ricardo Siqueira Bolaño se apresenta como o mais produtivo no tema aqui pesquisado. Segundo Melo (2010, p. 66), Bolaño ultrapassa o terreno

²³ Disponível em: <https://ulepicc.org.br/associados/>. Acesso em: 7 jan. 2020.

cognitivo ao se projetar no espaço corporativo ao agregar outros pesquisadores na área. Para o autor (2013, p. 13), mostra-se consensual entre os estudiosos da economia política da comunicação o reconhecimento de Bolaño como animador contemporâneo desse segmento das ciências da comunicação no Brasil. No levantamento é verificado também que dentro deste seletor grupo, Bolaño tem um trabalho escrito com Brittos e outro trabalho escrito com Mattos, o que reforça a afirmação de Melo. Gustavo Silva Saldanha, Rodrigo Moreno Marques, Clóvis Ricardo Montenegro de Lima e Fernando Augusto Mansor de Mattos são os nomes dos demais autores visualizados no gráfico.

Os resumos dos 22 trabalhos dos autores presentes no gráfico 6 foram analisados e após a leitura, foram categorizados quanto aos três modelos de paradigmas mencionados por Araújo (2018) para se compreender a informação na subárea de economia política da informação: físico, semântico e pragmático.

Gráfico 7 – Modelos de paradigmas presentes na produção científica dos autores mais produtivos em EPI levantados nas bases Brapci e RPPBCI (1972-2018)



Fonte: Dados da pesquisa (2019)

Para Araújo (2018, p. 86), no modelo físico a informação é valorizada em sua propriedade material, ou seja, os documentos e outros tipos de itens informacionais observáveis. Na perspectiva deste modelo, a economia política da informação tratará da disseminação e promoção do acesso físico à informação, em especial para as classes socialmente excluídas. No

modelo semântico, a informação deve ser analisada em relação ao conhecimento que se encontra na mente dos sujeitos, bem como o conhecimento que é produzido por eles. Logo, neste modelo a economia política da informação poderá estudar os fenômenos infoculturais, as políticas de informação e as capacidades cognitivas de determinados grupos produzirem informação e conhecimento. Por fim, no modelo pragmático as questões informacionais devem ser contextualizadas socialmente. Assim, neste modelo a economia política da informação insere a produção, circulação e uso da informação em dimensões econômicas, políticas e éticas, com destaque para análises críticas das estruturas de poder e dos regimes de informação. Nos 22 trabalhos dos autores que mais produziram, os modelos Pragmático e Semântico das pesquisas em economia política da informação são que os predominam no corpus.

Considerando o quadro 11 e análise conforme Araújo (2018, p. 86), o modelo pragmático foi atribuído aos trabalhos com os IDs 9, 13, 14, 19, 20, 22, 23, 39, 45 e 46. O paradigma semântico foi atribuído aos trabalhos com os IDs 7, 10, 11, 18, 25, 27, 34, 41 e 42. Já o paradigma físico foi atribuído apenas aos trabalhos com os IDs 24, 35 e 40.

No presente estudo optou-se por atribuir apenas uma categorização quanto aos modelos de investigação dos trabalhos analisados. No entanto, é possível que alguns trabalhos possam se enquadrar em mais de um modelo. Deste modo, aproveita-se a oportunidade para reforçar o esclarecimento de Araújo (2018, p. 87), de que os três modelos são mais complementares do que excludentes, pois os problemas informacionais perpassam variadas dimensões.

Os nomes dos pesquisadores apresentados no gráfico 6 foram selecionados para a próxima análise referente aos seus grupos de pesquisa cadastrados no Diretório dos Grupos de Pesquisa do CNPq, a fim de levantar em quais grupos de pesquisa os autores atuam. Para tanto, foi utilizado o recurso de consulta parametrizada do portal²⁴. O Termo de Busca utilizado foi o nome de cada autor e a preferência de Consulta foi por Pesquisador.

Os dados dos resultados foram organizados em um quadro contendo o nome da cada pesquisador, as áreas predominantes, as instituições e a posição que ocupam em cada grupo.

Quadro 12 – Grupos de pesquisa dos autores mais produtivos nas bases Brapci e RPPBCI (1972-2018)

PESQUISADOR	GRUPO DE PESQUISA	ÁREA	INSTITUIÇÃO	POSIÇÃO NO GRUPO
César Ricardo Siqueira Bolaño	Comunicação, Economia Política e Sociedade (OBSCOM/CEPOS)	Comunicação	UFS	Líder
Marcos Dantas	Núcleo de Estudos em	Sociologia	UFSCAR	Membro

²⁴ Disponível em: http://dgp.cnpq.br/dgp/faces/consulta/consulta_parametrizada.jsf. Acesso em: 7 jan. 2020.

	Ambiente, Cultura e Tecnologia (NAMCULT)			
	PEIC - Grupo de Pesquisa em Políticas e Economia da Informação e da Comunicação	Comunicação	UFRJ	Membro
Gustavo Silva Saldanha	Cultura e processos infocomunicacionais	Ciência da Informação	Ibict	Membro
	Ecce Liber: filosofia, linguagem e organização dos saberes	Ciência da Informação	Ibict	Líder
	Perspectivas Filosóficas em Informação (Perfil-i)	Ciência da Informação	Ibict	Membro
	Teoria, Epistemologia e Interdisciplinaridade em Ciência da Informação	Ciência da Informação	Ibict	Líder
Marco André Feldman Schneider	EMERGE - Centro de Pesquisas e Produção em Comunicação e Emergência	Comunicação	UFF	Membro
	Escritos - Estudos críticos em informação, tecnologia e organização social	Ciência da Informação	Ibict	Membro
	Perspectivas Filosóficas em Informação (Perfil-i)	Ciência da Informação	Ibict	Líder
Rodrigo Moreno Marques	Informação e Conhecimento na Sociedade Contemporânea	Ciência da Informação	Fumec	Líder
	Núcleo de Estudos sobre Gestão de Políticas Públicas - NEGESP	Direito	Faculdades Milton Campos (FMC)	Membro
Clóvis Ricardo Montenegro de Lima	Economias colaborativas e produção P2P no Brasil	Economia	Ibict	Líder
	Filosofia e Política da Informação	Ciência da Informação	Ibict	Líder
Fernando Augusto Mansor de Mattos	Núcleo de Estudos em Economia Brasileira	Economia	UFF	Membro
	Observatório de Estudos sobre o Rio de Janeiro	Economia	UFRJ	Membro

Fonte: Dados da pesquisa (2019)

O quadro 12 apresenta sete pesquisadores, pois o pesquisador Valério Cruz Brittos não foi localizado no Diretório. Todavia, é importante mencionar que até 2012, ano de seu falecimento, Brittos coordenava o grupo de pesquisa Comunicação, Economia Política e Sociedade, primeiro grupo visualizado no quadro 12 e atualmente liderado por César Bolaño. Foram encontrados 15 grupos de pesquisa, cinco áreas de conhecimento predominantes e sete instituições.

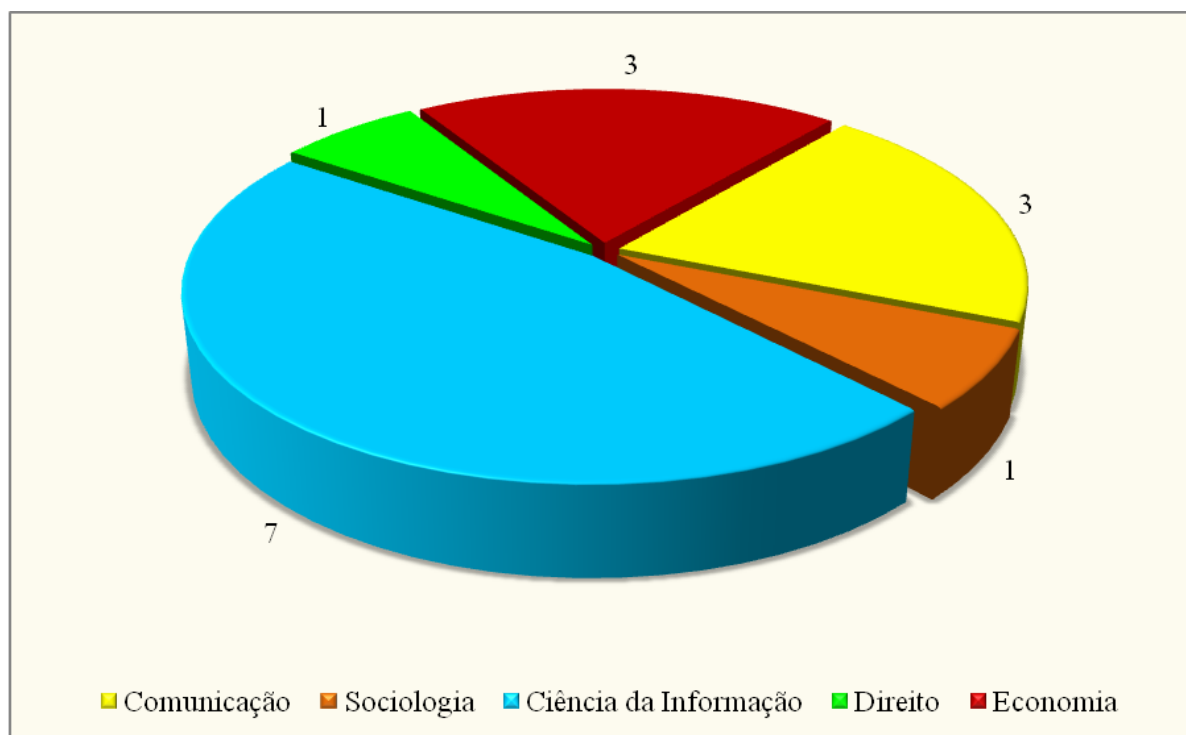
Marco Schneider e Gustavo Saldanha apresentam afinidades ao serem membros de um mesmo grupo de pesquisa denominado Perspectivas Filosóficas em Informação (Perfil-i),

liderado por Schneider e formado no ano de 2014. Já o Gustavo Saldanha é o pesquisador que participa de mais grupos de pesquisa no recorte ao estar inserido em quatro grupos, todos no Ibict e na área de CI, a qual ele lidera dois grupos.

Apenas os pesquisadores Marcos Dantas e Fernando Augusto Mansor de Mattos não ocupam posição de líderes. Estes dois pesquisadores, ao lado de César Bolanõ, também não participam de grupos de grupos de pesquisa com a área predominante em CI.

A área de CI foi predominante na análise geral, conforme o levantamento a ser visualizado no seguinte gráfico.

Gráfico 8 – Áreas de conhecimento dos grupos de pesquisa dos autores mais produtivos em EPI levantados nas bases Brapci e RPPBCI (1972-2018)



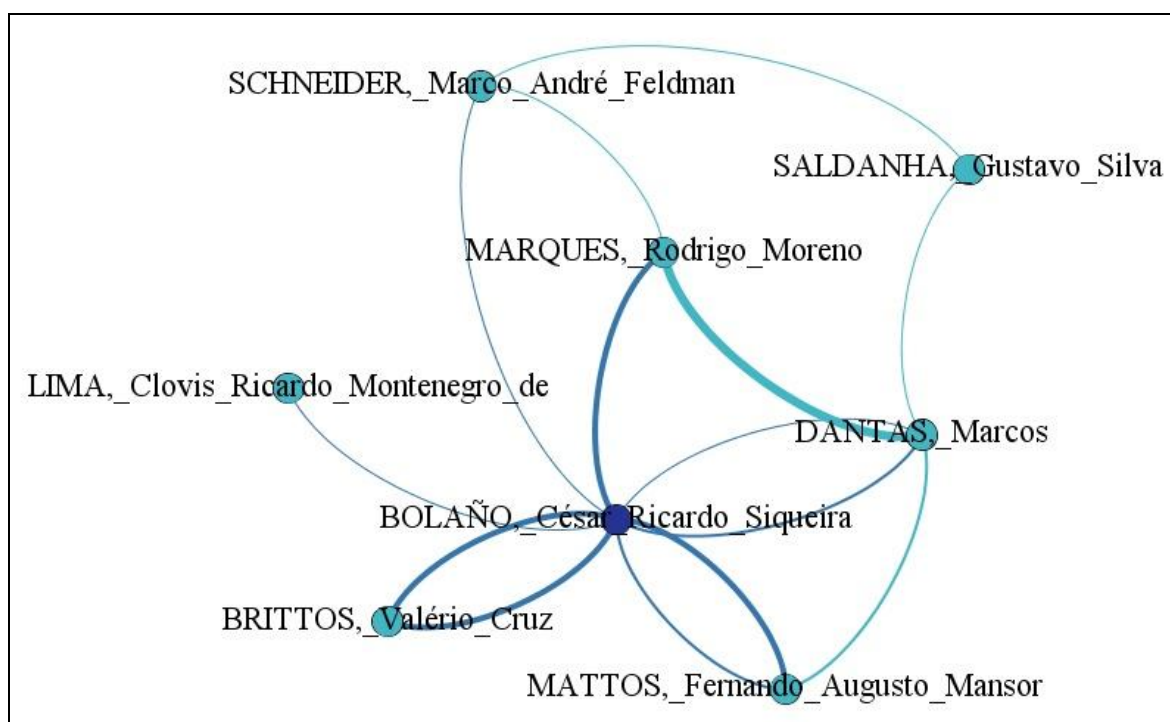
Fonte: Dados da pesquisa (2019)

Estes grupos de pesquisa estão concentrados majoritariamente na Região Sudeste do país, que abriga grupos nas cinco áreas de conhecimento expostas no gráfico: sete grupos na área de Ciência da Informação, três grupos na área de Economia, dois grupos na área de Comunicação, um grupo na área de Sociologia e um grupo na área de Direito. Fora desta região, apenas mais um grupo foi identificado na Região Nordeste, totalizando os 15 grupos identificados. Na comunidade acadêmica é consensual que o vanguardismo da Economia Política da Comunicação (EPC), sendo este o termo mais conhecido para categorizar resumidamente o subcampo, no Brasil pertence à Região Nordeste. No entanto, Melo (2013, p.

13) afirma que esta linha de estudo ganhou mais espaço nas universidades do Sul e do Sudeste, lamentando a suposta falta de interesse dos estudos nordestinos da área de comunicação naquela época.

Na próxima etapa da análise, foram ranqueados os autores referenciados pelos pesquisadores mais produtivos, o que resultou no total de 340 autores. No primeiro momento, a intenção foi verificar se estes pesquisadores citam uns aos outros em seus trabalhos, excluindo as autocitações. Assim, os nomes destes oito pesquisadores foram selecionados e os dados de citação foram organizados e submetidos ao software *Gephi* para a elaboração de um grafo de relações entre citantes e citados. Esta relação é apresentada na seguinte figura:

Figura 1 – Grafo dos autores mais produtivos nas bases Brapci e RPPBCI (1972-2018) e a relação de citações entre eles



Fonte: Dados da pesquisa (2019)

Conforme a análise, cinco dos oito pesquisadores foram referenciados pelo grupo. César Bolaño se encontra na centralidade da rede e, portanto, apresenta maior prestígio na rede de citações dentre os pesquisadores que compõem o grupo dos que mais produziram trabalhos. Bolaño foi referenciado por seis dos sete demais pesquisadores: quatro vezes por Fernando Mattos, quatro vezes por Rodrigo Moreno Marques, quatro vezes por Valério Cruz Brittos, uma vez por Marcos Dantas, uma vez por Clóvis Ricardo Montenegro de Lima e uma vez por Marco Schneider. O segundo pesquisador mais referenciado no seletor grupo foi o

Marcos Dantas, sendo referenciado seis vezes por Rodrigo Moreno Marques, duas vezes por César Bolaño, duas vezes por Fernando Mattos e uma vez por Gustavo Saldanha. Marco Schneider foi o terceiro pesquisador mais referenciado no grupo: uma vez por Gustavo Saldanha e uma vez por Rodrigo Moreno Marques. Fernando Mattos foi referenciado duas vezes por César Bolaño e Valério Brittos foi referenciado quatro vezes, também por Bolaño.

Na centralidade dos pesquisadores que referenciam outros do seletor grupo, Rodrigo Moreno Marques se aproxima de César Bolaño ao referenciar, assim como Bolaño, outros três pesquisadores: seis vezes o Marcos Dantas, quatro vezes o César Bolaño e uma vez o Marco Schneider. Porém, César Bolaño se apresenta como um nó fortemente conectado com os três pesquisadores que ele referencia: quatro vezes o Valério Brittos, duas vezes o Fernando Mattos e duas vezes o Marcos Dantas. Estes também referenciam o César Bolaño, caracterizando laços fortes.

Quadro 13 – Autores referenciados somente por um dos autores mais produtivos em EPI nas bases Brapci e RPPBCI (1972-2018)

PESQUISADOR	AUTORES REFERENCIADOS
César Ricardo Siqueira Bolaño	BIOJONE,_M; BRINGEL,_BM; CABRAL,_A; CARVALHO,_A; CENDÓN,_BV; CUNHA,_MB; DAGNINO,_E; FAUSTO,_R; FURTADO,_C; GOHN,_MG; HOLLOWAY,_J; LOPES,_RS; MEADOWS,_AJ; MILLER,_T; ORTELLADO,_P; PICCIOTTO,_S; PRADO,_S; ROSSI-LANDI,_F; RUBIN,_II; SABARTHEZ,_L; SENA,_NT; SOHN-RETHEL,_A; VASCONCELOS,_D; ZIMAN,_J
Marcos Dantas	ALBORNOZ,_L; ARRICHI,_G; ASHBY,_WR; ATLAN,_H; AZAIS,_C; BAKHTIN,_M; BATESON,_G; BAUDRILLARD,_J; BOCCHINI,_L; BRICMONT,_J; BRILLOUIN,_L; CANAVARRO,_M; CONFERÊNCIA; DEJOURS,_C; DIEUAIDE,_P; ELIAS,_J; ESCARPIT,_R; EVANGELISTA,_R; FERRIS,_T; FIFA; FLICHY,_P; FONTENELLE,_I; GRANDIN,_G; HASHIZUME,_M; HEILBRONER,_R; IDATE; JAMESON,_F; LIVIO,_M; LOCATELLI,_P; LUKACS,_G; MARSDEN,_C; MOLES,_A; MONOD,_J; MORRIS,_C; MOSCO,_V; MUZZEL,_L; NAPOLEONI,_C; NOTH,_W; O_SIGNO; PEIRCE,_CS; POPPER,_KR; PRADO_JUNIOR,_C; PRIGOGINE,_I; PYL,_B; RAPOPORT,_A; RECUERO,_R; RIO; SARTORI,_C; SCHILLER,_HI; SFEZ,_L; SIBILIA,_P; SINGER,_P; SOKAL,_A; STENGERS,_I; TAPSCOTT,_D; THIOLLENT,_M; THOMPSON,_J; TORET,_J; VIEIRA_PINTO,_A; VILARIM,_G; VON_FOERSTER,_H; WILDER,_C; WINKIN,_Y
Gustavo Silva Saldanha	ALBRECHTSEN,_H; ALVARES_JUNIOR,_LS; ALVES,_A; ARAÚJO,_M; BARATTA,_A; BUCKLAND,_MK; CARPEAUX,_OM; CASANOVA,_P; CASTRO,_CA; COSTA,_MVB; DAHLBERG,_I; DAY,_R; DIDI-HUBERMAN,_G; ESTIVALS,_R; FONSECA,_EN; GARCÍA_GUTIÉRREZ,_A; GRAU,_IA; HIJAR,_C; INSURGENTE_MARCOS,_S; JANEIRA,_AL; KOSIK,_K; LANCASTER,_FW; LUND,_NW; MARIÁTEGUI,_JC; MARQUES,_LAG; MARSHALL,_F; MEYRIAT,_J; MOSTAFA,_SP; MURGUIA,_EI; NAVARRO,_F;

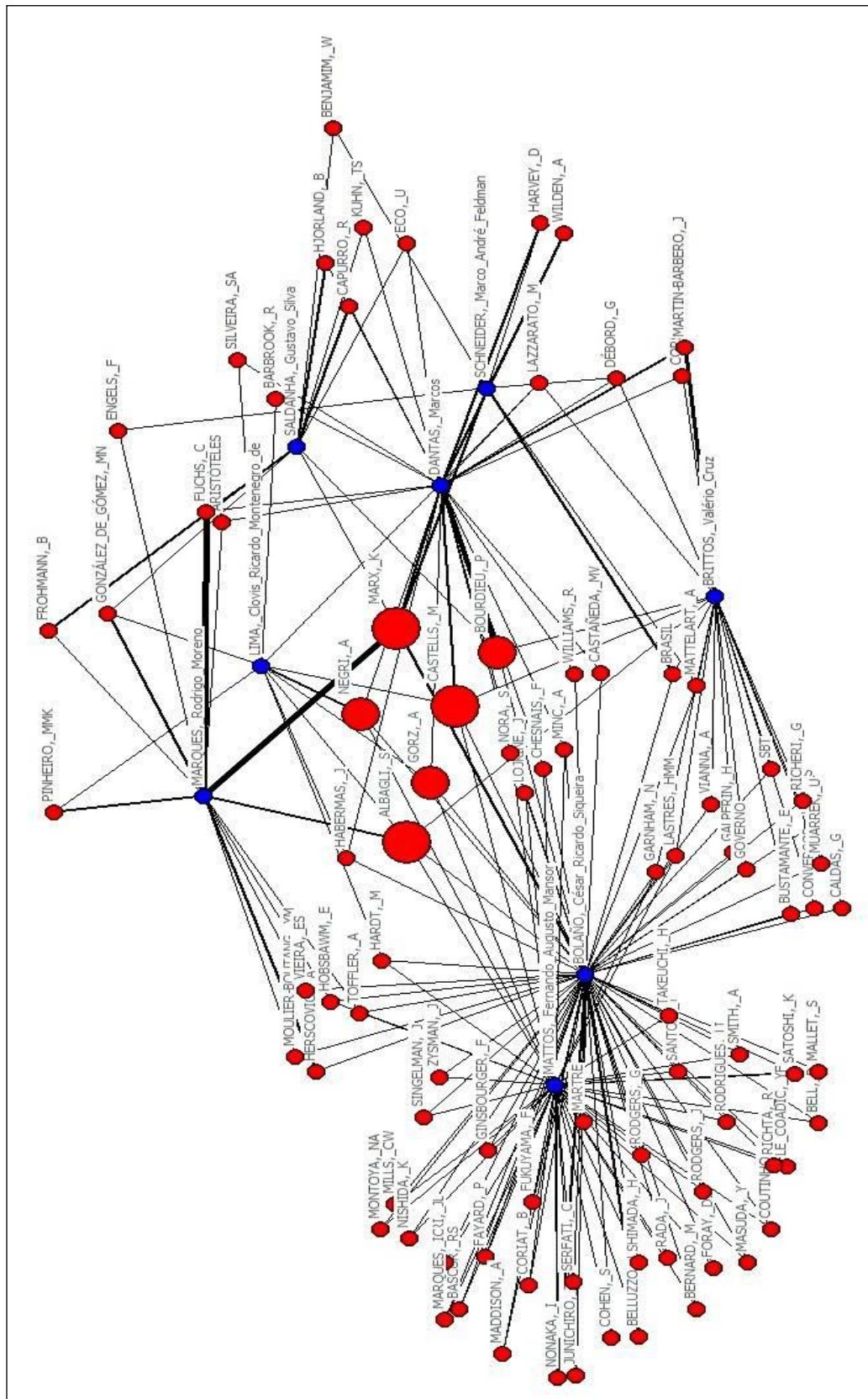
	OTLET,_P; PEIGNOT,_G; PROCTOR,_RE; RANGANATHAN,_SR; SANTIAGO,_LV; SILVA,_CA; SILVA,_LKR; SOUZA,_RF; TESAURO,_E; VARGAS_NETTO,_SLF; WEITZEL,_SR; WITTGENSTEIN,_L
Clóvis Ricardo Montenegro de Lima	ALBUQUERQUE,_HHFS; ANCIB; BEMFICA,_JC; COMPÓS; DELEUZE,_G; DIAMOND,_D; DOLABELA,_RF; ENANCIB; FOUCAULT,_M; GUATTARI,_F; KOBASHI,_N; LARA,_MLG; LESSIG,_L; LEVY,_P; MAUSS,_M; MIRANDA,_A; PRADO,_C; SANTINI,_RM; SANTOS,_RNM; STALLMAN,_R; TORVALDS,_R; UFBA; ULEPICC; WERTHEIN,_J; WILKE,_VCL
Fernando Augusto Mansor de Mattos	BALTAR,_PEA; CRIVALLARI,_HMT; CUNHA,_MV; DEDECCA,_CS; DIEESE; GONÇALVES,_R; HENRIQUE,_W; IBGE; JANUZZI,_PM; MATTOSO,_J; TEM; OLIVEIRA,_CR; POCHMANN,_M; SEADE; SENADO_FEDERAL; SOULÉ_JUNIOR,_O
Marco André Feldman Schneider	ARAÚJO,_CAA; BORIN,_M; CAMARÁ; CAMPOS,_A; CAMPOS,_H; EAGLETON,_T; FAVARETTO,_C; GIDDENS,_A; HALL,_S; HELLER,_A; MATTELART,_M; MORAES,_D; PAIXÃO,_CR; PIGNATARI,_D; PINTO,_AV; SILVA,_ACPO; VEBLEN,_T; VELOSO,_C; WOLF,_M
Rodrigo Moreno Marques	ARAYA,_ERM; BEZERRA,_EP; BRAMAN,_S; CARDOSO,_AMP; CARVALHO,_AMA; COCCO,_G; JOUANNA,_J; KAPCZYNSKI,_A; LANDES,_WM; LEMLEY,_MA; LENZ,_MH; MACHLUP,_F; MACIEL,_ML; MCCHESENEY,_RW; MELO,_F; MENELL,_PS; MERGES,_RP; MILFORD,_H; PENROSE,_E; PERELMAN,_M; POSNER,_RA; RASLAN,_FO; SANDOVAL,_M; SEVIGNANI,_S; SIQUEIRA,_AC; SMYTHE,_DW; TRONTI,_M; VIDOTTI,_SABG; WU,_T
Valério Cruz Brittos	BALL-ROCKEACH,_S; BEAKLINI,_BLR; CARVALHO,_H; CONFECOM; DAVENPORT,_TH; DEFLEUR,_ML; DRUCKER,_P; DRUETTA,_DC; FREIRE,_P; GALINDO,_J; GRUNIG,_J; HUNT,_T; JAKOBIK,_F; MATA,_MC; MÉSZÁROS,_I; MORESI,_EAD; ROCKART,_JF; RODRIGUES,_A; SALDO; SAPERAS,_E; SERRANO,_MM; SILVERSTONE,_R; TESCHE,_AM; VEIGA,_JE; VIZER,_E; WIIG,_KM

Fonte: Dados da pesquisa (2019)

Conforme o quadro apresentado, 244 autores foram referenciados somente por um dos pesquisadores: 24 autores referenciados por César Bolaño, 63 autores referenciados por Marcos Dantas, 42 autores referenciados por Gustavo Saldanha, 25 autores referenciados por Clóvis Lima, 16 autores referenciados por Fernando Mattos, 19 autores referenciados por Marco Schneider, 29 autores referenciados por Rodrigo Moreno Marques e 26 autores referenciados por Valério cruz Brittos.

Os 88 autores restantes foram referenciados no mínimo por dois pesquisadores. O próximo grafo elaborado com os dados organizados em matriz e submetidos aos softwares *Ucinet* e *Netdraw*, possibilita a visualização dos autores mais referenciados.

Figura 2 – Grafo de relação entre os autores mais produtivos nas bases Brapci e RPPBCI (1972-2018) e os mais referenciados



Fonte: Dados da pesquisa (2019)

Na rede, os nós na cor azul representam os oito autores mais produtivos na produção científica levantada nas bases e os nós na cor vermelho representam os 88 autores mais referenciados. Os nós em tamanhos maiores representam os autores que se destacam no topo das citações entre este seletivo grupo de autores que mais produziram.

Entre os mais referenciados, destacam-se Karl Marx e Manuel Castells. No território brasileiro, Sarita Albagli foi a mais referenciada. Estes três autores se encontram na centralidade da rede ao serem referenciados por cinco dos oito autores que mais produziram trabalhos. César Bolaño e Rodrigo Marques foram os únicos a referenciar estes três autores.

Apesar da influência marxista nos estudos infocomunicacionais da economia política, Karl Marx não aparece necessariamente com o autor mais referenciado, já que se encontra empatado com outros autores. Segundo Schneider (2015), Marx e o seu legado teórico são praticamente ignorados na CI.

5.2 Diálogos com os pesquisadores especialistas

O interesse pelo diálogo com dois dos pesquisadores pré-selecionados foi manifestado ainda antes da realização do evento, pois sabia-se que a presença de ambos era dada como certa, visto que, de acordo com divulgação da programação do evento, ambos estariam envolvidos nas atividades de organização do encontro e/ou mediação das apresentações e discussões nos Grupos de Trabalho. Durante o evento, em uma das entrevistas, um terceiro pesquisador presente no encontro também foi indicado para diálogo. Pela comprovada pertinência, a sugestão foi bem recebida e logo acatada nesta análise.

Aos três pesquisadores convidados a prestarem as colaborações na análise de dados por meio da entrevista, foi apresentado um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido contendo dados de autoria/responsabilidade, intento da investigação, pertinência do convite e outras informações relevantes de esclarecimento. Considerando que a apresentação e publicação dos resultados constituem intenções futuras da pesquisa, os entrevistados foram solicitados a autorizar ou não a divulgação de seus nomes. Todos os pesquisadores autorizaram a divulgação de seus nomes na presente pesquisa, assinaram e receberam cópia de documento do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, disponível no Apêndice A. Uma segunda via do documento do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido contendo as

assinaturas dos pesquisadores entrevistados encontra-se sob a guarda do autor e responsável pela presente pesquisa.

O primeiro professor e pesquisador entrevistado foi o César Bolaño, com duração aproximada de 12 minutos. O segundo diálogo, com duração aproximada de 26 minutos foi com o professor e pesquisador Marco Schneider. Por fim, o terceiro entrevistado foi o professor e pesquisador Rodrigo Marques, cujo diálogo foi sugerido por Schneider e a entrevista durou aproximadamente 26 minutos. Uma síntese de perfil dos pesquisadores entrevistados é apresentada no seguinte quadro:

Quadro 14 – Pesquisadores entrevistados no VII Encontro Ulepicc-BR

NOME	FORMAÇÃO ACADÊMICA	PRINCIPAIS LOCAIS DE ATUAÇÃO
César Ricardo Siqueira Bolaño	Graduado em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo pela Universidade de São Paulo (1979). Mestre em Ciência Econômica pela Universidade Estadual de Campinas (1986) e Doutor em Ciência Econômica pela Universidade Estadual de Campinas (1993).	UFS e UnB
Marco André Feldman Schneider	Graduado em Comunicação Social com habilitação em Produção Editorial (1999). Mestre em Comunicação e Cultura pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2003) e Doutor em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo (USP).	Ibict, UFRJ e UFF.
Rodrigo Moreno Marques	Graduado em Engenharia Elétrica pela Universidade Federal de Minas Gerais (1997). Mestre (2010) e Doutor (2014) em Ciência da Informação pela Universidade Federal de Minas Gerais.	Universidade FUMEC

Fonte: Dados da pesquisa (2019)

Para uma melhor visualização e análise dos depoimentos, os discursos foram destrinchados e são destacados em citações conforme os pontos mencionados pelos pesquisadores. O roteiro prévio das questões pode ser visualizado no Apêndice B.

O diálogo com os pesquisadores é iniciado questionando a respeito do surgimento das pesquisas científicas em torno da Economia Política da Informação, Comunicação e Cultura no país. De acordo com a resposta concedida pelo César, a constituição do campo de Economia Política da Informação, da Comunicação e da Cultura é da década de 1990, basicamente. Contudo, o campo foi se estruturar a partir dos grupos de pesquisa da INTERCOM, que é a Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, e

da ALAIC, que é a Associação Latino Americana de Investigadores em Comunicação. Como complemento, Rodrigo diz que enxerga o grupo da Ulepícc provavelmente como um dos centros irradiantes e acredita que é a área de Comunicação que influencia a sua existência no Brasil, mas depois de alguma maneira a Ciência da Informação também se aproxima.

Os pesquisadores foram questionados quanto a um possível diferencial epistemológico ou crítico entre a Economia Política da Comunicação e a Economia Política da Informação, assim como alguma contradição conceitual decorrente destas diferenças terminológicas disseminadas entre os campos.

César sugere que se tratam de duas disciplinas diferentes, sendo a informação um conceito mais abstrato e, dependendo do nível de abstração em que se esteja tratando, a definição tem necessariamente que variar.

CÉSAR: *Se for em um nível técnico, por exemplo, é muito diferente um banco de dados de um, sei lá, de uma televisão. Então nesse nível mais concreto evidentemente as pesquisas são diferentes, os métodos são diferentes, mas em um nível mais abstrato é possível construir um conceito de informação que unifique essas duas áreas.*

Segundo Rodrigo, o campo da “Economia Política da Comunicação” já existe há algum tempo com esse nome, enquanto a “Economia Política da Informação” não é instituída efetivamente.

RODRIGO: *[...] em alguns textos já escrevi tentando propor a ideia de um campo da “Economia Política da Informação e do Conhecimento”, deixei de fora a palavra “Cultura”. Mas enfim, também não é uma coisa que “colou” e “nem vai colar”. Eu acho que enfim, a Economia Política da Comunicação de alguma maneira já existe. E não só no Brasil.*

Para Marco, a “Economia Política da Informação” é algo ainda em construção que deve partir de um diálogo com o que já está mais consolidado da economia política da informação, da comunicação e da cultura, que é a “Economia Política da Comunicação” e com as tradições críticas do próprio campo da Ciência da Informação, que não necessariamente empregam o jargão ou terminologia de “Economia Política da Informação”, para que isso possa talvez virar um conceito local.

MARCO: *Eu acho que a gente não pode chegar à discussão sobre contradição conceitual porque eu não sei nem se a Economia Política da Informação, a “EPI” é um conceito. Porque todo o conhecimento que eu tenho desse campo, dessa articulação entre a economia política e os problemas informacionais, comunicacionais, da cultura e do conhecimento, foi desenvolvido no âmbito da Comunicação. O meu conhecimento é esse.*

Assim como Rodrigo, Marco reforça que a expressão “Economia Política da Comunicação” se tornou consagrada internacionalmente no subcampo da “Economia Política da Informação, da Comunicação e da Cultura”. Este pesquisador segue em sua argumentação com a seguinte indagação sobre a interpretação que uma economia política da informação poderia representar para a Ciência da Informação:

MARCO: *Será que o simples fato da “Informação” estar na sigla maior quer dizer que o pensamento crítico em Ciência da Informação está contemplado? Até onde eu pude verificar, não. Então no âmbito da Ulepicc, no âmbito da Eptic, é claro que eu não tenho uma varredura sistemática disso tudo nos GTs da Comunicação, problemas mais tradicionais da Ciência da Informação não são colocados. A palavra “Informação” aparece aí porque ela é uma palavra da Comunicação também, mas não numa perspectiva que a Ciência da Informação às vezes busca desenvolver esses estudos.*

Tanto a “Economia Política da Informação” quanto a “Economia Política da Informação e do Conhecimento” já são identificáveis nas literaturas de cunho científico. Portanto, a perspectiva descrente de Rodrigo a respeito da popularização terminológica de um campo da “Economia Política da Informação e do Conhecimento” e a dúvida lançada pelo Marco sobre a existência de um conceito de “Economia Política da Informação” são provocativas para a análise estrutural do campo, no sentido de, na percepção das lutas entre os campos autônomos conforme Bourdieu (1983a, 1983b, 2004), um possível movimento na contramão da constituição desse conceito.

RODRIGO: *É um problema sério a gente ficar tentando rotular o conhecimento, essa disputa epistemológica é complicada, mas o que une essa tribo toda é partir de uma referência comum que é dialogar com as teorias que nascem no século XIX da economia política, dialogar principalmente com as categorias “Trabalho”, “Valor”, “Capital” e do ponto de vista crítico no sentido de transformar a sociedade, reduzir as desigualdades, na perspectiva socialista ou comunista. Então existe esse*

núcleo aí, mas a [...] economia política da informação [...] eu não sei se está instituída de maneira sólida [...].

Fica clara, entre os pesquisadores, a necessidade de os estudos em economia política fundamentarem-se principalmente na filosofia marxista. Segundo Marco, falar de economia política é fazer certa remição com uma tradição teórica, que se for até o fim remontará a obra de Marx e, se não for tão longe, a autores e teorias da Escola de Frankfurt, Escola Inglesa e Escola Francesa de Economia Política da Comunicação.

Para Rodrigo, certas pesquisas no campo da Ciência da Informação estabelecem diálogos com a economia política, porém acabam por se aproximarem mais dos discursos da pós-modernidade. Segundo o pesquisador, o Grupo de Trabalho 5 do Enancib, denominado “Política e Economia da Informação” exemplifica o provável lugar que acolhe os pesquisadores marxistas ou os que dialogam com o pensamento marxista no campo da Ciência da Informação. Embora o fato de o grupo não se intitular “Economia Política da Informação” traga uma inversão significativa, o pesquisador enxerga este grupo como um centro de referência para as discussões.

Marco ressalva que “Economia e Política” ou “Política e Economia” não caracterizam a economia política, pois são várias as maneiras de se pensar a política ou a economia da informação sem que se tenha relação com a economia política tradicional.

MARCO: *[...] a gente tem que tomar certo cuidado com esses descritores, com a palavra “Política” e “Economia” e “Informação”. O fato delas estarem presentes não necessariamente constitui uma ligação [...] com a Economia Política da Informação, da Comunicação e da Cultura. Então a recomendação é [...] uma clareza conceitual do que é este campo ou subcampo, que até onde eu sei é um campo da Comunicação e que tem por base uma tradição teórica que remonta a Marx, com a qual pensadores, pesquisadores da Ciência da Informação dialogam, mas que eu saiba não de uma maneira formal ou institucionalizada.*

A questão divergencial das nomenclaturas conceituais e cognitivas consequentemente se aplica às estruturas formais de institucionalização social, como disciplinas, linhas e grupos de pesquisa entre os campos científicos e pesquisadores que neles transitam. Deste modo, Rodrigo também é afirmativo de que a percepção do que seria a economia política é importante para caracterizar o cenário atual dos grupos de pesquisa em Economia Política da Informação, Comunicação e Cultura no país.

Como exemplos de grupos de pesquisa, Marco destaca o que ele lidera, denominado “Perspectivas Filosóficas em Informação”, e o grupo “Escritos - Estudos críticos em informação, tecnologia e organização social”, liderado pelo professor e pesquisador Arthur Coelho Bezerra.

Quanto aos eventos científicos, Marco enfatiza a atuação e o sucesso dos recentes Grupos de Trabalho mais direcionados aos estudantes e pesquisadores vinculados ao campo da Ciência da Informação presentes nas edições do Encontro Ulepigg – Brasil, em especial o GT “Estudos Críticos em Ciência da Informação” que, segundo ele, acabou de ser criado na edição do ano de 2018 e teve mais trabalhos do que os GTs tradicionais.

MARCO: [...] a ideia é exatamente pegar problemas, digamos mais tradicionais da Ciência da Informação, como: “Organização do Conhecimento”, como “Comunicação Científica”, como “Estudos do Usuário” e outros [...], “Regimes de Informação”, “Competência em Informação”, pensados numa perspectiva crítica em diálogo com a economia política. Isso está sendo feito [...]. Mas eu não conheço nenhuma experiência pregressa em relação a isso. O que eu sei é que [...] tem pesquisadores na Ciência da Informação que dialogam com a economia política. Ou seja, com o pensamento marxista, com o pensamento crítico e com algumas de suas derivações.

César destaca a Ulepigg Brasil como uma entidade em crescimento, apesar da não existência de uma pós-graduação específica na área e da necessidade de uma maior disseminação no âmbito dos cursos de graduação nas instituições.

CÉSAR: [...] existe gente trabalhando [...] em diferentes pós-graduações no Brasil e um grupo relativamente forte [...], tem gente de diferentes lugares e com um debate muito articulado, muito unitário do ponto de vista da construção do campo. Então eu acho que houve um crescimento importante. Agora falta que o campo da Comunicação, que é onde isso se constituiu, assuma mais isto como disciplina na graduação e não apenas uma linha eventual nas pós-graduações.

Os três entrevistados tiveram os seus nomes lembrados e mencionados uns pelos outros ao descreverem pesquisadores da Ciência da Informação que contribuem com a área de economia política. Outros pesquisadores também foram mencionados, porém não necessariamente com opiniões unânimes entre os entrevistados. Isto é, dos pesquisadores mencionados nas entrevistas, alguns nomes foram reconhecidos por pesquisarem sobre a

economia política, enquanto em outros discursos estes mesmos nomes foram colocados como incertos se pesquisam ou não a economia política de maneira mais efetiva.

CÉSAR: *Vou te dizer gente com quem eu trabalhei, com quem eu tenho conhecimento pessoal. Porque eu não tenho uma pesquisa para dizer quem trabalha exatamente ou não. Tem uma relação com a professora Nélida [Maria Nélida González de Gómez], por exemplo. Eu acho que o trabalho dela e esses conceitos do campo da Ciência da Informação, que se utiliza do Regime de Informação e essas coisas, apesar de ter talvez uma entrada um pouco diferente, são muito compatíveis [...]. Mais propriamente marxista, por exemplo, o professor Rodrigo Moreno, inclusive já organizou coisas de que eu participei e outros colegas participaram. O Alain Herscovici, inclusive. E ele trabalha numa linha bastante coerente. Depois no Ibict tem a Sarita [Albagli]. Tem gente trabalhando nessa. O Marco Schneider se aproximou desse campo mais recentemente, mas tem feito um bom trabalho, numa linha um pouco diferente, mas nomeadamente marxista. Também tem visões diferentes sobre o problema, que é uma coisa boa para o campo. Existe um diálogo interno. E tem mais gente, né? Agora eu precisaria pensar mais.*

Assim como o César, a pesquisadora Sarita Albagli também foi lembrada pelo Rodrigo e pelo Marco, porém com reflexões sobre a efetividade de sua atuação investigativa em economia política.

RODRIGO: *[...] autores que nós estamos encontrando aqui em Maceió: César Bolaño, Marcos Dantas, Alain Herscovici... Durante certo tempo frequentaram ou ainda frequentam o campo da Ciência da Informação com esse viés da economia política e não é de hoje. Agora o Marcos Dantas tem um vínculo formal com o Ibict, que é recente. O César Bolaño e o Alain Herscovici são convidados a participar e sempre participam. Então assim, se a gente for considerar que isso é a economia política, o que a Sarita Albagli faz é economia política? É um diálogo com a economia política, né? Ainda que acabe se aproximando muito da pós-modernidade quando chama o [Yann] Moulier Boutang para dar cursos, quando chama a escola francesa, sobretudo.*

Para o Marco, pesquisadores como Sarita Albagli e Liz-Rejane Issberner trabalham numa perspectiva crítica, mas não exatamente no campo da economia política, pois não se colocam como filiadas a tradição teórica da economia política. E muito menos o pesquisador

Clóvis Ricardo Montenegro de Lima, que também foi lembrado pelo Rodrigo, mas com o mesmo questionamento sobre a sua efetividade nas pesquisas em economia política.

RODRIGO: *O Clóvis, eu não sei se ele é exatamente de economia política, mas ele vai “beber” no [Jürgen] Habermas que de alguma maneira “bebe” no Marx, na Escola de Frankfurt e estabelece um diálogo com a economia política. Mas se fosse para criar um rótulo, eu classificaria o Habermas mais como um pós-moderno e se não me engano é uma referência importante para o Clóvis.*

Rodrigo cita outros nomes como o Othon Jambeiro e a Marta Macedo Kerr Pinheiro, esta última uma parceira de trabalho. No entanto, o Marco afirma que alguns nomes se aproximam do pensamento crítico no campo da Ciência da Informação, mas sem estarem ligados diretamente à economia política, tendo como exemplos os pesquisadores Carlos Alberto Ávila Araújo, Giulia Crippa, Marco Antonio de Almeida e o Gustavo Saldanha.

O Marcos Dantas foi lembrado também pelo Marco como um pesquisador atuante em um programa de pós-graduação da Ciência da Informação, embora seja um professor da Comunicação Social.

MARCO: *O Marcos Dantas. Na sua formação pessoal ele fez, se eu não me engano, um mestrado ou doutorado em Ciência da Informação. Então não há dúvidas que ele atua no campo da Ciência da Informação. Ele orienta teses, dissertações e dá aula de economia política da informação. Só que ele não participa tanto dos Enancibs. Eu não sei se ele publica tanto nas revistas do campo [da Ciência da Informação]. Mas eu diria que ele é um nome que está vinculado institucionalmente à Ciência da Informação e que trabalha com a economia política da informação, da comunicação e da cultura. O outro sem dúvida que eu diria que seria o mais puro sangue dessa tradição é o Rodrigo Moreno.*

Para o Rodrigo, os pesquisadores Arthur Coelho Bezerra e Marco Schneider trabalham a economia política de maneira enfática, principalmente no Ibict. Marco também menciona o Arthur e o Edvaldo Carvalho Alves como pesquisadores que dialogam com Marx e com a Informação pensando nas relações de poder, de classe e de capital, se apropriando de boa parte da literatura de economia política e atuando na Ciência da Informação.

Como afirma Wolfram (2017, p. 97-98), pesquisadores de diferentes áreas ou de diferentes partes do mundo que não estão cientes uns dos outros podem até compartilhar

interesses em comum, mas suas similaridades não seriam identificadas sem colaborações formais ou ligações explícitas.

Além de grupos de pesquisa, os pesquisadores também foram perguntados sobre os principais espaços de comunicação científica para a comunicação de pesquisas em economia política da informação e a Revista Eptic foi o exemplo mais citado.

CÉSAR: *A gente tem publicado basicamente em revistas do campo da Comunicação. Nós temos uma revista que é bem específica da área da economia política, que é a Revista Eptic, que está fazendo 20 anos agora e já publicou “todo mundo”, muita gente. Mas fora isso, nós temos publicado em revistas do campo da Comunicação em geral. No campo da Economia algumas pessoas como eu e o Alain publicamos também de vez em quando. E no campo da Ciência da Informação, também o pessoal da Ciência da Informação e a gente mesmo [que] de vez em quando publica. Agora o núcleo principal está na Comunicação. E dentro da Comunicação, a Revista Eptic Online é histórica na área de Economia Política.*

Além da revista Eptic, os pesquisadores Marco e Rodrigo foram ainda mais específicos ao trazerem outros exemplos.

MARCO: *Os GTs de economia política da comunicação da Intercom, da Compós, da ALAIC e da International Association of Media Research (IAMCR). A ALAIC é a Asociación Latinoamericana de Investigación de la Comunicación, a Compós [Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação] é equivalente a nossa Ancib e a Intercom é uma versão mais aberta. Essas quatro associações sempre ou quase sempre tiveram algum GT de economia política da comunicação, então é um pessoal da Comunicação. Há temas tangenciais, é possível que alguém da Ciência da Informação já tenha apresentado lá. A [Revista] Eptic já é mais aberta, [...]. O periódico interdisciplinar Liinc em Revista, do Ibict, que a Sarita Albagli é a editora certamente já colheu trabalhos da “Economia Política da Ciência da Informação”, embora não possa ser caracterizado como um periódico especificamente voltado a isso. A Eptic sempre certamente é, mas com o pé bem mais na Comunicação. Eu creio que o GT 5 da Ancib, naturalmente dos GTs é o que tá mais aberto a esse tipo de produção, embora não seja a sua característica principal.*

Para o Rodrigo, o Enancib e a Ulepicc-BR são dois fóruns importantes em termos de seminário regular que acontece periodicamente. Quanto aos periódicos científicos destaca o

Liinc em Revista e a Revista Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação, esta última quando publica trabalhos do Enancib. Rodrigo também destaca outros espaços frequentados por ele ou afins com a economia política.

RODRIGO: *Eu tenho frequentado, por exemplo, o encontro do NIEP Marx [Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas sobre Marx e o Marxismo] da Universidade Federal Fluminense. É um encontro de marxistas, de economia política, mas que acolhe nós que somos da Ciência da Informação ou da Comunicação e tomamos isso como referência. [...]. Na faculdade de Educação da UFMG, neste ano [2018] houve o II Simpósio Nacional Educação, Marxismo e Socialismo, e essas nossas discussões estavam lá presentes de maneira marcante. O próprio encontro regular [Encontro Nacional de Economia Política] que existe da Sociedade [Brasileira] de Economia Política também certamente acolhe parte dessas reflexões. E se a gente for considerar o [Jürgen] Habermas como economia política... Se formos, né?, Existe o Colóquio Habermas que é organizado lá no Rio [de Janeiro] regularmente.*

Rodrigo relata que na comunidade científica geral de pesquisadores inseridos no campo da Ciência da Informação, muitos pareceristas são resistentes aos estudos críticos em informação e economia política, de modo que com frequência os avaliadores questionam as pesquisas submetidas como não pertinentes ao campo.

RODRIGO: *A revista da Ulepicc, a “Eptic”, existe alguns pesquisadores que publicam lá com certa regularidade. Agora a economia política dentro da área de Ciência da Informação, eu diria que é um campo minoritário, é uma coisa que nós estamos tentando puxar, criar, estimular, levar ao pensamento crítico para a Ciência da Informação. Então de fato, boa parte dos canais de publicação não está muito aberta para isso, até porque no Brasil a Ciência da Informação descende da Biblioteconomia. Então boa parte dos periódicos tem foco nas questões de documento, classificação, recuperação e não acolhem a nossa discussão de economia política.*

Os pesquisadores entrevistados foram otimistas quanto às possibilidades e perspectivas do campo da Ciência da Informação em contribuir com os estudos da Economia Política. Para o César, o momento atual é interessante, pois tem mostrado muita gente da Ciência da Informação. Com isso, as diferenças e possibilidades são colocadas em diálogo, do ponto de vista da epistemologia. Para este pesquisador, trata-se de um diálogo que está para

ser construído e que será útil para a construção de um campo mais comum. Marco menciona alguns exemplos de possibilidades e de como o diálogo entre a Ciência da Informação e o subcampo da Economia Política da Comunicação e Cultura pode se intensificar.

MARCO: *Isso é o que a gente está tentando explorar. A gente pode explorar, sim. Por exemplo, a economia política da indústria editorial de periódicos científicos. Isso é fundamental, isso tem que ser pensado, nas relações de poder. Porque quando a gente fala em economia política, a gente tá falando basicamente em duas coisas ou numa coisa pensando em dois termos diferentes: a relação capital-trabalho e as suas consequências no campo da cultura, onde há informação mais especificamente. Então quais são os objetos específicos da Ciência da Informação? Eu inverteria a questão: o que poderia ser pensado à luz da literatura em torno das relações capital-trabalho ou da luta de classes, pra ser mais preciso? [...]. A questão da ideologia na organização do conhecimento nos sistemas de classificação e representação. Como se dão as relações de capital e trabalho nisso? No investimento nas bibliotecas, nos estudos de usuário, nos currículos de Ciência da Informação? As questões da ideologia, as questões da alienação, as questões da hegemonia. Então eu consigo ver a contribuição da Ciência da Informação para a economia política no sentido de ampliar o seu campo de aplicações. [...]. E a contribuição da economia política seria desenvolver o pensamento crítico dentro da Ciência da Informação. [...] você usar técnicas e métodos de pesquisa mais convencionais em Ciência da Informação. Por exemplo, na área das classificações, da representação do conhecimento e da organização do conhecimento como um todo [...] pra estudar a literatura e as instituições do campo da Economia Política de modo a produzir um quadro, uma análise de domínio, digamos assim, que a própria Economia Política não tem de si mesma. [...] seria uma contribuição importante da Ciência da Informação para a Economia Política. Se eu não me engano, você trabalhou um pouco com isso, com a ideia de análise de domínio no seu trabalho. Eu acho que essa seria uma contribuição muito importante. Talvez haja outras. Eu tenho explorado a ideia de pegar a literatura em termos de competência em informação para pensar o problema de consciência de classe, da alienação, da ideologia. É uma coisa que temos tentado explorar, tanto que a gente vem desenvolvendo a ideia de competência crítica em informação, que hoje no GT chegou a ser formulada como “consciência crítica em informação”. Outra ideia que eu posso te dar é você dar uma olhada nesse GT 7 [Estudos Críticos em Ciência da Informação] daqui, porque ele aponta possibilidades de desenvolvimento de diálogos entre a Ciência da Informação e a Economia Política.*

Assim como o César, o Rodrigo também menciona o tema Regimes de Informação, mas vai de acordo com o Marco ao dizer que o campo da Ciência da Informação se beneficia muito mais quando recebe as contribuições dos estudos críticos em economia política na perspectiva informacional.

RODRIGO: [...] a gente trás para esse campo um outro olhar, né? Um olhar centrado na informação, no uso da informação, nas políticas de informação. A ideia de Regime de Informação, a própria ideia de Política de Informação... Agora eu tendo a achar que a Ciência da Informação se enriquece muito mais quando acolhe a “Economia Política” do que o contrário. Porque eu acho que a Ciência da Informação, pelo menos no Brasil, ela tem um viés muito pragmático, no sentido de ser uma disciplina muito instrumental, que carece de um olhar crítico. Então me parece que a Ciência da Informação no Brasil às vezes é de certa forma ingênua ao acolher algumas teorias, algumas visões de mundo. E a economia política, ao chegar na Ciência da Informação desconstrói essas ilusões, esses discursos embelezados que dominam a área de Ciência da Informação e que não refletem o mundo real e contraditório como ele é.

Com esta crítica, Rodrigo exemplifica a área de Gestão da Informação e do Conhecimento, que no Brasil tem certo peso dentro do campo da Ciência da Informação, mas os principais referenciais teóricos dessa área carecem de uma perspectiva crítica.

RODRIGO: Eu me refiro especificamente à abordagem do [Chun Wei] Choo, [Ikujiro] Nonaka e [Hirotaka] Takeuchi, [Thomas] Davenport... São autores que dominam as discussões na gestão da informação e do conhecimento. E quando eles discutem isso dentro das empresas, eles propõem um modelo de fluxo de informação, de circulação, de internalização e externalização que é uma descrição embelezada de um processo que não acontece daquela maneira harmônica. O sujeito numa empresa privada, ele não externaliza, compartilha, socializa o conhecimento com o colega do lado porque existe um conflito de interesses e “cem” metas a serem cumpridas, existe o medo de perder o emprego: eu te ensino e depois você pode tomar o meu emprego. [...]. Informação dentro das empresas é conflito. Não é aquele discurso embelezado e harmônico que o Choo retrata no livro dele. Então eu vejo muito mais a Ciência da Informação se enriquecendo com o pensamento crítico que vem da Economia Política do que o contrário. No contrário nós também vamos levar para lá alguns conceitos, algumas ideias, algumas discussões que são emergentes e importantes. Mas eu acho que o caminho de volta é mais importante. Eu como um

pertencente à Ciência da Informação, de formação e por atuação, tenho tentado trazer para a Ciência da Informação esse olhar do ponto de vista crítico. E para tentar mudar essa ideia de que a Ciência da Informação é uma coisa mais instrumental, utilitarista, funcional. Trazer um outro olhar para a Ciência da Informação, mas boa parte dos pesquisadores vai ter resistência a isso.

A questão provocativa de Rodrigo se aproxima do que antes foi levantado por Araújo

No caso da Ciência da Informação, há cientistas desejosos de produzir trabalhos críticos, embora exista uma valorização maior de trabalhos de cunho tecnicista e aplicado. Nesse caso, a vontade de exercer e praticar um pensamento crítico ainda se debate com a necessidade de justificar-se como atividade científica e de argumentar sobre a legitimidade desse exercício. (ARAÚJO, 2013, p. 25)

Araújo (2013) considera que o desenvolvimento de uma área científica vive momentos de abertura para novidades, confinando temas a subcampos específicos ou se agarrando a autoridades constituídas. Assim, a evolução do campo é constituída com forças em disputa.

5.3 A economia política da informação na produção científica em Ciência da Informação no Brasil

O capítulo brasileiro da Ulepicc e seus associados interferem diretamente no domínio maior. Atualmente esta entidade apresenta o GT “Estudos Críticos em Ciência da Informação”, coordenado pelo pesquisador Marco Schneider em 2020 e em 2018. Nas edições anteriores, Schneider também coordenou o GT “Ética, política e epistemologia da informação”. Estes dois GTs foram os espaços mais apropriados na entidade para o recebimento de trabalhos na área de CI nos anos de 2014 e 2016. Outro GT pertinente foi “Epistemologia da Informação, da comunicação e da cultura”, em 2018, na época coordenado por César Bolaño.

Especificamente na área de CI, o GT “Política e Economia da Informação” da Ancib também se mostra um espaço adequado para o recebimento de trabalhos em economia política da informação e da comunicação. No entanto, no presente estudo considera-se que ainda se trata de um processo moroso, visto os poucos trabalhos do GT recuperados no corpus de análise terem sido dos últimos anos, entre 2014 e 2018. Vale ressaltar que para os anos de 2019 e 2020, o GT é coordenado pelo pesquisador Rodrigo Moreno Marques, que no presente estudo foi

identificado entre os mais produtivos em economia política na CI e foi um dos pesquisadores entrevistados.

O periódico científico Liinc em Revista é o principal canal de comunicação científica na área de Ciência da Informação que publica trabalhos e resultados de pesquisa em economia política. Outro periódico que merece menção é a revista Eptic, ainda que não indexada nas bases Brapci e RPPBCI. Embora esta pesquisa não tenha objetivado analisar a produção científica na Eptic, foi conveniente verificar a produção nesta revista dos autores que aqui estão entre os que mais produziram e foi identificada a presença de trabalhos de Bolaño, Dantas, Brittos, Schneider, Lima e Mattos.

Na pesquisa desta tese, foram levantados 51 autores que, em sua maioria e por enquanto, podem ser considerados transientes na produção científica em economia política. O reconhecimento de novos pesquisadores no tema demandará mais tempo e uma produção científica contínua. A presença de Brittos entre os mais produtivos e em segundo lugar ao lado do autor Marcos Dantas também demonstra que, do ano do seu falecimento até o ano presente, não houve tantos pesquisadores em CI que pesquisem diretamente o tema da economia política na área, pois do contrário, o seu nome não estaria mais entre os autores mais produtivos no ranqueamento. Assim, são poucos os que constituem a comunidade discursiva de pesquisadores em EPI na CI.

Com a exceção de Brittos que não foi localizado no Diretório dos Grupos de Pesquisa, é possível considerar que a maioria dos autores mais produtivos também está inserida em grupos de pesquisa com área predominante em CI. Dos oito autores que mais produziram, quatro são membros de grupos de pesquisa cadastrados no diretório de pesquisa do CNPq com área predominante em CI: Gustavo Saldanha, Marco Schneider, Rodrigo Marques e Clóvis Lima. Todos eles também lideram grupos. Gustavo Saldanha e Marco Schneider ainda compartilham do mesmo espaço no grupo de pesquisa “Perspectivas Filosóficas em Informação (Perfil-i)”, no Ibict, instituição com o maior número de grupos no tema e no campo analisado.

Como complemento ao destaque desta instituição, é oportuno mencionar que também é do Ibict a recente tese premiada no congresso internacional da Ulepicc, em Sevilha, na Espanha, em novembro de 2019. Intitulada “Propriedade Intelectual e Renda no Capital-Informação”, de autoria de Larissa Santiago Orway e sob a orientação do professor e pesquisador Marcos Dantas no PPGCI do Ibict em parceria com a UFRJ²⁵.

²⁵ TESE de aluna de doutorado da UFRJ vence Prêmio Valério Brittos. **Universidade Federal do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, jan. 2020. Notícia. Disponível em: <https://ufrj.br/noticia/2020/01/06/tese-de-aluna-de-doutorado-da-ufrj-vence-premio-valerio-brittos>. Acesso em: 11 mar. 2020.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta tese foi desenvolvida a partir do questionamento de como a economia política da informação se encontra institucionalizada cientificamente na produção científica do campo da Ciência da Informação no Brasil. Os resultados mostram que, apesar da EPI já estar prevista como tema de investigação na CI, como domínio caminha de forma incipiente em sua institucionalização sociocognitiva na produção científica dentro do campo. Esta é a tese central aqui apresentada. A sua institucionalização social se refere ao reconhecimento da produção científica e de grupos de pesquisa, entre os poucos pesquisadores que pesquisam firmemente sobre o tema. Já a institucionalização cognitiva se apresenta como um desafio teórico e epistemológico na área, onde questões de consenso de linguagem, palavras-chaves, objetos de investigação e referentes teóricos apresentam grande variedade na produção científica. Apesar de pequenas divergências nos relatos dos pesquisadores entrevistados, o que são significativas ao entendimento do consenso cognitivo, foi percebido um consenso de que a EPI não se encontra amplamente institucionalizada ou reconhecida na CI.

Inicialmente foi pensado que a análise da produção científica do GT “Política e Economia da Informação” do Enancib poderia responder a questão. Contudo, com o aprofundamento da questão e revisão dos objetivos, foi considerado que este GT ainda não apresenta uma sólida produção científica em economia política da informação. Neste GT sobressaem pesquisas sobre temas como Políticas de Informação e Economia da Informação, o que não necessariamente representa os mesmos interesses das pesquisas em economia política da informação, comunicação e cultura. Assim, também não se pode afirmar que os pesquisadores que mais publicam resultados de pesquisa neste GT são atuantes no subcampo da economia política da informação. Situação semelhante ocorre em outros elementos que colaboram com a análise de institucionalização social e cognitiva, como linhas de pesquisas e disciplinas nos PPGCIs.

Assim, optar especialmente pelas bases Brapci e RPPBCI como espaços de busca da produção e comunicação do conhecimento científico em CI, na presente pesquisa, resultou em análise mais pertinente dos contributos sociocognitivos da EPI no campo da CI, bem como os relatos dos pesquisadores especialistas entrevistados.

Também foi verificado que a busca pela expressão de “economia política da informação” causava a não recuperação de trabalhos de relevantes pesquisadores que contribuíram com a institucionalização da economia política da informação e da comunicação

na Ciência da Informação, como o pesquisador César Bolaño. Assim, o uso da expressão “economia política” no campo de busca nas bases foi o mais adequado na investigação.

Concluído o levantamento e descrição dos resultados, percebe-se a recuperação dos principais periódicos e evento científico da área, em especial o periódico científico Liinc em Revista. Porém, acredita-se que há outras produções que muito acrescentam aos estudos da economia política da informação, não somente nos periódicos e eventos científicos, mas também em livros ou capítulos, pois aqui se considera escassa a aplicação na área, do tema pesquisado. Certamente, uma aplicação mais frequente muito contribuirá para o fortalecimento da presença e recuperação da CI nos estudos da Economia Política no contexto da Ciência da Informação.

As sugestões dos membros da banca examinadora durante o exame da qualificação desta pesquisa também foram de grande importância na revisão e esclarecimentos. De modo especial, a participação do pesquisador Marco Schneider como membro foi importante neste processo de verificação dos contributos sociais e cognitivos da pesquisa em economia política na Ciência da Informação, visto a sua intensa atuação na Ulepicc e na CI.

Uma verificação evidente na revisão de literatura e na realização da pesquisa foi o enfoque aos estudos em Comunicação nos espaços de comunicação científica da economia política da informação, comunicação e cultura. No contexto da interdisciplinaridade, a área de Comunicação é a mais atuante e influente nos estudos infocomunicacionais de um campo maior em Economia Política da Informação, da Comunicação e da Cultura. Contudo, os eventos e os periódicos científicos com ênfase neste tema têm aberto cada vez mais espaços para as colaborações da área de CI, o que se faz relevante para o fortalecimento da CI nos estudos da EPI rumo ao reconhecimento de pesquisadores, de fontes e de objetos de estudo.

Vale ressaltar que na presente tese ainda houve inicialmente uma pretensão de realizar outras análises nesta produção científica, como por exemplo, a identificação de palavras-chave e de bases teóricas presentes em toda esta produção por meio da identificação das referências bibliográficas em cada trabalho. Contudo, a aplicabilidade se mostrou inviável, visto que os trabalhos apresentados nos encontros nacionais da Ulepicc ainda não estão integralmente disponíveis no âmbito virtual. Dos GTs analisados, apenas a edição do ano de 2016 contém todos os trabalhos integralmente disponíveis na internet. Os trabalhos da edição do ano de 2018 não estão disponíveis e os da edição do ano de 2014 só foram encontrados com informações de títulos, autores, resumos e palavras-chave. Além disso, a estrutura textual dos trabalhos da Ulepicc - Brasil ainda não segue um padrão específico de publicação conforme foi visto nas diferentes edições. A Ulepicc Brasil tem trabalhado em espaços para

que os pesquisadores da CI entrem e contribuam com o subcampo, à exemplo dos GTs das três últimas edições dos encontros bianuais. Porém, se faz necessário um esforço para que a toda a produção científica apresentada nos encontros brasileiros desta entidade interdisciplinar se encontre formalmente disponibilizada em portais eletrônicos, à exemplo de como se encontra a produção científica brasileira da CI, seja nos portais eletrônicos individuais de cada periódico ou evento científico da área, seja nas bases de dados analisadas nesta tese: Brapci e RPPBCI.

Para pesquisas futuras e como contribuição para o fortalecimento do tema investigado, aqui são sugeridas uma análise das ementas e bibliografias nas disciplinas afins com a economia política nos PPGCIs e uma análise de domínio da Economia Política da Informação, da Comunicação e da Cultura no país, enfatizando a produção científica dos encontros brasileiros da Ulepícc.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Josiana Florêncio Vieira Régis de; DIAS, Guilherme Ataíde. Estado da arte sobre análise de domínio no campo da Ciência da Informação brasileira. **Brazilian Journal of Information Science: research trends**, Marília, v. 13, n. 3, p. 26-45, 2019. Disponível em: <http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/bjis/article/view/8610/5890>. Acesso em: 26 nov. 2019.

AMORIM, Igor Soares; CAFÉ, Lígia Maria. Agenciamento e análise de domínio: um encontro possível. **Informação & Sociedade: estudos**, João Pessoa, v. 27, n. 2, p. 75-88, maio/ ago. 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/30790/18202>. Acesso em: 4 abr. 2020.

AMORIM, Igor Soares; VIANNA, William Barbosa; MEDEIROS, Marisa Brasher Basilio. Aspectos epistemológicos em estudos sobre análise de domínio sob as lentes do racionalismo e do empirismo. **Logeion: filosofia da informação**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p. 35-47, set.2018/fev. 2019. Disponível em: <http://revista.ibict.br/fiinf/article/view/4229/3742>. Acesso em: 19 maio 2019.

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. A Ciência da Informação no século XXI. In: ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. **O que é Ciência da Informação**. Belo Horizonte: KMA, 2018. p. 48-100.

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. Correntes teóricas da Ciência da Informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 38, n. 3, p. 192-204, set./ dez. 2009. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/1240/1418>. Acesso em: 10 ago. 2017.

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. Fundamentos da Ciência da Informação: correntes teóricas e o conceito de informação. **Perspectivas em Gestão & Conhecimento**, João Pessoa, v. 4, n. 1, p. 57-79, jan./ jun. 2014. Disponível em: <http://periodicos.ufpb.br/index.php/pgc/article/view/19120/10827>. Acesso em: 10 ago. 2017.

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. Manifestações (e ausências) de pensamento crítico na Ciência da Informação. **Biblos: Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação**, v. 27, n. 2, p.9-29, jul./dez. 2013. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/biblos/article/viewFile/3364/2750>. Acesso em: 20 jan. 2020.

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. O conceito de informação na ciência da informação. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 20, n. 3, p. 95-105, set./ dez. 2010. Disponível em: <http://www.ies.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view/6951/4808>. Acesso em: 10 ago. 2017.

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. Uma história intelectual da ciência da informação em três tempos. **RACIn**, João Pessoa, v. 5, n. 2, p. 10-29, jul./dez. 2017. Disponível em: <http://periodicos.unb.br/index.php/museologia/article/viewFile/9624/7103>. Acesso em: 04 fev. 2017.

ARAÚJO, Ronaldo Ferreira de; MURAKAMI, Tiago Rodrigo Marçal; ANDRADE, Robéria de Lourdes de. Repertório da Produção Periódica Brasileira de Ciência da Informação: indícios embrionários. **Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia**,

João Pessoa, v. 11, n. 1, p. 44-53, 2016. Disponível em:
<https://periodicos.ufpb.br/index.php/pbcib/article/view/28072/15239>. Acesso em: 22 nov. 2019.

ARBOIT, Aline Elis. **O processo de institucionalização sociocognitiva do domínio de Organização do Conhecimento a partir dos trabalhos científicos dos congressos da ISKO**. 2014. 285 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2014. Disponível em:
<https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/123389/000823724.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 02 jun. 2018.

ARBOIT, Aline Elis; BUFREM, Leilah Santiago; MOREIRO GONZALEZ, José Antonio. A produção Brasileira em Ciência da Informação no exterior como reflexo de institucionalização científica. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 16, n. 3, p. 75-92, set. 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-99362011000300005&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 02 Abr. 2018.

ARBOIT, Aline Elis; BUFREM; Leilah Santiago; KOBASHI; Nair Yumiko. A institucionalização da Ciência da informação no Brasil sob a ótica da evolução quantitativa dos cursos de graduação na área. *Informação & Sociedade: Estudos*, João Pessoa, v.21, n.1, p. 145-158, jan./abr. 2011. Disponível em:
<http://www.periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/9584/5604>. Acesso em: 09 jul. 2018.

ARBOIT, Aline Elis; BUFREM; Leilah Santiago. Produção de trabalhos científicos em eventos nacionais da área de ciência da informação. In: HAYASHI, Maria Cristina Piumbato Innocentini; MUGNAINI, Rogério; HAYASHI, Carlos Roberto Massao (Orgs). **Bibliometria e cientometria: metodologias e aplicações**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2013. p. 89-104.

BEGHTOL, Clare. Domain analysis, literary warrant, and consensus: the case of fiction. **Journal of the American Society for Information Science**, [S. l.], v. 46, n. 1, p. 30-44, jan.1995.

BOLAÑO, Cesar Ricardo Siqueira. A dimensão crítica da EPC e sua luta epistemológica. **Revista EPTIC**: revista eletrônica internacional de economia política da informação, da comunicação e da cultura, São Cristovão, v. 16, n. 3, p. 80-83, set./dez. 2014. Entrevista concedida a Alain Herscovici. Disponível em:
<https://seer.ufs.br/index.php/epctic/article/view/80/pdf>. Acesso em: 08 mar. 2018.

BOLAÑO, César Ricardo Siqueira. Economia política da comunicação. In: **Enciclopédia Intercom de Comunicação**. São Paulo: Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, 2010. p. 434-435. (Conceitos, v. 1). Disponível em:
<http://www.ciencianasnuvens.com.br/site/wp-content/uploads/2013/07/Enciclopedia-Intercom-de-Comunica%C3%A7%C3%A3o.pdf>. Acesso em: 6 jan. 2020.

BOLAÑO, César Ricardo Siqueira; MATTOS, Fernando Augusto Mansor de. Conhecimento e informação na atual reestruturação produtiva: para uma crítica das teorias da gestão do conhecimento. *DataGramZero*, v. 5, n. 3, 2004. Disponível em:
<http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/5583>. Acesso em: 1 fev. 2020.

BOURDIEU, Pierre. Algumas propriedades dos campos. In: BOURDIEU, Pierre. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983a. p. 89-94.

BOURDIEU, Pierre. **Coisas Ditas**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

BOURDIEU, Pierre. O campo científico. In: ORTIZ, Renato (org.). **Pierre Bourdieu: sociologia**. São Paulo: Editora Ática, 1983b. (Coleção Grandes Cientistas Sociais). p. 122-154.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

BOURDIEU, Pierre. **O senso prático**. Petrópolis: Vozes, 2009. (Coleção Sociologia).

BOURDIEU, Pierre. **Os usos sociais da ciência**: por uma sociologia clínica do campo científico. São Paulo: Edunesp, 2004. 88 p.

BRAGA, Márcio Bobik; VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval de. Interrelação da Economia com outras áreas do conhecimento. In: PINHO, Diva Benevides; VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval de; TONETO JUNIOR, Rudinei (org.). **Introdução à Economia**. São Paulo: Saraiva, 2011. p. 13-19.

BRITTOS, Valério Cruz; BOLAÑO, César Ricardo Siqueira. ULEPICC-Brasil: a institucionalização da EPC brasileira. In: CASTRO, Daniel; MELO, José Marques de; CASTRO, Cosette (org.). **Panorama da comunicação e das telecomunicações no Brasil**. Brasília: Ipea, 2010. v. 2, cap. 8, p. 175-179.

BUFREM, Leilah Santiago; FREITAS, Juliana Lazzarotto. Interdomínios na literatura periódica científica da Ciência da Informação. **DataGramaZero**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 6, [10] p., ago. 2015. Disponível em: <http://www.Brapci.inf.br/index.php/res/download/45956>. Acesso em: 26 set. 2019.

BUFREM, Leilah Santiago; PRATES, Yara. O saber científico registrado e as práticas de mensuração da informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 34, n. 2, p. 9-25, maio/ago. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ci/v34n2/28551>. Acesso em: 22 mar. 2018.

CAMPELLO, Bernadete Santos; CAMPOS, Carlita Maria. **Fontes de informação especializada**: características e utilização. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1993.

CAMPOS, Gastão Wagner de Sousa. Saúde pública e saúde coletiva: campo e núcleo de saberes e práticas. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, p. 219-230, 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csc/v5n2/7093.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2018.

CAMPOS, Luiz Fernando de Barros; VENÂNCIO, Ludmila Salomão. O objeto do estudo da ciência da informação: a morte do indivíduo. **Informação & Informação**, Londrina, v. 11, n.1, jan./jun. 2006. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/1720/1471>. Acesso em: 02 mar. 2020.

CARVALHO; Lidiane dos Santos. A abordagem sociocultural da produção de conhecimento científico. In: MARTELETO, Regina Maria; PIMENTA, Ricardo Medeiros (Orgs). **Pierre**

Bourdieu e a produção social da cultura, do conhecimento e da informação. Rio de Janeiro: Garamond, 2017. p. 190-206.

CARVALHO, Lidiane dos Santos. O método relacional de análise da informação (MRAI) na análise de domínio. *In: OLIVEIRA LUCAS, Elaine Rosangela de; SILVEIRA, Murilo Artur Araújo da (Org.). A Ciência da informação encontra Pierre Bourdieu.* Recife: Editora Universitária da UFPE, 2017. p. 153-172.

COHEN, Max Fortunato. Alguns aspectos do uso da informação na economia da informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 31, n. 3, p. 26-36, set./dez. 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ci/v31n3/a03v31n3.pdf>. Acesso em: 09 mar. 2018.

CORRÊA, Elisa Cristina Delfini. A constituição do campo científico da Ciência da Informação no Brasil: um diálogo sociológico. *In: OLIVEIRA LUCAS, Elaine Rosangela de; SILVEIRA, Murilo Artur Araújo da (Org.). A Ciência da informação encontra Pierre Bourdieu.* Recife: Editora Universitária da UFPE, 2017. p. 389-412.

CUNHA, Murilo Bastos da. Ibict: 51 anos. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 34, n. 1, p. 7-8, 2005. Disponível em: <http://revista.Ibict.br/ciinf/article/view/1096/1209>. Acesso em: 16 jan. 2019.

DANTAS, Marcos. Economia política da informação. *In: Enciclopédia Intercom de Comunicação.* São Paulo: Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, 2010. p. 436-437. (Conceitos, v. 1). Disponível em: <http://www.ciencianasnuvens.com.br/site/wp-content/uploads/2013/07/Enciclopedia-Intercom-de-Comunica%C3%A7%C3%A3o.pdf>. Acesso em: 6 jan. 2020.

DANTAS, Marcos. Economia política da informação e comunicação em tempos de internet: revisitando a teoria do valor nas redes e no espetáculo. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, p. 283-307, mar. 2012. Disponível em: <http://revista.Ibict.br/liinc/article/view/3356/2963>. Acesso em: 10 ago. 2017.

DANUELLO, Jane Coelho. **Produção científica docente em tratamento temático da informação no Brasil:** uma abordagem métrica como subsídio para a análise do domínio. 2007. 122f. Dissertação (Mestrado) – UNESP, Marília, 2007. Disponível em: https://www.marilia.unesp.br/Home/Pos-Graduacao/CienciadaInformacao/Dissertacoes/danuello_jc_me_mar.pdf. Acesso em: 01 jun. 2018.

DEER, Cécile. Doxa. *In: GRENFELL, Michael (ed.). Pierre Bourdieu: conceitos fundamentais.* Petrópolis: Vozes, 2018. p. 155-168.

DIAS, Célia da Consolação. A análise de domínio, as comunidades discursivas, a garantia de literatura e outras garantias. **Informação & Sociedade: estudos**, João Pessoa, v. 25, n. 2, p. 7-17, maio/ago. 2015. Disponível em: <http://www.periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view/7/13741>. Acesso em: 29 mar. 2019.

ELIEL, Regiane Alcântara. Institucionalização da Ciência da Informação no Brasil: estudo da convergência entre a produção científica e os marcos regulatórios da área. **TransInformação**,

Campinas, v. 20, n. 3, p. 207-224, set./dez., 2008. Disponível em: <http://periodicos.puccampinas.edu.br/seer/index.php/transinfo/article/view/521/501>. Acesso em: 26 jun. 2017.

FERREIRA, João Batista; SILVA, Luciana de Araújo. O uso da bibliometria e sociometria como diferencial em pesquisas de revisão. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 15, n. 2, p. 448-464, maio/ago. 2019. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/viewFile/1251/1144>. Acesso em: 01 out. 2019.

FREITAS, Juliana Lazzarotto; BUFREM, Leilah Santiago; GRÁCIO, Maria Cláudia Cabrini. O interdomínio dos estudos métricos da informação em Medicina: aproximação entre discurso e prática de seus pesquisadores. **Encontros Bibli**, Florianópolis, v. 24, n. 56, p. 1-23, set./dez. 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2019.e65348/40795>. Acesso em: 27 set. 2019.

GABRIEL JUNIOR, Rene Faustino. **Geração de indicadores de produção e citação científica em revistas de Ciência da Informação**: estudo aplicado à base de dados BRAPCI. 2014. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2014. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/handle/11449/123338?locale-attribute=pt_BR. Acesso em: 04 jul. 2019.

GABRIEL JUNIOR, Rene Faustino. Panorama dos 45 anos das Revistas de Ciência da Informação no Brasil: um estudo na Brapci. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 18., 2017, Marília. **Anais [...]**. Marília: UNESP, 2017. Disponível em: <http://Enancib.marilia.unesp.br/index.php/xviiiEnancib/ENANCIB/paper/viewFile/626/581>. Acesso em: 07 fev. 2018.

GARCÍA GUTIÉRREZ, Antonio. Aplicación de la desclasificación a la organización de la exomemoria digital. In.: GARCÍA GUTIÉRREZ, Antonio. **Epistemología de la documentación**. Barcelona: Stonberg Editorial, 2011. p. 288-306. Disponível em: <https://idus.us.es/xmlui/bitstream/handle/11441/47239/Epistemolog%C3%ADa%20de%20la%20documentaci%C3%B3n.pdf?sequence=1>. Acesso em: 17 jul. 2019.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélida. Ciência da informação, economia e tecnologias de informação e comunicação: a informação nos entremeios. In: MACIEL, Maria Lucia; ALBAGLI, Sarita (org.). **Informação e desenvolvimento**: conhecimento, inovação e apropriação social. Brasília: IBICT: UNESCO, 2007. p. 149-183.

GRENFELL, Michael (ed.). **Pierre Bourdieu**: conceitos fundamentais. Petrópolis: Vozes, 2018.

GRUPO DE PESQUISA COMUNICAÇÃO, ECONOMIA POLÍTICA E SOCIEDADE. In memoriam: Valério Cruz Brittos. **Quórum acadêmico**, Maracaibo, v. 9, n. 2, p. 341-342, jul./dez. 2012. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/1990/199025105011.pdf>. Acesso em: 7 jan. 2020.

GUIMARÃES, Tomás Aquino *et al.* A ANPAD e o processo de institucionalização da

comunidade científica brasileira de Administração. **Cadernos EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 16, Out. 2018. Edição especial. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/cadernosebape/article/view/73273/73778>. Acesso em: 30 mar. 2019.

HERSCOVICI, Alain. A economia política da informação, da cultura e da comunicação: questões metodológicas e epistemológicas. Uma apresentação geral. **EPTIC online: revista electrónica internacional de economía política de las tecnologías de la información y comunicación**, São Cristovão, v. 5, n. 3, p. 5-14, set./dez. 2003. Disponível em: <https://seer.ufs.br/index.php/eptic/article/view/405/536>. Acesso em: 09 mar. 2018.

HERSCOVICI, Alain. Economia política da comunicação: uma tentativa de definição epistemológica. **Revista EPTIC: revista eletrônica internacional de economia política da informação, da comunicação e da cultura**, São Cristovão, v. 16, n. 3, p. 84-98, set./dez. 2014. Disponível em: <https://seer.ufs.br/index.php/eptic/article/view/84/pdf>. Acesso em: 10 mar. 2018.

HJØRLAND, Birger. Domain analysis in Information Science: Eleven approaches – traditional well as innovative. **Journal of Documentation**, [S. l.], v.58, n.4, p.422-462, 2002.

HJØRLAND, Birger. The classification of Psychology: A case study in the classification of a knowledge field. **Knowledge Organization**, [S. l.], v.24, n.4, p.162-201, 1998.

HJØRLAND, Birger; ALBRECHTSEN, H. Toward a new horizon in information science: domain analysis. **Journal of the American Society for Information Science**, [S. l.], v.46, n.6, p. 400-425, 1995.

JORGE, Vanessa; ALBAGLI, Sarita. Pierre Bourdieu e a produção do conhecimento científico: reflexões sobre uma ciência aberta. In: MARTELETO, Regina Maria; PIMENTA, Ricardo Medeiros (Orgs). **Pierre Bourdieu e a produção social da cultura, do conhecimento e da informação**. Rio de Janeiro: Garamond, 2017. p. 207-228.

JOURDAIN, Anne; NAULIN, Sidonie. **A teoria de Pierre Bourdieu e seus usos sociológicos**. Direção de François de Singly. Petrópolis: Editora Vozes, 2017.

KERR, Eduardo Santos. **Ketib: um processo de representação de informações para textos complexos**. 2003. 82 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Ciência da Computação) - UNICAMP, Campinas, 2003. Disponível em: http://repositorio.unicamp.br/jspui/bitstream/REPOSIP/276377/1/Kerr_EduardoSantos_M.pdf. Acesso em: 26 fev. 2018.

KOBASHI, Nair Yumiko. Pesquisa científica, produção científica e dinâmica dos campos: um olhar sobre a ciência da informação. In: OLIVEIRA LUCAS, Elaine Rosângela de; SILVEIRA, Murilo Artur Araújo da (Org.). **A Ciência da informação encontra Pierre Bourdieu**. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2017. p. 311-331.

KUHN, Thomas S. **A estrutura das revoluções científicas**. 13. ed. São Paulo: Perspectiva, 2017.

LATOUR, Bruno. **A esperança de Pandora**: ensaios sobre a realidade dos estudos científicos. Bauru: EDUSC, 2001.

LIMA, Clóvis Ricardo Montenegro de. A pesquisa da política e da economia da informação na ciência da informação: atualidade e perspectivas. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, Salvador, v. 1, n. 1, [23] p., jan./ dez. 2008. Disponível em: <http://inseer.Ibict.br/Ancib/index.php/tpbci/article/view/8/11>. Acesso em: 10 ago. 2017.

LOPES, Ruy Sardinha. Economia política da comunicação e cultura: aportes para a formação de um campo disciplinar. **PragMATIZES**: Revista Latino Americana de Estudos em Cultura, Rio de Janeiro, ano 6, n. 10, p. 10-19, out. 2015/mar. 2016. Disponível em: <http://www.pragmatizes.uff.br/index.php/ojs/article/view/117/125>. Acesso em: 10 ago. 2017.

LOPES, Ruy Sardinha; SANTOS, Anderson David Gomes dos; MOTA, Joanne Santos. Revista Eptic Online: produção em EPC e interdisciplinaridade no campo comunicacional. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v.11, n.2, p. 475-490, nov. 2015. Disponível em: <http://revista.Ibict.br/liinc/article/view/3643/3104>. Acesso em: 22 mar. 2018.

LOUREIRO-ALVES; Mônica de Fátima. **Conhecendo um campo de estudo**: aspectos da institucionalização cognitiva e social da Ciência da Informação. 2010. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

MARQUES, Rodrigo Moreno. Produção de valor nas redes sociais: Marx e o debate contemporâneo. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 18., 2017, Marília. **Anais [...]**. Marília: UNESP, 2017. Disponível em: <http://Enancib.marilia.unesp.br/index.php/xviiiEnancib/ENANCIB/paper/viewFile/627/528>. Acesso em: 03 jan. 2019.

MARTÍNEZ-ÁVILA, Daniel. Qualis Periódicos: el sistema brasileño de evaluación de revistas. **Anuario ThinkEPI**, Barcelona, v. 13, p. 1-12, 2019. Disponível em: <https://recyt.fecyt.es/index.php/ThinkEPI/article/view/thinkepi.2019.e13e01/42168>. Acesso em: 2 jan. 2020.

MARTELETO, Regina Maria. A pesquisa em Ciência da Informação no Brasil: marcos institucionais, cenários e perspectivas. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 14, número especial, p. 19-40, 2009. Disponível em: <http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/915/605>. Acesso em: 17 jan. 2019.

MARTELETO, Regina Maria; GINEZ DE LARA, Marilda Lopes. Os Grupos de Trabalho – GTs da ANCIB e a promoção da pesquisa em Ciência da Informação. In: FUJITA, Mariângela Spotti Lopes; MARTELETO, Regina Maria; LARA, Marilda Lopes Ginez de. **A dimensão epistemológica da Ciência da Informação e suas interfaces técnicas, políticas e institucionais nos processos de produção, acesso e disseminação da informação**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2008. p. 3-15.

MARTELETO, Regina Maria; PIMENTA, Ricardo Medeiros. Apresentação. In: MARTELETO, Regina Maria; PIMENTA, Ricardo Medeiros (Orgs). **Pierre Bourdieu e a**

produção social da cultura, do conhecimento e da informação. Rio de Janeiro: Garamond, 2017.

MARTINS, Gracy Kelli. **Institucionalização cognitiva e social da organização e representação do conhecimento na Ciência da Informação no Brasil.** 2014. 182 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2014. Disponível em: https://www.marilia.unesp.br/Home/Pos-Graduacao/CienciadaInformacao/Dissertacoes/martins_gk_do_mar.pdf. Acesso em: 01 jun. 2018.

MARTINS, Gracy Kelli; MORAES, João Batista de. Análise de domínio: uma proposta metodológica para extração de indicadores cognitivo e social de institucionalização científica. In: PINTO, Virgínia Bentes; VIDOTTI, Silvana Aparecida Borsetti Gregório; CAVALCANTE; Lídia Eugênia (Org.). **Aplicabilidades metodológicas em Ciência da Informação.** Fortaleza: Edições UFC, 2015. p. 73-99.

MATTELART, Armand. Economia política da comunicação, estudos culturais e ciência da informação: uma entrevista com Armand Mattelart. **Revista Mídia e Cotidiano**, v. 10, n. 10, p. 254-263, dez. 2016. Entrevista concedida a Marco Schneider. Disponível em: <http://www.ppgmidiaecotidiano.uff.br/ojs/index.php/Midecot/article/view/334/241>. Acesso em: 22 mar. 2018.

MELO, José Marques de. **Os caminhos cruzados da comunicação:** política, economia e cultura. São Paulo: Paulus, 2010. (Coleção Comunicação)

MELO, José Marques de. Vanguardismo nordestino na configuração brasileira dos estudos de Economia Política da Comunicação. In: MELO, José Marques de; MELO, Patrícia Bandeira de (org.). **Economia política da comunicação:** vanguardismo nordestino. Recife: Fundação Joaquim Nabuco: Editora Massangana, 2013. p. 13-24.

MENESES, Vinícius; ODDONE, Nanci; CAFÉ, Anderson. Aspectos reputacionais dos sistemas de avaliação da produção científica no campo da Ciência da Informação. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, Salvador, v. 5, n. 1, [21] p., jan./ dez. 2012. Disponível em: <http://www.Brapci.inf.br/index.php/article/download/50341>. Acesso em: 12 jan. 2020.

MERTON, Robert K. The Matthew effect in science: the reward and communication systems of science are considered. **Science**, v. 159, n. 3810, p. 56-63, jan. 1968. Disponível em: <https://science.sciencemag.org/content/159/3810/56/tab-pdf>. Acesso em: 26 jul. 2019.

MIRANDA, Ana Cláudia Carvalho de; CARVALHO, Edirsana Maria Ribeiro de; COSTA, Maria Ilza da. O impacto dos periódicos na comunicação científica. **Biblos: Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação**, Rio Grande, v. 32, n. 1, p. 1-22, nov. 2018. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/biblos/article/view/7177/5449>. Acesso em: 26 nov. 2019.

MOORE, Rob. Capital. In: GRENFELL, Michael (ed.). **Pierre Bourdieu:** conceitos fundamentais. Petrópolis: Vozes, 2018. p. 136-154.

MORAIS, Natanna Santana de. **A análise de domínio na construção de linguagens documentárias**. 2018. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2018.

MOSCO, Vincent. Repensando e renovando a economia política da informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 3, n. 2, p. 97-114, jul./dez. 1998. Disponível em: <http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/599/368>. Acesso em: 10 ago. 2017.

MUGNAINI, Rogério; CARVALHO, Telma; CAMPANATTI-OSTIZ, Heliane. Indicadores de produção científica: uma discussão conceitual. In: POBLACION, Dinah Aguiar; WITTER, Geraldina Porto; SILVA, José Fernando Modesto da. **Comunicação & produção científica: contexto, indicadores e avaliação**. São Paulo: Angellara, 2006. p.313-340.

NASCIMENTO, Bruna Silva do; BUFREM, Leilah Santiago. A sociologia reflexiva de Pierre Bourdieu no campo da Ciência da Informação. In: OLIVEIRA LUCAS, Elaine Rosangela de; SILVEIRA, Murilo Artur Araújo da (Org.). **A Ciência da informação encontra Pierre Bourdieu**. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2017. p. 85-104.

NASCIMENTO, Denise Morado. A abordagem sócio-cultural da informação. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v.16, n.2, p.25-35, jul./dez. 2006. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view/477/1474>. Acesso em: 12 jan. 2020.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia política: uma introdução crítica**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

NOGUEIRA, Maria Alice; NOGUEIRA, Cláudio Marques Martins. **Bourdieu & a Educação**. 4. ed. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2014.

NUNES, António J. A. **Noção e objeto da economia política**. Coimbra: Almedina, 2014.

OLIVEIRA, Ely Francina Tannuri de. **Estudos métricos da informação no Brasil: indicadores de produção, colaboração, impacto e visibilidade**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2018.

OLIVEIRA, Ely Francina Tannuri de; GRACIO, Maria Cláudia Cabrini. Biblioteconomia e ciência da informação no Brasil: comparando indicadores bibliométricos entre países de destaque. In: HAYASHI, Maria Cristina Piumbato Innocentini; MUGNAINI, Rogério; HAYASHI, Carlos Roberto Massao (Orgs). **Bibliometria e cientometria: metodologias e aplicações**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2013. p. 75-87.

PALERMITI, Rosalba; POLITY, Yolla. Dynamiques de l'institutionnalisation sociale et cognitive des sciences de l'information en France. In: BOURE, Robert (ed.). **Les origines des sciences de l'information et de la communication: regards croisés**. Villeneuve d'Ascq: Presses Universitaires de Septentrion, 2002. p. 95-123.

PERSEGUINO, Silvana Aparecida; PEDRO, Wilson José Alves. Universidades públicas federais: um olhar a partir das teorias de Bourdieu e Whitley. **Revista Tecnologia e Sociedade**, Curitiba, v. 10, n. 20, p. 25-35, jul./dez. 2014. Disponível em: <https://periodicos.utfpr.edu.br/rts/article/view/2641/1737>. Acesso em: 12 jan. 2020.

PINHEIRO, Lena Vânia Ribeiro. Cenário da pós-graduação em Ciência da Informação no Brasil, influências e tendências. In: Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, 8., 2007, Salvador. **Anais...** Salvador, UFBA, 2007. Disponível em: <http://repositorios.questoesemrede.uff.br/repositorios/bitstream/handle/123456789/140/GT1--226.pdf?sequence=1>. Acesso em: 16 jan. 2019

PORTAL DE EVENTOS DA ANCIB. Disponível em: <http://Enancib.Ibict.br/index.php/Enancib/index>. Acesso em: 04 mar. 2018.

QUESTÕES EM REDE. Disponível em: <http://repositorios.questoesemrede.uff.br/repositorios/>. Acesso em: 04 mar. 2018.

ROSSETTI, José Paschoal. **Introdução à Economia**. 21. ed. São Paulo: Atlas: 2016.

SALDANHA, Gustavo Silva. Entre retórica e a filologia: do pragmatismo ao humanismo na epistemologia da Ciência da Informação. **InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação**, Ribeirão Preto, v. 2, n. 1, p. 47-67, 2011. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/incid/article/view/42334/46005>. Acesso em: 12 jan. 2020.

SAMBAQUY, L. Q. Da Biblioteconomia à Informática. **Ciência da Informação**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, p. 51-60, 1978. Disponível em: <http://revista.Ibict.br/ciinf/article/view/125/125>. Acesso em: 20 set. 2019.

SÁNCHEZ-TARRAGÓ, Nancy; SANTOS, Raimundo Nonato Macedo dos; BUFREM, Leilah Santiago. Análise e visualização do domínio Internacionalização da Educação Superior no Brasil. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 24, p. 193-215, 2018. Edição especial 6 EBBC. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/EmQuestao/article/view/86865/52334>. Acesso em: 20 set. 2019.

SANDRONI, Paulo. **Novíssimo dicionário de economia**. 14. ed. São Paulo: Best Seller, 2004.

SANTOS, Anderson David Gomes dos. [Entrevista cedida a] Paulo Victor Melo. **Eptic**: rede de economia política da informação, comunicação e cultura, Maceió, dez. 2018. Disponível em: <http://eptic.com.br/entrevista-com-anderson-santos-presidente-da-ulepicc-brasil/>. Acesso em: 24 mar. 2019.

SANTOS, Anderson David Gomes dos; MOTA, Joanne Santos. 10 anos da ULEPICC-Br: contribuições para a EPC a partir de seus eventos e sua práxis. **Revista EPTIC**: revista eletrônica internacional de economia política da informação, da comunicação e da cultura. São Cristóvão, v. 17, n. 2, p. 57-75, maio/ago. 2015. Disponível em: <https://seer.ufs.br/index.php/eptic/article/viewFile/57/pdf>. Acesso em: 04 mar. 2018.

SANTOS, Elisangela Marina dos; DUARTE, Elizabeth Andrade; PRATA, Nilson Vidal. Cidadania e trabalho na sociedade da informação: uma abordagem baseada na competência informacional. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 13, n. 3, p. 208-222, set./dez. 2008. Disponível em: <http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/142/512>. Acesso em: 10 ago. 2017.

SANTOS, Raimundo Nonato Macedo dos; KOBASHI, Nair Yumiko. Análise de dissertações e teses de ciência da informação: estudo de institucionalização de um campo científico. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 8., 2007, Salvador. **Anais...** Salvador: UFBA, 2007. Disponível em: <http://repositorios.questoesemrede.uff.br/repositorios/bitstream/handle/123456789/831/GT7--260.pdf?sequence=1>. Acesso em: 14 mar. 2018.

SCHUBERT, J. Daniel. Sofrimento/violência simbólica. In: GRENFELL, Michael (ed.). **Pierre Bourdieu: conceitos fundamentais**. Petrópolis: Vozes, 2018. p. 234-252.

SCHNEIDER, Marco; BEZERRA, Arthur Coelho; CASTRO, Leonardo. Um esboço de autoanálise da Ciência da Informação: contribuições de Pierre Bourdieu. In: MARTELETO, Regina Maria; PIMENTA, Ricardo Medeiros (Orgs). **Pierre Bourdieu e a produção social da cultura, do conhecimento e da informação**. Rio de Janeiro: Garamond, 2017. p. 49-71.

SCHNEIDER, Marco. Referências cruzadas 2: Marx e a Ciência da Informação. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 16., 2015, João Pessoa. **Anais [...]**. João Pessoa: UFPB, 2015. Disponível em: <http://www.ufpb.br/evento/index.php/Enancib2015/Enancib2015/paper/viewFile/3063/991>. Acesso em: 3 fev. 2020.

SILVA, Márcia Regina da; HAYASHI, Carlos Roberto Massao; HAYASHI, Maria Cristina Piumbato Innocentini. Análise bibliométrica e cientométrica: desafios para especialistas que atuam no campo. **InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação**, Ribeirão Preto, v. 2, n. 1, p. 110-129, jan./jun. 2011. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/incid/article/view/42337/46008>. Acesso em: 22 nov. 2019.

SILVEIRA, Murilo Artur Araújo da; BAZI, Rogério Eduardo Rodrigues. A Ciência da Informação no Brasil e sua frente de pesquisa: estudo cientométrico sob a ótica da institucionalização da pesquisa científica (1995-2005). **Encontros Bibli**, Florianópolis, v. 13, n. 26, p. 1-16, 2. sem. 2008a. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2008v13n26p1/6931>. Acesso em: 17 fev. 2019.

SILVEIRA, Murilo Artur Araújo da; BAZI, Rogério Eduardo Rodrigues. Rede de textos científicos na Ciência da Informação: análise cientométrica da institucionalização de um campo científico. **DataGramaZero**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, [12] p., jun. 2008b. Disponível em: <http://www.Brapci.inf.br/index.php/article/download/7617>. Acesso em: 17 fev. 2019.

SMIRAGLIA, Richard P. The epistemological dimension of knowledge organization. **IRIS: Revista de Informação, Memória e Tecnologia**, Recife, v. 2, n. 1, p. 2-11, jan./ jun. 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/IRIS/article/view/498/402>. Acesso em: 02 jul. 2019.

SOUZA, Edivânio Duarte de. A institucionalização da Ciência da Informação no Brasil: elementos disciplinadores do campo científico. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v.22, n. esp. p. 49-64, 2012. Disponível em: <http://www.ies.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view/13297/8568>. Acesso em: 05 fev. 2017.

SOUZA, Rosali Fernandez de; STUMPF, Ida Regina Chitto. Ciência da Informação como área do conhecimento: abordagem no contexto da pesquisa e da Pós-graduação no Brasil. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 14, número especial, p. 41-58, 2009. Disponível em:

<http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/901/606>. Acesso em: 17 jan. 2019.

TENNIS, Joseph T. Com o que uma análise de domínio se parece no tocante a sua forma, função e gênero? **Brazilian Journal of Information Science**, Marília, v. 6, n. 1, p. 3-15, jan./jun. 2012. Disponível em:

<http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/bjis/article/view/3026/2301>. Acesso em: 12 jan. 2020.

THELLEFSEN, Torkild L.; THELLEFSEN, Martin Muderspach. Pragmatic semiotics and knowledge organization. **Knowledge Organization**, v. 31, n. 3, p.177-187, 2004.

THOMSON, Patrícia. Campo. In: GRENFELL, Michael (ed.). **Pierre Bourdieu: conceitos fundamentais**. Petrópolis: Vozes, 2018. p. 95-114.

TREVISOL NETO, Orestes. **A institucionalização científica do campo da Moda no Brasil: estudo baseado nas instituições, produtores e produtos científicos**. 2015. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

VANTI, Nadia. A Cientometria revisitada à luz da expansão da ciência, da tecnologia e da inovação. **Ponto de Acesso**, Salvador, v. 5, n. 3, p. 5-31, dez. 2011. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/revistaici/article/view/5679/4099>. Acesso em: 26 jul. 2019.

WARREN; Mayra Cajueiro. Novo curso de Ciência da Informação inicia primeiro semestre letivo. **Notícias da UFSC**, Florianópolis, 2016. Disponível em: <http://ced.ufsc.br/2016/03/23/novo-curso-de-ciencia-da-informacao-inicia-primeiro-semester-letivo/>. Acesso em: 27 fev. 2019.

WHITLEY, Richard. Cognitive and social institutionalization of scientific specialities and research areas. In: WHITLEY, Richard. (Ed.). **Social processes of scientific development**. London: Routledge and Kegan, 1974. p. 69-95.

WHITLEY, Richard. **The intellectual and social organization of the sciences**. New York: Oxford University Press, 2000.

WOLFRAM, Dietmar. A pesquisa bibliométrica na era do big data: desafios e oportunidades. In: MUGNAINI, Rogério; FUJINO, Asa; KOBASHI, Nair Yumiko (org.). **Bibliometria e Cientometria no Brasil: infraestrutura para avaliação da pesquisa científica na Era do Big Data**. São Paulo: USP, 2017. p. 91-100.

APÊNDICE A – CONVITE PARA ENTREVISTA E TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado(a) pesquisador(a) participante.

Primeiramente gostaríamos de agradecer pelo interesse em responder a essa entrevista, que é parte integrante da pesquisa de doutorado desenvolvida no Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba (PPGCI/UFPB) pelo autor Rafael Silva da Câmara, sob orientação do Pesquisador Doutor Edvaldo Carvalho Alves e coorientação da Pesquisadora Doutora Leilah Santiago Bufrem.

Sua colaboração é de fundamental importância para se analisar os contributos sociais e cognitivos da Institucionalização Científica da Economia Política da Informação no Brasil, em particular no campo científico da Ciência da Informação.

Esta pesquisa não apresenta riscos diretos a sua saúde ou bem-estar. Contudo, sinta-se à vontade para se recusar a responder qualquer pergunta, interromper ou suspender a sua participação em caso de desconforto, sem que venha a sofrer prejuízos.

Assim, solicitamos também a sua autorização para apresentarmos e publicarmos os resultados desse estudo em periódicos científicos, eventos e/ou outros canais de comunicação científica pertinentes. Os dados serão gravados e utilizados apenas para fins de estudo. A guarda dos dados é de responsabilidade do autor.

Se você tiver alguma dúvida ou precisar de maiores esclarecimentos, por favor entre em contato com o autor, pelo e-mail: rafaelufnrnbib@gmail.com.

Cordialmente,

Assinatura do autor

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Diante do exposto no convite, declaro minha disposição e consentimento para participar voluntariamente dessa pesquisa. Estou ciente de que receberei uma cópia desse documento.

Assinatura do(a) pesquisador(a) participante(a)

_____, ____ de _____ de 20____.

APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA COM OS ESPECIALISTAS

Data: 30 de novembro de 2018

Local: Centro de Interesse Comunitário. Universidade Federal de Alagoas. Maceió.

Ocasão: VII Encontro da Ulepicc – Brasil

Recurso material utilizado: aplicativo de gravação de áudio em telefone móvel

Pergunta 1: No Brasil, como surgiram as pesquisas científicas em torno da Economia Política da Informação, da Comunicação e da Cultura?

Pergunta 2: Existe algum diferencial no sentido epistemológico ou crítico entre a “Economia Política da Comunicação” e a “Economia Política da Informação”? Há alguma contradição conceitual decorrente dessa diferença terminológica? Se sim, qual ou quais seriam?

Pergunta 3: Qual é o cenário atual dos Grupos de Pesquisa em Economia Política da Informação, Comunicação e Cultura no país?

Pergunta 4: Você tem conhecimento sobre a atuação de pesquisadores da Ciência da Informação com estudos em Economia Política da Informação e Comunicação? Quais seriam?

Pergunta 5: Em quais espaços ou canais de comunicação científica os pesquisadores vinculados ao campo da Economia Política da Informação, Comunicação e Cultura têm se apresentado para trazer colaborações de pesquisa neste viés? Teria algum a destacar?

Pergunta 6: Em quais perspectivas ou abordagens o campo da Ciência da Informação pode contribuir com reflexões sobre a Economia Política da Informação e Comunicação?